

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FFC – FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

ANDERSON DEO

**A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO  
DE SÃO PAULO E AS NOVAS INFLEXÕES DO  
CAPITAL NA DÉCADA DE 1990**

Marília

Março de 2005

ANDERSON DEO

A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
E AS INFLEXÕES DO CAPITAL NA DÉCADA DE 1990

Dissertação apresentada à Faculdade  
de Filosofia e Ciências da Universidade  
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,  
Campus Marília, para obtenção do título de  
Mestre em Ciências Sociais.

*Orientador.*

**Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo**

Marília

Março de 2005

ANDERSON DEO

A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO E AS  
INFLEXÕES DO CAPITAL NA DÉCADA DE 1990

Comissão Julgadora

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE TÍTULO DE MESTRE

Profº. Dr. Antonio Carlos Mazzeo (orientador)

.....

Profº. Dr. Marcos Del Royo (Universidade Estadual Paulista)

.....

Dr. Paulo Douglas Barsotti (Fundação Santo André/Fundação Getúlio Vargas)

.....

Profº. Dr. Osvaldo Coggiola (Universidade de São Paulo – Suplente)

.....

Dr. Giovanni Alves (Universidade Estadual Paulista – Suplente)

.....

Marília, de de 2005.

*“Naquela mesa tá faltando ele(s)*

*A saudade dele(s)*

*Ta doendo em mim”*

*(Sérgio Bittencourt)*

***À memória de Amélio Franchi e***

***Agenor Deo,***

*“Avohai, avô e pai”*

*(Zé Ramalho)*

## AGRADECIMENTOS

Mais do que mera formalidade, esta seção é dedicada àqueles que, de alguma forma, contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Sendo assim, agradeço inicialmente a Terezinha Ferrari, Carlos César Almendra e Antonio Macário de Moura, que com suas observações, críticas e correções, participaram da elaboração do projeto inicial deste trabalho. A este último, agradeço pela leitura – mesmo que parcial – e posteriores críticas e sugestões do texto final a ser apresentado no exame de qualificação.

Aos camaradas de luta teórico-prática do *Grupo de Santo André*, Rubens, Andréia e Viviani que, juntamente com o Macário o César e a Terezinha, contribuíram com reflexões e debates fundamentais para o amadurecimento teórico que agora apresento nessa dissertação.

Ao Profº. Dr. Antonio Carlos Mazzeo por ter aceito a orientação deste trabalho, o que fez com grande eficiência intelectual. Tal orientação foi marcada por muitos debates e discussões, sem nenhum tipo de restrição intelectual, observando inclusive meus limites teóricos, cujos frutos, além do trabalho em si, são a amizade e o respeito de um verdadeiro camarada.

Agradeço também aos professores que compuseram as bancas de qualificação e defesa dessa dissertação, respectivamente, Dr. Francisco Luiz Corsi, Dr. João Ildebrando Bocchi, Dr. Paulo Douglas Barsotti e Profº. Dr. Marcos Del Royo. Pela cuidadosa leitura, críticas e sugestões de grande valia para composição final do texto.

A Regiani Zornetta e Valéria Pilão, além da companhia, das discussões e da militância, foram elas quem me acolheram em Marília nos primeiros meses de mestrado.

A Sílvia Helena de Oliveira, a Ellen Camila e Maria Izabel Lagoa, pelo companheirismo e pelos bons momentos em Marília. A essa última um agradecimento especial, pelos momentos de angústias que dividimos juntos, seja no debate teórico, seja nos conflitos cotidianos.

Agradeço também a Juliana Carvalho, jovem trabalhadora, cuja convivência nos dá forças para enfrentarmos a opressora rotina do Capital.

A família de Maria Dilza Gonçalves de Oliveira, por terem me “adotado” nessa cidade, até então pouco conhecida. A convivência com estes fez, muitas vezes, com que a solidão se dissipasse.

A Rúbia Martins, amiga e amante, com quem passei a dividir durante o último ano a minha vida. Sua inteligência, sensibilidade, generosidade e respeito, fizeram-me acreditar que a vida a dois é possível, mesmo num mundo onde as relações entre os homens são marcadas pelo estranhamento. Obrigado minha companheira!

A Robson Antonio Deo que, além de irmão, é um camarada como poucos, cuja honestidade pessoal é exemplar. O apoio deste foi fundamental para a minha vinda e estada em Marília.

E por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer a Neuza Oliver Franqui e Romil Delfino dos Reis, minha mãe e meu padrasto. Mesmo que hoje nossas posições políticas sejam divergentes, foram eles os responsáveis pelo despertar de uma sensibilidade revolucionária em minha vida, mostrando que um outro mundo, onde não existam explorados e exploradores é possível, e que lutar para que este venha a acontecer vale a pena.

“A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’” Karl Marx

“Os problemas brasileiros de hoje, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos. E é da solução de muitos deles, para que nem sempre atentamos devidamente, que depende a de outros em que hoje nos esforçamos inutilmente” Caio Prado Junior.

“Com a toga comprida de Fausto / Vai-te e despreza o gênio e a ciência,/ Do ser humano a máxima potência! / Deixa que em cega e feiticeira gira / Te embale o demo da mentira,/ E já te prendo em meu enlace” *Mefistófeles*, em *Fausto*, Goethe.

“Hoje, dentro da classe empresarial, há poucas vozes que discordam da tese de que o Brasil precisa se modernizar – abrindo-se mais para o exterior, alterando o papel do Estado na economia e promovendo reformas que aumentem seu grau de eficiência” Mário Amato.

## RESUMO

O presente trabalho analisa o projeto econômico-social da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), bem como sua prática política, diante do processo de reestruturação econômica e redimensionamento do Estado Nacional brasileiro, ocorridos durante a década de 1990.

Como parte de um todo articulado, tal processo está inserido numa nova fase de internacionalização da economia capitalista, denominada Mundialização do Capital, onde a burguesia internamente instalada passa a defender seu projeto, com vistas à inserção do Brasil nesse momento da Divisão Internacional do Trabalho.

O projeto desenvolvido e defendido pela FIESP tem como característica principal a revitalização da posição subordinada da economia brasileira, em relação aos pólos centrais do imperialismo. Historicamente constituída e consolidada, tal característica imprime no conjunto das classes sociais brasileiras a sua marca. No que diz respeito à fração industrial da burguesia do principal pólo econômico do país, a forma particular de entificação/objetivação do capitalismo no Brasil dá origem a uma classe cuja incompletude histórica e debilidade política sempre foram presentes.

O desenvolvimento histórico da entidade, bem como sua atuação no referido período, demonstram que tais contornos ontologicamente adquiridos não foram modificados, pelo contrário, são reafirmados como única forma possível de desenvolvimento econômico-político para o país. Tais aspectos são próprios de economias que se inserem de forma hipertardia no modo de produção social do Capital.

## ABSTRACT

The present work analyse the social-economic project of São Paulo State's Industry Federation (FIESP) as well as its political practice, in front of the economic restructuration process and re-definition of the brazilian National State, occurred over the 1990 decade.

As part of a totality well founded, that process is placed among a new fase of capitalistic economy internalisation, named as Capital Mundialization, where the bourgeois settled internally stand by its project with a view to insert Brazil in this moment of Labor's International Division.

The project developed and stood up for the FIESP has as its principal characteristic the revitalization of the subordinated position from brazilian economy in regard to the imperialism central poles. Historically composed and consolidated, this characteristic prints in the entirety brazilian social classes its mark. In regard to the industrial fraccion of the bourgeois from the principal economic pole in the country, the particular form of Brazil's capitalistic objectivation gives origin to a class whose historical un completed and political debilitation were always presents.

The entity historical development as well as its actuation in the cited period shows its contours ontologically acquired were never changed by the contrary they are remaintained as the only possible form of political-economic development for the country. These aspects are pertaining to economies that gets insert in a "hiper-late" Capital's mode of production.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I: DA MISÉRIA ALEMÃ À INDIGÊNCIA BRASILEIRA: NECESSIDADE E ATUALIDADE DE UMA DISCUSSÃO.....</b>	<b>27</b>
<b>I. I - Da relação entre o universal, o particular e o singular - notas     introdutórias.....</b>	<b>27</b>
<b>I. II – As vias nacionais de entificação/objetivação capitalistas:     “clássica”, “prussiana” e “prussiano-colonial”.....</b>	<b>30</b>
<b>I. II. I – O capitalismo nos países de “via clássica”.....</b>	<b>33</b>
<b>I. II. II – O capitalismo nos países de “via prussiana”.....</b>	<b>35</b>
<b>I. II. III – A entificação/objetivação do capitalismo na processualidade         histórica brasileira: o caminho “prussiano-colonial”.....</b>	<b>39</b>
<b>CAPÍTULO II: INFLEXÕES DO CAPITAL E FIESP NOS ANOS 1990: NOVAS PARTICULARIDADES DE UM MESMO PROCESSO.....</b>	<b>72</b>
<b>II. I – Velhas respostas para antigos problemas.....</b>	<b>74</b>
<b>II. II – Uma nova etapa no processo de expansão e internacionalização     do Capital.....</b>	<b>82</b>
<b>II. III – FIESP: forma de ser de uma entidade burguesa de caráter     prussiano-colonial.....</b>	<b>90</b>
<b>CAPÍTULO III: FIESP: DA CONCEPÇÃO A DECREPITUDE DE UM SER.....</b>	<b>115</b>
<b>III. I – A concepção.....</b>	<b>117</b>
<b>III. II – A gestação.....</b>	<b>126</b>
<b>III. III – O nascimento.....</b>	<b>133</b>
<b>III. IV – Os primeiros passos.....</b>	<b>142</b>
<b>III. V – A adolescência.....</b>	<b>150</b>
<b>III. VI – A juventude.....</b>	<b>156</b>
<b>III. VII – A maturidade.....</b>	<b>165</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: “O PACTO COM MEFISTÓFELES”.....</b>	<b>178</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>187</b>

## Lista de Abreviaturas

ABDIB – Associação Brasileira da Indústria de Base

ABIF – Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica

Abimaq – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas

Abinee – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica

ACRJ – Associação Comercial do Rio de Janeiro

ACSP – Associação Comercial de São Paulo

ADEP – Ação Democrática Popular

AIB – Ação Integralista Brasileira

AL – Aliança Liberal

ANL – Aliança Nacional Libertadora

ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CBP – Consórcio Brasileiro de Produtividade

CEPAL – Comissão Econômica Para América Latina e Caribe

CIB – Centro Industrial do Brasil

CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

CIRJ – Centro das Indústrias do Rio de Janeiro

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNI – Confederação Nacional da Indústria

COCIN – Conselho de Coordenação Interdepartamental

Conclap – Conferência das Classes Produtoras

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

ECE – Empresa de Capital Estrangeiro

ESG – Escola Superior de Guerra

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FIMJ – Federação das Indústrias de Minas Gerais

FIRJ – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

FIP – Federação Paulista das Indústrias

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IED – Investimento Externo Direto

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Econômicos

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OGU – Orçamento Geral da União

OMC – Organização Mundial do Comércio

Paeg – Plano de Ação Econômica do Governo

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PIB – Produto Interno Bruto

PNB – Produto Nacional Bruto

PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais

PRP – Partido Republicano Paulista

PD – Partido Democrático

SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

## INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa pretende investigar o posicionamento, e respectiva relevância, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP – no processo de abertura e reestruturação da economia brasileira que vem se efetivando no decorrer da última década (1990-2000).

Esta abertura possui características distintas de processos anteriores, posto que arrima-se nas privatizações das indústrias de base e do setor financeiro estatais, na abertura total e irrestrita do mercado brasileiro aos capitais transnacionais<sup>1</sup>, na desregulamentação da economia – bem como da relação entre Capital e Trabalho – e na redefinição do papel do Estado brasileiro.

---

<sup>1</sup> Ver fundamentalmente: MÉSZÁROS, István. *Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Editora da Unicamp/Boitempo, 2002. Especialmente a Parte I, capítulo 5 – *A ativação dos limites absolutos do capital* – ao discutir a relação entre os Estados nacionais e as empresas capitalistas, Mézáros argumenta (trilhando percurso já iniciado por Harry Magdoff) que as corporações dependem da “proteção” e das benesses dos Estados nacionais e de suas respectivas legislações, pois mesmo sendo um sistema mundial, a produção/reprodução do Capital ocorre no espaço geográfico das fronteiras nacionais. Não existe, segundo esses autores, um caráter “multinacional”. Apesar de se inserirem no espaço do Estado-nação, essas corporações extrapolam tais fronteiras, à medida que as taxas de lucros obtidas não respeitam a mesma ocupação territorial, circulando o “mundo à fora”, em busca de mercados mais rentáveis e seguros, vistos da perspectiva capitalista. Segundo Mézáros: “A expressão ‘multinacional’ é freqüentemente utilizada de modo completamente equivocado, ocultando a verdadeira questão do domínio das empresas capitalista de uma nação mais poderosa sobre as economias locais – em perfeita sintonia com as determinações e os antagonismos mais profundos do sistema do capital global”. Mézáros, op.cit., p. 229.

A FIESP, enquanto entidade representativa da fração dominante da burguesia brasileira vinha, desde a era Vargas, interferindo e influenciando, sobremaneira, na implantação dos projetos sócio-econômicos dos respectivos governos brasileiros.

Desde meados da década de 1960, este papel passa a sofrer abalos e alterações fundamentais decorrentes das mudanças estruturais competitivas do capital transnacional, promovendo uma nova composição orgânica das classes dominantes brasileiras.

A configuração econômica do capitalismo internacional apresentou algumas mudanças e transformações de significativa importância no passado recente. O modelo iniciado no pós-guerra começa a demonstrar seus limites já na década de 70, tendo como momento de maior expressão, a crise generalizada da economia mundial, que foi denominada *Crise do Petróleo*<sup>2</sup>. Não se tratou de crise em um setor específico (petróleo), mas sim, do esgotamento de um padrão de acumulação capitalista, que sustentava-se na intervenção direta do Estado em todos os setores das economias nacionais, o chamado *Welfare State* e/ou Estado de bem-estar social.

A partir de então, as economias centrais vão resgatar antigos pressupostos liberais como forma alternativa à crise. Segundo Reinaldo Gonçalves, “A revitalização das idéias e políticas liberais é um marco importante, principalmente nos Estados Unidos e no Reino Unido, com as vitórias dos governos conservadores de Reagan (1981) e Thatcher (1979), que ficam no poder por toda a década”<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Ver fundamentalmente: MANDEL, Ernest. *A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio/Editora da Unicamp, 1990, capítulo I (todo).

<sup>3</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Ó Abre-Alas – A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994, p. 20.

Nesse sentido, medidas como reforma fiscal, desregulamentação da economia, privatizações de estatais e redução de gastos públicos, serão implementadas como forma inevitável de saneamento da crise. Durante a década de 80 “(...) nota-se uma influência crescente das idéias e políticas neoliberais nos países em desenvolvimento. O liberalismo surge, então, como o *deus ex-machina* que apresentava as soluções de saída para a crise econômica, política e social que a maioria destes países enfrentava desde meados dos anos 70”<sup>4</sup>. Instala-se um debate generalizado, do qual o Brasil não escapará. Segundo Gonçalves, internamente o debate será intermediado pela “síndrome da dualidade”, que em outras palavras pode ser traduzida em abrir ou não, irrestritamente, a economia brasileira ao capital internacional.

Da direita, aos na esquerda parecia haver um consenso de que era impossível manter por várias décadas privilégios a setores e grupos econômicos. Por outro lado, qual seria a melhor maneira de eliminar estes privilégios?

A discussão se estende por toda a década de 80, quando a economia brasileira experimentou um receituário com resultados sociais nada agradáveis. Os ingredientes dessa receita combinavam inflação alta, recessão econômica, arrocho salarial, contenção do crédito e todas as mazelas daí decorrentes, o que valeu ao período o título de *a Década Perdida*.

Com a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989, o Brasil entraria na assim chamada *Era da Modernidade*. Em seus discursos de campanha, Collor atribuía ao gigantismo estatal brasileiro, os principais fatores causadores da crise. Amplamente apoiado pela mídia, defendia que o *grande elefante branco estatal* e todos os *marajás* que dele se aproveitavam deveriam ser expurgados da nação.

---

<sup>4</sup> Ibidem, p. 21.

Ao assumir o governo, Collor inicia as propugnadas reformas modernizantes: privatizações, demissões de funcionários públicos e dois atabalhoados planos econômicos que iniciam o processo de abertura da economia brasileira ao mercado mundial, marcaram seu curto mandato. Com o *impeachment* do presidente, assume o vice, Itamar Franco, que tinha como principal desafio restabelecer a credibilidade nas instituições governamentais, além de preparar o quadro sucessório de 1994. Itamar Franco tinha um papel importante a desenvolver: atenuar os conflitos herdados da “República das Alagoas”, verificar seus impactos e desdobramentos, e acima de tudo, preparar o terreno para a próxima sucessão, para só então retomar o itinerário da *modernidade* traçado por Collor.

No decorrer do mandato de Itamar, setores da burguesia brasileira não pouparam críticas ao novo presidente, classificando-o de “fraco”, “populista” e pouco afeito às reformas iniciadas por Collor. O novo governo compõe-se com representantes dos mais variados setores sociais. Procura aproximar-se dos sindicatos – principalmente da CUT – ao negociar saídas para greves (petroleiros-1994), reduz as taxas de juros com vistas a aumentar a produtividade interna e convida políticos de partidos na esquerda para compor seu governo (Luiza Erundina do Partido dos Trabalhadores, por exemplo). Junte-se a isso, a implementação do Plano Real que, tendo à frente Fernando Henrique Cardoso, alcança relativa estabilização financeira para o país.

O resultado desse processo de “transição” é a eleição, em 1994, do candidato governista, Fernando Henrique Cardoso. Acalmados os ânimos, o Brasil estava pronto para retomar o projeto iniciado por Collor, que não havia sido descartado, mas apenas sofrera uma breve interrupção. Este fazia parte da estratégia de reposição das forças conservadoras – composta pela burguesia internamente

instalada, representada nas esferas político-institucionais por partidos como o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), Partido da Frente Liberal (PFL), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), entre outros de menor notoriedade política – que, por um rápido espaço de tempo, tropeçara nas suas próprias articulações políticas, e precisavam ser retomadas. Segundo Jorge Mattoso:

O primeiro governo FHC (1995-98) apostou todas suas fichas na *modernidade* supostamente virtuosa da desregulação da concorrência e da globalização financeira internacional. Para FHC e seu governo, esta modernidade geraria uma nova dinâmica na economia internacional, favorecendo o surgimento de um novo Renascimento, com uma nova era de avanços da razão e da técnica, sem ganhadores ou perdedores, de *per se* benéfica ao país<sup>5</sup>.

O Brasil inserir-se-ia nos novos padrões de concorrência e acumulação mundialmente estabelecidos. O debate que ocorria no país a respeito dessa inserção, resumia-se na discussão acerca da abertura comercial e financeira indiscriminada, tudo em nome de “não perder o bonde da história”. Sendo assim, as medidas tomadas eram necessárias, pois seriam os pressupostos da *modernidade*, sendo que toda e qualquer proposta que levasse em consideração a perspectiva da produção ou do nível de emprego interno seria considerada como coisa do passado, postura essa – segundo o governo – reacionária e corporativista. A esse respeito, novamente argumenta Mattoso: “Por um lado, acreditavam que, para serem absolutamente modernos, bastava integrar o país rapidamente a esta economia internacional. Para tanto, consolidaram a abertura comercial e financeira indiscriminada iniciada por Collor e dispensaram a constituição de um projeto de desenvolvimento ou de políticas setoriais de defesa da produção e do emprego nacionais. Como absolutamente modernos, caracterizam quaisquer políticas de

---

<sup>5</sup> MATTOSO, Jorge. *Produção e emprego: renascer das cinzas*. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). *O desmonte da nação – balanço do governo FHC*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 115.

defesa da produção e do emprego nacionais como corporativas ou inflacionistas”<sup>6</sup>. Na mesma direção argumentativa encontramos Paulo Nogueira Batista que tece as seguintes considerações: “Em favor da abertura a importações de mercadorias invoca-se a ineficiência do protecionismo como alocador de recursos, como obstáculo aos interesses do consumidor nacional e como fator comprometedor das chances de uma inserção competitiva na economia mundial, vista como única forma de promover o desenvolvimento”<sup>7</sup>.

O governo brasileiro passaria a municiar a abertura econômica iniciada por Collor sem criar mecanismos protetores da indústria interna. Durante toda a história do desenvolvimento industrial moderno do Brasil ocorreram definições de políticas governamentais para o atendimento aos interesses da burguesia industrial instalada internamente. Assim foi desde o primeiro governo Vargas com a criação das pioneiras indústrias de base, sendo mantidas posteriormente pelo desenvolvimentismo de JK – ainda que este tenha privilegiado a entrada de empresas transnacionais. Após 64, esta definição deu-se através da construção de mecanismos institucionais que viabilizaram a superexploração da força de trabalho pelos capitais privados – internos, externos e estatais -, graças a criação e fortalecimento, no caso destas últimas, da ditadura militar. Segundo Rui Mauro Marini:

A reorganização dos sistemas de produção latino-americanos, no quadro da integração imperialista e frente ao recrudescimento das lutas de classe na região, levou à implantação de regimes militares, de corte essencialmente tecnocrático. Sua tarefa é dupla: por um lado, promover os ajustes estruturais necessários e pôr em marcha a nova ordem econômica que a nova ordem imperialista requer; por outro lado, reprimir tanto as aspirações de progresso material como os movimentos de reformulação política produzidos pela ação das massas. Reproduzindo em escala mundial a cooperação antagônica

---

<sup>6</sup> Ibidem, p. 115.

<sup>7</sup> BATISTA, Paulo N. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. In: VÁRIOS. *Em defesa do interesse nacional. Desinformação e alienação do patrimônio público*. São Paulo: Paz e Terra, 1994, p. 123.

levada a cabo no interior do país, tais regimes estabelecem uma relação de estreita dependência com seu centro hegemônico; os Estados Unidos, ao mesmo tempo que esbarram continuamente com este, em seu desejo de tirar maiores vantagens do processo de reorganização em que se encontram empenhados. Vista em sua perspectiva histórica mais ampla, uma América Latina integrada ao imperialismo é a condição de sobrevivência do sistema imperialista. A superexploração do trabalho em que se funda o imperialismo, sob cujo signo se pretende integrar os países da região, estabelece um descompasso entre a evolução das forças produtivas e as relações de produção que só pode resultar na derrocada do sistema em seu conjunto, com tudo o que ele representa em exploração, destruição e degradação.<sup>8</sup>

Na verdade, o projeto iniciado por Collor e efetivado por FHC, não teve como prioridade o desenvolvimento de políticas que favorecessem a produção interna ou qualquer outro aspecto social que dela pudesse decorrer. Pelo contrário, tanto Fernando Henrique, como a aliança política que o sustentava formavam a composição político-institucional melhor acabada que o capital transnacional encontrara para “enquadrar” o Brasil nos novos padrões de acumulação capitalista. José Luís Fiori nos fornece a seguinte constatação: “O Plano Real não foi concebido para eleger FHC; FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta(va) ser feito das reformas preconizadas do Banco Mundial”<sup>9</sup>.

Vale ainda ressaltar que esta postura político-econômica encarnada pela aliança vitoriosa em 1994 reafirmava a tendência proposta e inaugurada pelo Consenso de Washington, onde as economias latino-americanas, para conseguirem uma inserção completa nos novos padrões de acumulação mundiais, deveriam abrir suas economias à concorrência do capital internacional, pelas quais os governos

---

<sup>8</sup> MARINI, Ruy Mauro. “Subdesenvolvimento e Revolução”, in: BARSOTTI, P. E PERICÁS, L. B. *América Latina: história, idéias e revolução*, São Paulo, Xamã-NET, 1998, p. 125.

<sup>9</sup> FIORI, José L. *Os moedeiros falsos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 14.

nacionais deveriam eliminar toda e qualquer barreira protecionista de seus respectivos mercados. Como bem mostra, também, Nogueira Batista ao relatar que:

O Consenso de Washington documenta o escancaramento das economias latino-americanas, mediante processo em que acabou se usando muito mais a persuasão do que a pressão econômica direta, embora esta constituísse todo o tempo o competentíssimo trabalho de convencimento. Certamente, uma versão mais sofisticada e sutil das antigas políticas colonialistas de *open-door* nas quais se apelava, sem maiores constrangimentos, à força das canhoneiras para 'abrir os portos de países amigos'. Por serem menos ostensivas, as pressões atuais são mais difíceis de combater<sup>10</sup>.

Para os setores nacionalistas mais desinformados de nossa sociedade, essa postura pode soar como um descabro. No entanto, em toda a história do nosso jovem país, as demandas capitalistas internacionais ditam as regras e dão o tom da sinfonia a ser regida na economia nacional, - regência esta a cargo dos principais agentes do capital mundial – guardados os devidos contextos históricos e as particularidades de cada período.

Assim foi no modelo agro-exportador – inaugurado no período colonial – estendendo-se até a década de 30 do século XX; continua sendo assim no período do pós Segunda Guerra, quando as transnacionais vão encontrar solo fértil para aqui se instalarem e ampliar seus índices de extração de mais-valia.

Verificamos em toda história brasileira um caráter de subordinação de nossa economia aos pólos centrais do capitalismo mundial, em que os membros representativos de nossa burguesia assim também se posicionarão.

Fazendo referências a essa classe dominante da sociedade brasileira, Antonio Carlos Mazzeo escreverá:

O Brasil após 1945 passará por grandes e profundas alterações em seu parque produtivo e, conseqüentemente, na composição de seu tecido social. No entanto, essas transformações modernizadoras não significarão uma ruptura com a subordinação do país aos pólos centrais do capitalismo. Ao contrário, o redimensionamento de sua

---

<sup>10</sup> BATISTA, 1994, p. 130.

estrutura sócio-produtiva, que reintegrou o país no conjunto de uma economia mundial reordenada no pós-guerra, reinsere a sociedade brasileira nos quadros da economia mundial, nos moldes de sua *subordinação estrutural*. Reafirma-se, assim, o *caminho colonial* das formas de sociabilidade do capitalismo brasileiro, que, desde suas origens, organizou-se como uma economia complementar dos centros econômicos ativos ocidentais, tendo sido, num primeiro momento, forma econômico-social – *de caráter histórico-particular* – de impulsionamento do processo de acumulação primitiva de capitais, no período mercantil-escravista e, posteriormente, exportador de matérias-primas para a produção industrial dos centros desenvolvidos do capitalismo, ao longo da primeira metade do século XX<sup>11</sup>.

Ao analisarmos o discurso dos governos brasileiros na década de 90, podemos constatar claros indícios da subordinação acima referida. Isso fica claro quando observamos a incondicional aceitação das proposituras defendidas no Consenso de Washington. Proposituras estas que tinham como prioridade, entre outras questões, a reestruturação da economia brasileira e a redefinição do papel regulador do Estado Nacional, cujo posicionamento da FIESP é foco desta pesquisa.

No que diz respeito às privatizações, estas começam a ser levadas a cabo na gestão Collor. Critérios confusos, valores questionáveis e processos nada transparentes marcam esse primeiro momento. O processo de venda das estatais teria uma breve interrupção durante o governo Itamar. Após a posse de FHC, esse processo seria retomado com toda força, pois, como assinala o economista Reinaldo Gonçalves, “(...) em um período de três anos (1996-1998) o Brasil experimentou a intromissão do capital estrangeiro no aparelho produtivo nacional como nunca antes em toda a sua história”<sup>12</sup>. Sobre o assunto das privatizações, Aloysio Biondi

---

<sup>11</sup> MAZZEO, Antonio C. *Sinfonia Inacabada. A política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo/Unesp Marília Publicações, 1999, p. 107.

<sup>12</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 14.

argumenta que o governo brasileiro privilegiou as empresas estrangeiras, em claro detrimento dos interesses nacionais<sup>13</sup>.

Fica claro, portanto, que a política econômica do governo brasileiro durante a década de 1990 estava totalmente subordinada aos padrões de acumulação do capital internacional.

O primeiro capítulo de nossa pesquisa se destina à análise do processo histórico da formação econômica do Brasil. Sem nenhuma pretensão de introduzir novas questões ao debate, procuramos evidenciar como o processo de organização da economia brasileira deu origem a todo um complexo societário, cujo caráter subordinado e hiper-tardio de entificação/objetivação do capitalismo origina a forma de *ser e ir sendo* do processo sociometabólico no país. Em outras palavras, a compreensão ontogenética de nossa formação econômica, nos permite perceber que a debilidade, subordinação e a incompletude da burguesia brasileira – e a FIESP principalmente – é o produto de relações econômico-sociais historicamente determinadas.

Para compreendermos, portanto, o processo de nossa formação industrial, bem como a postura da principal entidade representativa da fração de classe burguesa que dela se apropria – a FIESP – é preciso, antes de mais nada, analisarmos a forma como o capitalismo se desenvolve no país.

---

<sup>13</sup> Diz ele que: “Numa sexta-feira, cinco dias antes do leilão de ‘privatização’ da Cemig, (...) o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou um decreto revolucionário. Por ele, o BNDES ficou ‘autorizado’ a – leia-se ‘recebeu ordens para’ – conceder empréstimos também a grupos estrangeiros”. Como sabemos, o BNDES foi criado para dar apoio ao desenvolvimento nacional. Concentrando-se inicialmente ao financiamento de projetos de infra-estrutura e, posteriormente, como instrumento de política industrial, recebeu a incumbência de criar condições de competição para grupos nacionais. Porém, esse decreto presidencial “(...) escancarou os cofres do BNDES às multinacionais, para que comprassem estatais (...). A submissão do governo brasileiro aos interesses de outros países culminou com esse ‘arrombamento’ do BNDES pelas multinacionais”. BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado – Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 38.

O que nos interessa saber é a postura tomada pela burguesia internamente representada pela FIESP neste processo, prioritariamente, durante a década de 1990.

Não se trata da burguesia brasileira como um todo, mas sim daqueles setores representados por aquela que é, sem dúvida, a maior instituição representativa dessa classe no Brasil, a saber, a FIESP.

No segundo capítulo, procuramos analisar o projeto econômico-político que a entidade propõe ao país na década de 1990. Através da análise de documentos internos, de declarações veiculadas pela grande imprensa e, principalmente, a partir de uma leitura imanente do documento *Livres para crescer* – publicado sob a responsabilidade da entidade paulista – procuraremos desvendar os nexos de tais discursos, a lógica que o mesmo obedece e indica como a necessária para a inserção do país numa nova fase, denominada pelos mesmos – mas não só – como o “Brasil Moderno”. Importante salientar que tal proposta nasce num contexto histórico mundial marcado pela revitalização dos pressupostos liberais clássicos – *neoliberalismo* – e pelo auge de uma nova fase de internacionalização do capital – sobretudo do capital financeiro – qual seja, a *Mundialização do Capital*.

A FIESP congrega atualmente 127 sindicatos – representando, aproximadamente, 130 mil empresas – e atua como interlocutora junto aos poderes públicos e à própria sociedade. Administrando um orçamento anual de, aproximadamente, R\$ 918 milhões (2003/04) essa entidade se constituiu ao longo dos últimos 70 anos, como a principal entidade representativa da burguesia industrial internamente instalada. Além de ser um “canal de voz” interno, a FIESP se faz ouvir também em outros países, principalmente nos “parceiros” econômicos do Brasil no Mercado Comum do Sul – MERCOSUL. Tal relevância deriva, sem dúvida,

do fato de a entidade representar a burguesia industrial do mais importante pólo econômico-social da Federação, o Estado de São Paulo. Com um PIB de US\$ 231, 2 bilhões, São Paulo é responsável por 35,5% do Produto Interno Bruto brasileiro e 27% do PIB do MERCOSUL.

Desde sua constituição (1931), a FIESP sempre esteve presente nos principais acontecimentos da história brasileira. A título de ilustração podemos citar, já em 1932, a participação na revolta paulista, e do respectivo “contra-Golpe” dos cafeicultores, em oposição a Vargas. Fez-se presente também – agora do lado do governo – no Golpe de 1937. Teve presença marcante na organização, e respectiva participação dos empresários industriais, no Golpe de 1964.

O terceiro capítulo de nossa pesquisa procura refazer o percurso histórico da FIESP, dando ênfase à presença dessa entidade nos principais embates econômicos, sociais e políticos, que marcaram a recente história brasileira.

Em outros períodos, como os mencionados acima, mesmo com uma economia subordinada aos principais centros capitalistas, podemos observar o papel preponderante que esta instituição desempenhava na definição das diretrizes econômicas do país, haja vista as décadas de 1950/60, quando da participação de membros ligados direta ou indiretamente a FIESP, nos principais escritórios de consultorias e agências estatais. Ao longo da última década, a FIESP, parece vir lutando, de todas as formas, para angariar algum tipo de benefício, seja ele fiscal ou de incentivo financeiro. Importante observar que este tipo de reivindicação, marca a trajetória industrial da entidade desde a sua gênese. Esse aspecto nos fica claro ao analisarmos declarações de dirigentes dessa entidade, que mais parecem estar “esperneando” por algum tipo de “proteção” governamental.

Já no início do Plano Real, podemos observar que esta tendência é novamente retomada: “Moreira Ferreira disse que os primeiros 30 dias da nova moeda revelaram aspectos positivos, mas também alguns equivocados, especialmente as taxas de juros”. E complementa: “Continuamos achando que a taxa de juros é elevada, e, apesar da tendência declinante, ainda está em um nível que pesa muito na atividade produtiva”<sup>14</sup>. São vários os artigos em que as taxas de juros são questionadas. Em outros momentos reclamam da restrição ao crédito. Em artigo da Folha de São Paulo, de 29 de novembro de 1995, o então presidente da FIESP, Carlos Eduardo Moreira Ferreira declara: “Não queremos maracutaia ou dinheiro público, mas vamos reclamar da manutenção dessa política de restrição ao crédito e de juros altos por um período mais longo”<sup>15</sup>.

Algumas notícias nos dão uma noção exata do “desespero” de alguns setores representados por essa entidade. A Folha de São Paulo de 8 de maio de 1996, nos informa que: “A maioria (61%) dos empresários paulistas apóia uma paralisação simbólica no país a favor da retomada do crescimento, do combate ao desemprego e das reformas da Constituição”<sup>16</sup>. Ironia ou não, o fato é que esse setor da nossa frágil burguesia apela até para práticas que negam a sua própria condição de classe.

Outra reivindicação da FIESP ao longo dessa década esteve em torno das reformas constitucionais, mais especificamente da reforma tributária. “Estamos entrando em um ano eleitoral e provavelmente a reforma tributária seja votada somente em 1999, com implantação no ano 2000. Essa reforma tem que ser feita já”, é o que reclama o então presidente da entidade, Horácio Lafer Piva<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup> Folha de São Paulo, 02/agosto/1994.

<sup>15</sup> Folha de São Paulo, 29/novembro/1995.

<sup>16</sup> Folha de São Paulo, 08/maio/1996.

<sup>17</sup> Folha de São Paulo, 02/julho/1997.

Do seu lado, o governo sempre se defendeu atacando, dizendo que “(...) certos setores industriais sempre pleitearam proteção tarifária e favores fiscais e de crédito para compensar a ‘defasagem cambial’”. Estas palavras são de Gustavo Franco, então presidente do Banco Central, que completa dizendo que esta “(...) forma atrasada de produzir riqueza”, sempre foi a prática da FIESP, “verdadeiro monumento ao custo Brasil”<sup>18</sup>.

Entendemos que seja necessário o estudo aprofundado de como o setor da burguesia internamente instalada representado pela FIESP – a saber, a burguesia industrial do principal pólo econômico do nosso país – se insere no chamado *projeto modernizador*, que se inicia com Collor e é levado a cabo por Fernando Henrique Cardoso.

O posicionamento que essa fração de classe passa a tomar com o advento da abertura comercial e financeira de nossa economia, reafirma o caráter *incompleto* e *débil* da burguesia brasileira, posição esta sempre presente na *forma de ser* dessa classe no desenvolvimento da processualidade histórica brasileira. Ao apoiar incondicionalmente o processo de reestruturação implementado na década de 1990, concluímos que a FIESP atualiza historicamente a subordinação da classe que esta representa aos pólos centrais do capital, abrindo mão total e definitivamente, de qualquer possibilidade de desenvolvimento de um capitalismo autônomo, pautado num possível projeto democrático-nacional.

---

<sup>18</sup> O Estado de São Paulo, 10/março/1999.

## **CAPÍTULO I**

### **DA MISÉRIA ALEMÃ À INDIGÊNCIA BRASILEIRA<sup>1</sup> – NECESSIDADE E ATUALIDADE DE UMA DISCUSSÃO**

#### **I. I - Da relação entre o universal, o particular e o singular - notas introdutórias**

A discussão sobre o desenvolvimento econômico e social do Brasil não é algo novo. A tradição historiográfica brasileira nos oferece várias análises sobre o tema. O debate sobre o desenvolvimento da processualidade histórica brasileira percorreu todo o século XX, sendo que muitas divergências originadas de tal debate estão, até hoje, na ordem do dia. Não temos a pretensão, de forma alguma, de introduzir novas questões a este debate. No entanto, entendemos ser necessário a devida apreensão dos processos particulares do desenvolvimento histórico brasileiro, pois este origina

---

<sup>1</sup> Definição utilizada por J. Chasin na década de 1970 para precisar a via particular de objetivação do capitalismo no Brasil.

uma forma sociometabólica<sup>2</sup> específica, sendo que essa especificidade se coloca como o condicionante do *complexo de complexos* particular da teia social de nosso país.

Orientamos nosso trabalho nessa direção por entendermos que, por mais rico que tenha sido o debate acima mencionado muitas das análises carecem de validade real/concreta, pois na ausência de um instrumental teórico que as conduzissem, criaram “pressupostos ideais” (modelos de análise de tipo Weberiano) que não deram e não dão conta da real completude da particularidade brasileira.

Sobre a relação entre universalidade, particularidade e singularidade Georg Lukács faz o seguinte alerta: “Se não distinguirmos, pelo menos em certa medida, essas categorias, se não as delimitarmos reciprocamente e não adquirirmos certo conhecimento da mútua superação de uma na outra, ser-nos-á impossível orientarmo-nos na realidade, ser-nos-á impossível uma praxis, mesmo no sentido mais cotidiano da palavra”<sup>3</sup>, ou seja, a devida apreensão, em nível lógico abstrato, dessas três *dimensões* do real, pode nos proporcionar uma melhor compreensão dos processos históricos concretos, pressuposto esse essencial para uma atuação política (individual/coletiva) revolucionária.

Essa discussão é sem dúvida, uma das questões centrais de nosso trabalho. Compreender a real dimensão da totalidade brasileira, bem como a particularidade e as singularidades que as formas capitalistas assumem em sua constituição, pode nos isentar de equívocos teóricos que outras análises cometeram ao tentarem compreender a realidade econômico-política de nosso país.

---

<sup>2</sup> Entendido como uma forma específica de organização material e espiritual da objetividade histórica, cujo caráter dinâmico cria e recria, simultaneamente, tal realidade, obedecendo a características próprias e imanentes, que devem ser – necessariamente – levadas em conta na análise do sistema social do capital. Ver fundamentalmente: MÉSZÁROS, 2002.

<sup>3</sup> LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma Estética Marxista - Sobre a particularidade como categoria da estética*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, p. 5.

Segundo Caio Prado Júnior, em *A Revolução Brasileira*<sup>4</sup>, a teoria da revolução brasileira desenvolvida pelos marxistas estaria fadada ao fracasso desde sua criação, justamente pela incapacidade e insuficiência da análise sobre o real desenvolvimento histórico em nosso país. As propostas da esquerda brasileira que resultam de tais análises, se basearam em abstrações, em modelos e conceitos formulados *a priori*, como verdadeiras construções mentais, desconexas da realidade, sendo que essa – a realidade concreta – é inserida posteriormente ao processo, de forma comparativa, muito mais próxima das análises weberianas do que do arcabouço teórico do próprio Marx. O autor ainda afirma que as práticas políticas que resultaram dessa orientação teórica equivocada, bem como o peso negativo de tais formulações, podem ser observadas até o momento em que tal texto fora publicado - 1966, como apontado no rodapé<sup>5</sup>.

José Chasin, seguindo o mesmo diapasão de Caio Prado, aponta para dois tipos de erro; de um lado aqueles que, por não compreenderem o que vem a ser o caráter universal do capitalismo, criam um “aglomerado de leis gerais” facilmente aplicáveis a qualquer processualidade histórica; de outro, aqueles que privilegiam as singularidades, sem conectá-las com a totalidade, criando assim uma análise empírica e simplificadora de tais processos. Essas categorias, em ambas as análises, não se relacionam reciprocamente, ou simplesmente não existem. O “vácuo” criado entre universal e singular nunca poderá ser preenchido por tais análises, pois lhes falta a real dimensão da *particularidade* ontogeneticamente constituída do caso brasileiro, “(...) o problema fundamental de colher, à maneira

---

<sup>4</sup> PRADO JR, Caio. *A Revolução Brasileira*. 2ª edição, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1966, p. 33, 34.

<sup>5</sup> PRADO JR., 1966, p. 33-35. “Mas até hoje pesa ainda consideravelmente na maneira como se interpreta a realidade econômica, social e política brasileira. Pesam negativamente, embaraçando qualquer tentativa de verdadeiro e fecundo trabalho de elaboração científica. (...) A teoria da revolução brasileira (...) se transmitiu assim com todas suas grandes falhas e sem nenhuma revisão radical que se fazia tão necessária.” Ousaríamos dizer, mesmo correndo o risco a que toda simplificação está sujeita, que tais observações são extremamente atuais, mesmo depois de passados quase quarenta anos.

dialética, a entificação do capitalismo no Brasil diz respeito à questão dos particulares (...)”<sup>6</sup>.

Toda essa discussão nos remete a problemática das “vias nacionais” de desenvolvimento capitalista.

## I.II – As vias nacionais de entificação/objetivação capitalistas: “clássica”, “prussiana” e “prussiano-colonial”

As sumárias observações acerca da relação entre o universal, o particular e o singular que tecemos acima nos permite constatar e afirmar alguns pressupostos que devem orientar nossa análise no estudo da FIESP.

Ao salientarmos a necessidade da real compreensão da particularidade histórica brasileira, estamos afirmando, antes de mais nada, que a forma pela qual o modo de produção capitalista<sup>7</sup> se desenvolve no Brasil possui características

---

<sup>6</sup> CHASIN, J. “A ‘Politização’ da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico”, in *Temas*, v. 2, São Paulo, Grijalbo, 1977, p. 151 e 152. “De uma parte, o insatisfatório entendimento do que venha a ser o **caráter universal** do fenômeno capitalista, conduziu a refletir simplesmente com atributos e leis genéricas, e a ‘constatar’ a **ocorrência necessária** destes a qualquer custo, no interior das fronteiras nacionais. Assim, preservaram-se universais, mas não na condição de universais concretos, e, muitas vezes, singularidades reais foram perdidas. De outra parte, uma forma de incorreção mais recente tem hiper-acentuado as singularidades, mas, tomando-as simplesmente como dados empíricos, isto é, despojadas por inteiro de qualquer espessura ontológica (espessura que, sob feição avariada e debilitada, não importa, restava, ainda assim, no caso anterior), faz com que a universalidade concreta seja completamente diluída. E a relação entre universal e singular, aí, se mostra como uma relação entre categorias exteriores uma a outra, como a subsunção de um amontoado de notas empíricas a um princípio geral”. Sendo assim, conclui que, “(...) enquanto a primeira forma de incorreção acentua o universal e tende a perder o singular, a segunda acentua o que tem pela singularidade e perde completamente o universal. Observa-se, pois, que a lógica destes dois casos manobra na polaridade entre universal e singular, entre os quais habita puramente o vácuo. Numa linguagem lukacsiana, dir-se-ia estar face a teorias fetichizadas, na medida que lidam exclusivamente com as categorias de universalidade e singularidade, eliminando ou não reconhecendo exatamente a categoria da **particularidade** (...)”. Ainda sobre a relação Universal/Particular/Singular cf. MAZZEO, 1999, p. 108 e 109.

<sup>7</sup> “Tudo considerado, não se está, em face do conceito de modo de produção, como diante de um quadro sinótico, rígido na sua unidirecionalidade achatada de uma só dimensão, mas diante de uma

específicas, particularidades próprias, que na sua relação com a totalidade do processo histórico, engendrará uma forma específica de ser (singular) de sociabilidade em nosso país, tanto na esfera econômica, como na esfera político-social<sup>8</sup>.

Essa totalidade não pode ser tomada como pressuposto que se impõe abstratamente; não deve de forma alguma ser desvinculada do mundo real/concreto dos seres humanos, bem como das conseqüências de suas ações, nas palavras de A. C. Mazzeo: “A totalidade, é muito mais que um devir arbitrário”. Ou seja, ela - a totalidade - é produto/produtor da ação concreta dos Homens, no mundo concreto, ou ainda *síntese de múltiplas determinações*. Citando Lucáks, Mazzeo ainda nos oferece a seguinte contribuição:

(...) é uma sucessão de encadeamentos ordenados, de determinações que contêm equilíbrios estruturais, regulados pela temporalidade e dinâmica que a história engendra, regida por leis próprias que indicam as grandes tendências gerais das transformações. Por essa razão, para apreendê-la da maneira mais global, devemos remontar às suas *determinações fundamentais*. Marx, ao propor o estudo de uma formação social, e, como exemplo, o fez tomando por base sua população, mostrou que devemos partir ‘(...) dos elementos abstratos lentamente obtidos para voltar a fazer a viagem de modo inverso, chegando novamente à população, mas dessa vez não como uma representação caótica do todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas. Desse modo, é a própria essência da totalidade econômica que prescreve o caminho a seguir para conhecê-la.’ (...)<sup>9</sup>.

Portanto, para chegarmos às *determinações fundamentais* da processualidade histórica brasileira é preciso, antes de mais nada, percorrer em

---

totalidade *anatomicamente* ordenada e em processo, apta e obrigada a colher o particular concreto”. CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado - Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978, p. 621.

<sup>8</sup> Sobre a anatomia política e a atuação do Estado no desenvolvimento do capitalismo das economias nacionais cf. MÉSZÁROS, 2002, Parte I – *A sombra da incontrolabilidade* – (toda). NETTO, José P. Notas sobre democracia e transição socialista, in: NETTO, José P. *Democracia e Transição Socialista - Escritos de teoria política*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, p. 72/74.

<sup>9</sup> LUKÁCS, G. *Ontologia dell'essere sociale*. Roma, Ed. Riuniti, 1976, vol. 1, p. 285. Apud, MAZZEO, Antonio C. *Estado e Burguesia no Brasil - Origens da autocracia burguesa*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1989, p. 73.

retrospectiva o caminho (via) que a sociedade brasileira percorreu rumo a entificação capitalista, bem como, estabelecer as devidas distinções entre o caso brasileiro e os casos de *via clássica* e de *via prussiana*. Contextualizada historicamente, a forma específica do desenvolvimento capitalista em nosso país criou uma forma de sociabilidade também específica, que possui uma “legalidade imanente”, com contornos ontológicos de processos particulares, “socialmente determinados, (...) como totalidade articulada por infinitas complexidades, levando em conta que os complexos sociais possuem legalidades objetivas, na qual seus elementos constitutivos, enquanto essências ontológicas próprias, conformam-se em outros processos que são as categorias (...)”<sup>10</sup>.

O Capitalismo, enquanto modo de produção historicamente determinado, possui características gerais próprias, uma determinada “legalidade imanente”, se constituindo como “totalidade articulada por infinitas complexidades”. Porém, no espaço das fronteiras nacionais, este se consolida de maneira específica, o que nos obriga a apontar as diferentes formas de entificação do mesmo<sup>11</sup>.

Dessa forma, seguindo a orientação teórica iniciada com Karl Marx e Friedrich Engels, podemos apontar para três tipos particulares de vias de entificação/objetivação do capitalismo: a “via clássica”, a “via prussiana” e a “via prussiano-colonial”<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> MAZZEO, 1999, p. 109.

<sup>11</sup> “(...) compreender os diferentes movimentos nacionais pressupõe analisar as diferentes vias de objetivação do capitalismo.”. RODRIGUES, M. A. Borges. Particularidade e Objetivação do Capitalismo. *in: Nova Escrita Ensaio*, nº 7, São Paulo: Ed. e Livraria Escrita, 1980, p. 70. Ver também MARX, K. Crítica ao Programa de Gotha, *in: Obras Escolhidas - vol. 2*, São Paulo, Alfa Ômega, p. 221, quando esse afirma: “A ‘sociedade atual’ é a sociedade capitalista (...) mais ou menos modificada pelas particularidades do desenvolvimento histórico de cada país (...) o ‘Estado atual’ se modifica com as fronteiras de cada país”.

<sup>12</sup> A conceituação acerca da forma particular de desenvolvimento do capitalismo no Brasil vai ganhar contornos acadêmicos a partir da década de 1940 com Caio Prado Júnior. Autores como Carlos Nelson Coutinho, José Paulo Netto e José Chasin vão contribuir de maneira decisiva - principalmente

## I. II. I – O capitalismo nos países de “via clássica”

Iniciemos, pois, com os casos de “via clássica”. Encontramos essa forma de desenvolvimento do capitalismo em três países: Inglaterra, Estados Unidos e França. A denominação “via clássica” não está condicionada a fatores temporais, ou seja, não diz respeito à ordem cronológica dos acontecimentos. Como nos aponta J. Chasin “(...) clássicos, acima de tudo, porque mais **coerentes**, mais **congruentes** ou **consetâneos**, a nível de sua própria totalidade, enquanto totalidade capitalista, na qual as diferentes **partes** fundamentais imbricam entre si e em relação ao todo de forma mais amplamente orgânica, de maneira que o real se mostra como **racional**, a nível da máxima racionalidade historicamente possível”<sup>13</sup>. Trata-se na verdade, daqueles casos onde as antigas estruturas sociometabólicas do feudalismo foram superadas através de processos históricos democrático-revolucionários, onde a supremacia do modo de produção capitalista é consolidada de maneira radical, tendo a burguesia como principal agente de tais processos. Marx e Engels já na primeira parte do *Manifesto do Partido Comunista*, destacam esses processos:

Cada etapa do desenvolvimento da burguesia foi acompanhado de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada administrando-se a si própria na comuna; aqui, república urbana independente (...), ali, terceiro estado, tributário da monarquia (...); depois, no período manufatureiro, servindo à monarquia semifeudal ou absoluta como contrapeso da nobreza e, de fato, como pedra angular das grandes monarquias em geral, a burguesia, desde o estabelecimento da

---

na década de 1970 - para esse debate, cabendo a este último a definição do conceito de “Via Colonial”, como categorização da particularidade brasileira. No entanto, em fins dos anos 1980, Antonio Carlos Mazzeo nos apresenta uma contribuição também importante quando observa precisamente que, assim como os outros países da América, o Brasil também se constitui como colônia na fase mercantil-capitalista, porém, a forma como as relações econômico-políticas se desenvolvem em nosso país, não são idênticas aos dos outros países americanos. Sendo assim, acrescenta (e como veremos à frente não se trata apenas de mudar o léxico) ao conceito de via colonial o termo prussiano.

<sup>13</sup> CHASIN, 1977, p. 154. Grifos do autor.

grande indústria e do mercado mundial, conquistou finalmente a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno<sup>14</sup>.

Observamos então nos países da “via clássica” que as proposituras econômico-políticas da burguesia - que nesse momento possuía um caráter extremamente revolucionário - se colocam como o *historicamente novo* em contraposição às antigas estruturas feudais; essa contraposição será levada a termos finais pela burguesia, ou seja, como classe revolucionária, esta se apoiará na força de outras classes expropriadas (trabalhadores em geral, pequenos proprietários de terras etc) e conduzirá – principalmente através de movimentos nacionais – a superação/supressão do *historicamente velho*.

Importante ressaltar que, nos países onde esses movimentos ocorreram, a participação popular é direta e de grande valia para que os objetivos da burguesia sejam alcançados<sup>15</sup>. Nesses países, os interesses da burguesia industrial – o verdadeiro capitalismo segundo Marx – vão predominar num primeiro momento. Interesses estes que irão resultar no grande avanço da indústria em seus respectivos territórios, observados principalmente nos séculos XVIII e XIX.

---

<sup>14</sup> MARX & ENGELS, “O Manifesto Comunista”, in: *Cartas Filosóficas e Outros Escritos*, São Paulo, Grijalbo, 1977, p. 86, Apud, in, op. cit. Rodrigues, 1980, p. 71.

<sup>15</sup> Toda a discussão sobre o processo revolucionário em Inglaterra, França e Estados Unidos, pode ser encontrado em ENGELS, F. “Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico”, in: *Marx e Engels - Obras Escolhidas - vol. 2*, São Paulo, Alfa-Omega, s/d. HILL, C. *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa, Presença, 1977. MARX, K. *O 18 Brumário*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, principalmente o prefácio de Engels a 3ª edição alemã quando ao se referir à luta de classes na França, afirma que este “(...) é o país onde, mais do que em qualquer outro lugar, as lutas de classe foram sempre levadas à decisão final, e onde, por conseguinte, as formas políticas mutáveis nas quais se processam estas lutas e nas quais se condensam seus resultados tomam os contornos mais nítidos”, op. cit. Marx, 1997, p. 17/18. MARX, K. *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução*. Edições 70, Lisboa, 1975, p. 90. LÊNIN, V. I. “El Programa Agrário de la Socialdemocracia en la Primera Revolucion Rusa de 1905-1907”, in: *Obras Completas*. Moscou: Editora Progreso, 1983, tomo XVI, p. 263-267. LÊNIN, V. I. “Las Tres Fuentes y las Tres Partes Integrantes del Marxismo”, in: *Obras Completas*. Moscou: Editora Progreso, 1984, tomo XXIII, p. 16,17. LÊNIN, V. I. “La Revolucion Socialista y el Derecho de las Naciones a la Autodeterminacion”, in: *Obras Completas*. Moscou: Editora Progreso, 1984, tomo XXV, p. 163,164. RODRIGUES, 1980, p. 70-72.

## I. II. II – O capitalismo nos países de “via prussiana”

Nos países de “via prussiana”<sup>16</sup>, a entificação/objetivação capitalista se dá de maneira bem distinta. Nestes países – e o principal exemplo é o caso alemão – a industrialização ocorre tardiamente; a inexistência de uma burguesia revolucionária se faz perceber explicitamente, pois esta se concilia com o *historicamente velho*; além de se conciliar com o “atraso”, o faz através de um reformismo “pelo alto” o que imprime ao processo seu caráter “retardatário”, “retardado” e “reacionário”; esse “conchavo” deve ser explicado a partir da fragilidade da burguesia alemã, pois esta, impossibilitada de levar à frente seu projeto de maneira autônoma se associa subordinadamente aos *junkers* (antigos proprietários de terra). Nesse processo, as classes expropriadas – principalmente o proletariado – são excluídas, e toda vez que, de alguma forma, tentam participar do processo político, sofrem as consequências repressoras da ação policialesca que o Estado passa a assumir<sup>17</sup>.

Já afirmamos anteriormente que as especificidades não se condicionam ao plano da temporalidade histórica, portanto há toda uma processualidade que faz com que essas singularidades assumam tais contornos particulares, ou dito de outra forma, as expressões “capitalismo tardio”, postura burguesa “retardatária” ou “incompletude” histórica, expressam formas de ser específicas, que constituem toda

---

<sup>16</sup> Nunca é demais lembrar que devemos essa conceituação a Lênin, que também a caracteriza como a “segunda época do capitalismo”.

<sup>17</sup> Segundo CHASIN, 1978, p. 619, é próprio da “*via prussiana*, (...) a conciliação entre o *historicamente velho* e o *historicamente novo*, de tal forma que o *novo* paga pesado tributo ao *velho*, no seu processo de emergência e vigência, o confronto entre as componentes agrária e industrial do modo de produção capitalista, (...) teria forçosamente que assumir modalidade específica; digamos assim, formas *abrandadas* e *veladas*”.

a malha do *complexo de complexos* da particularidade dos países de “via prussiana”, em específico aqui o caso alemão.

A seguir procuraremos destacar os aspectos decisivos que constituem ontologicamente a “via prussiana” na particularidade alemã. Enquanto nos países de “via clássica” o capitalismo já se encontra plenamente constituído, engendrando e explicitando todo tipo de contradições entre o proletariado e a burguesia; enquanto esta mesma classe social esgota todo seu potencial revolucionário - pois alcança seu limite histórico de classe burguesa, e suprerá-lo significaria superar sua própria condição de classe - adotando uma posição política de conservação dos seus interesses (de classe); enquanto toda a Europa serve de “palco” a uma nova fase de luta entre classes sociais distintas e antagônicas, luta essa que anunciou o “desabrochar” de novas flores que dariam início a uma nova “primavera” - a *Primavera dos Povos*; enquanto os gritos e os tiros dos *comunardos* parisienses faz ecoar a voz e a luta do proletariado por todo o ocidente; enquanto isso, os alemães lutam por sua unificação nacional.<sup>18</sup>

Não se trata aqui de desqualificarmos qualquer tipo de luta empreendida pelos trabalhadores daquele país. No entanto, os desdobramentos de tal processo, vão indicar para a constituição de uma classe burguesa extremamente “fragilizada”, bem como, para sua “incompletude”. Incompletude essa que lhe permite realizar “apenas as tarefas econômicas”, sendo que as “tarefas políticas” ficaram à cargo dos antigos proprietários de terra, que na época da unificação da Alemanha mantinham relações de caráter feudal em suas propriedades.

---

<sup>18</sup> Todo essa processualidade histórica é conceitualizada por Georg Lukács como *Miséria Alemã*, que segundo José Chasin, “foi o autor que mais se ocupou, nesse século (XX), do estudo da particularidade alemã”. Os conceitos que aqui utilizamos para explicitar o caso alemão são de autoria, quase que em sua totalidade, desse autor, sendo que algumas de suas contribuições para o caso alemão podem ser encontradas em: LUKÁCS, G. *Goethe Y Su Epoca*. Barcelona: Grijalbo, 1968, p. 54-68, e principalmente: LUKÁCS, G. *El Asalto a la Razon*. Barcelona: Grijalbo, 1968, p. 29-74.

As observações de Engels acerca de *As Guerras Camponesas na Alemanha*, nos oferecem grandes esclarecimentos nesse sentido:

O ano de 1866 não modificou (em) quase nada as condições sociais da Alemanha. As escassas reformas burguesas - o sistema único de pesos e medidas, a liberdade de residência, a liberdade de (instalação da) indústria, etc -, todas elas limitadas aos marcos assinalados pela burocracia, não chegam ao alcançado desde há muito tempo pela burguesia de outros países da Europa ocidental e deixam intacto o mal principal: o sistema de tutela burocrática. Além do mais, a prática policialesca em uso tornou completamente ilusórias para o proletariado todas essas leis sobre a liberdade de residência, o direito a cidadania, a supressão dos passaportes, etc<sup>19</sup>.

Engels ainda argumenta que na Alemanha - assim como em outros países - a burguesia percebe a movimentação e a força revolucionárias do proletariado. Nesse momento, alia-se aos antigos proprietários de terra, remanescentes do período feudal, que controlavam toda a burocracia estatal. Quando falamos em “pagar alto tributo ao historicamente velho”, estamos nos referindo a esse tipo de articulação política, pois ao se “vender” politicamente à ação policialesca do Estado, a burguesia assume uma postura de conservadorismo e até retrocesso, pois fica subordinada e atada às amarras que tal estrutura político-institucional estabelece. Nos dizeres do próprio Engels:

(...) E a partir desse momento cai embotado o fio da ação política da burguesia alemã. Esta se empenhou em buscar aliados e a vender-se por qualquer preço; e a partir de então não tem avançado um só passo. Todos esses aliados são essencialmente reacionários: o Poder real, com seu exército e sua burocracia; a grande nobreza feudal; os junkers provincianos (...) e, finalmente, os curas. (...) até que, por último, não lhe sobrou já nada com que (possa) negociar<sup>20</sup>.

Portanto, podemos concluir que nos países caracterizados pela “via prussiana” de entificação/objetivação capitalista não há, inicialmente, nenhum tipo de ruptura entre o historicamente *novo* e o historicamente *velho*, sendo que o *novo*

---

<sup>19</sup> ENGELS, F. *Las Guerras Campesinas en Alemania* - Prólogo a la Segunda Edición, 1870, I. Editorial Andes, Buenos Aires, 1970, p. 22.

<sup>20</sup> ENGELS, 1970, p. 24.

não rompe, pelo contrário, permanece subordinado politicamente ao *velho*, como forma de garantia de seus interesses econômicos.

A forma pela qual o liberalismo se expressará na Alemanha assume, assim, contornos conservadores, pois a aliança conciliatória entre a frágil e incompleta burguesia alemã e a antiga nobreza proprietária de terras, permitirá um desenvolvimento industrial tardio, levado a cabo durante o século XIX – desenvolvimento este que permite, inclusive, a posterior superação da condição subordinada desta burguesia.

No entanto, o caráter conservador do liberalismo se faz presente quando se leva em conta que, nos países de “via clássica” a ideologia liberal expressa uma *forma de ser* totalmente nova e revolucionária de uma classe, levando inclusive a libertação do “camponês das cadeias da servidão feudal”; já na Alemanha, essa mesma *forma de ser* assume outros contornos, determinados pelas contingências históricas do período, quais sejam, a do esgotamento – também histórico – das proposituras liberais, haja vista os já mencionados movimentos revolucionários desencadeados, principalmente na França durante o século supra-citado, o que leva não a superação, mas sim a transformação da servidão feudal em “grilhões capitalistas”.

Não se trata, porém, de tomarmos o liberalismo como uma ideologia de manipulação, utilizada pela burguesia de acordo com seus interesses. O caráter multifacetário do liberalismo, expressa sua ambigüidade de acordo com a concretude do momento histórico analisado: “Localizando-o em sua historicidade concreta é que percebemos por que o liberalismo apresentou-se como revolucionário e conservador, subversivo e conformista”<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> MAZZEO, 1989, p. 110-113.

## I. II. III – A entificação/objetivação do capitalismo na processualidade histórica brasileira: o caminho “prussiano-colonial”

Passemos agora ao caso brasileiro. O Brasil “surge” para o mundo ocidental no último ano do século XV, quando os portugueses anunciam a ocupação e a posse do território. Durante as três primeiras décadas do século seguinte, a colonização se restringiu ao reconhecimento da costa e ao estabelecimento de algumas feitorias ao longo do litoral brasileiro; estas foram criadas para armazenar o Pau-brasil e os produtos nativos - os chamados produtos tropicais - que eram extraídos pelos índios em troca das mais variadas quinquilharias.

A partir do terceiro decênio do século XVI surge a real necessidade de ocupar as terras brasileiras, decorrência da ameaça de “invasão” do território por outros povos, tais como franceses e ingleses, e da crise econômica que a coroa portuguesa passa a enfrentar devido à progressiva perda do monopólio comercial com o oriente – *Índias Orientais*. A questão que se coloca é a da forma de ocupação. Como ocupar de maneira economicamente rentável um litoral tão extenso? Para todos os efeitos o interior do território ainda não era conhecido.

A saída encontrada para tal problema se encontrava no modelo de ocupação implantado em outras colônias portuguesas (Madeira e Cabo Verde). Dividiu-se a costa brasileira em “doze setores lineares com extensões que variavam entre 30 e 60 léguas”. Esses setores - chamados capitânicas - foram doados a titulares que “gozarão de grandes regalias e poderes soberanos”, os donatários.

A produção agrícola se pautou na exploração monocultora da cana-de-açúcar, cultivada em grandes plantações, os latifúndios. Além do clima e do solo favorecerem esse tipo de gênero agrícola, outro fator era preponderante: a grande rentabilidade que se exigia da produção colonial. Como nos aponta Caio Prado Junior,

A grande propriedade será acompanhada no Brasil pela monocultura; os dois elementos são correlatos e derivam das mesmas causas. A agricultura tropical tem por objetivo único a produção de certos gêneros de *grande valor comercial*, e por isso *altamente lucrativos*. (...) É fatal portanto que todos os esforços sejam canalizados para aquela produção; mesmo porque o sistema da grande propriedade trabalhada por mão-de-obra inferior (escrava), como é a regra nos trópicos, e será o caso no Brasil, não pode ser empregada numa exploração diversificada e de alto nível técnico<sup>22</sup>.

Para completar tal quadro de colonização, a mão-de-obra indígena foi, gradativamente, sendo substituída pela mão-de-obra do negro africano. Os índios passam a se tornar arredios à divisão do trabalho sistematizado, imposto pelo colonizador branco. Mesmo com sua “natureza nômade”, conseguiram se adaptar a extração esporádica do pau-brasil; no entanto, não suportaram a “disciplina, o método e os rigores de uma atividade organizada e sedentária como a agricultura”<sup>23</sup>. A postura do colonizador diante da resistência foi a escravização do indígena, que de fato aconteceu em algumas regiões até o final do período colonial, porém, não sem uma forte resistência dos nativos. Diante dessa dificuldade de obtenção da mão-de-obra internamente, buscou-se a saída na escravização de populações de estrangeiros, no caso, o negro africano<sup>24</sup>.

Estavam criados então, os pilares da ocupação e da colonização do território brasileiro: uma ocupação baseada na exploração monocultora dos latifúndios, que utiliza a mão-de-obra escrava (seja ela indígena, seja ela negra) na produção de

---

<sup>22</sup> PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994, 41ª ed, p. 31/37. Os itálicos e o parêntese são nossos.

<sup>23</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>24</sup> Ibidem, p. 37.

gêneros agrícolas de alta rentabilidade - inicialmente a cana-de-açúcar - que, invariavelmente, eram destinados aos grandes centros econômicos do período, o mercado europeu<sup>25</sup>.

No que diz respeito à organização política do território, esta ficará sob a responsabilidade dos donatários. Esses recebiam a posse das capitanias através de documentos (Cartas de Doação) que lhes davam o direito de distribuir e legislar seus respectivos territórios (Foral). Importante salientar que essa classe de proprietários que se estrutura na colônia assume, desde a origem, feições capitalistas, haja vista que toda a produção colonial estava inserida no contexto de exploração comercial, cujo centro propulsor era a economia européia. Desde sua gênese, portanto, se constitui como uma burguesia agrária ligada diretamente à atividade mercantil mundial.

Essa breve descrição do período inicial da colonização do território brasileiro já nos dá algumas indicações da forma pela qual o Brasil se insere no contexto da divisão internacional do trabalho do século XVI, qual seja, a de apêndice produtor integrado de forma subordinada aos grandes centros da economia mundial, com a função exclusiva de fornecedor de gêneros tropicais e agrícolas de alto valor comercial.

É importante observar que, nessa fase do desenvolvimento do Capital, a forma universal capitalista ainda não se manifesta hegemonicamente, porém já começa a subordinar as antigas formas de produção – agricultura, manufatura, mão de obra e comércio – lhes imprimindo, progressivamente, um novo caráter. Mas o que isso significa propriamente?

---

<sup>25</sup> Vale acrescentar que os recursos financeiros para tais investimentos agrícolas nessa primeira fase, eram vultuosos, e foram levantados principalmente em Portugal e na Holanda (principalmente banqueiros judeus). Ibidem, p. 32.

Esse é o momento de desagregação de uma forma sociometabólica específica, o modo de produção feudal. É da crise desse sistema, e das contradições que essa engendra, que irão ser criadas as bases econômicas e sociais de uma nova particularidade – o capitalismo industrial. Essa fase corresponde ao momento da acumulação primitiva de capitais, que serviria, posteriormente, como arrimo econômico da burguesia para suas investidas revolucionárias, e correspondente tomada do poder político, nos países de “via clássica”.

Todas as formas produtivas nesse período não se constituem como formas capitalistas. Porém, o processo de valorização das mercadorias (inclusive da mercadoria força-de-trabalho) converte-se em instrumento do próprio processo de valorização e auto-valorização do capital, ou como nos aponta Karl Marx: “O processo de trabalho converte-se em instrumento do processo de valorização, do processo de autovalorização do capital – da fabricação da mais-valia. O processo de trabalho é subsumido ao capital (é seu próprio processo), e o capitalista se enquadra nele como dirigente, condutor; para este, é ao mesmo tempo, de imediato, um processo de exploração de trabalho alheio”<sup>26</sup>. Essa é uma característica essencial dessa fase de desenvolvimento do Capital, a qual Marx vai denominar *subsunção formal do trabalho ao capital*.

Nessa processualidade todas as formas produtivas pré-existentes e não específicas ao capitalismo, são subsumidas (ou subordinadas) ao Capital. A partir de então a força de trabalho é separada, progressivamente, de seus meios de trabalho; o antigo camponês passa a ser desvinculado da terra e de suas ferramentas, o artesão passa a possuir apenas sua mão-de-obra para, “livremente”, vendê-la à

---

<sup>26</sup> MARX, Karl. *O Capital – Livro I – Capítulo VI (inédito)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978, p. 51.

burguesia, esta agora proprietária privada dos meios de produção e circulação – terras, oficinas artesanais, comércio, etc – numa clara oposição entre aqueles que produzem e aqueles que se apropriam – de forma privada – do produto do trabalho alheio<sup>27</sup>.

É nesse contexto que se insere o processo de colonização do Brasil. Toda a estruturação da empresa colonial aqui instalada só pode ser entendida se levarmos em conta os “mecanismos” dessa fase de *subsunção formal do trabalho ao capital*. Só assim podemos entender o porque da divisão do território em grandes propriedades de terras; o porque da utilização da mão-de-obra escrava (reativando uma antiga forma de força-de-trabalho). O trabalho escravo, nesse contexto, é força de trabalho que “valoriza e auto valoriza” o processo de produção do próprio capital.

Isso ocorre devido à necessidade que o próprio processo de produção do capital possui de se assentar em formas de trabalho preexistentes – sejam elas quais forem. Ou seja, o Capital como uma nova forma sociometabólica, inserida num determinado processo particular de constituição histórica, se assenta e se sustenta em formas econômicas e sociais já existentes, ou até mesmo “reinventa” formas extintas, que não são as formas particulares do capitalismo. O *novo* elemento que se coloca agora, é o fato de essas formas *antigas* estarem a “serviço” e subsumidas ao processo de valorização do capital. Nos dizeres do próprio Marx:

(...) Pelo contrário, faz parte da natureza da questão o fato de que a subsunção do processo de trabalho ao capital se opere à base de um *processo de trabalho preexistente*, anterior a essa subsunção ao capital, e que se configurou à base de diferentes processos de produção anteriores e de outras condições de produção; o capital se subsume a *determinado processo de trabalho existente*, como, por exemplo, o trabalho artesanal ou o tipo de agricultura

---

<sup>27</sup> “Quando o camponês, antes independente e que produzia para si mesmo, se torna diarista e trabalha para um agricultor; quando a estrutura hierárquica característica do modo de produção corporativo desaparece ante a simples oposição de um capitalista que faz trabalhar para si os artesãos convertidos em assalariados; quando o escravista de outrora emprega seus ex-escravos como assalariados etc, temos então que processos de produção determinados socialmente de outro modo se transformaram no processo de produção do capital” (Ibidem, p. 51).

correspondente à pequena economia camponesa autônoma. Se nesses processos de *trabalho* tradicionais, que ficaram sob a direção do capital, se operam modificações, estas só podem ser *conseqüências* paulatinas da subsunção de determinados processos de trabalho tradicionais ao capital<sup>28</sup>.

Compreendemos, portanto, como o Capital, no seu processo de constituição, engendra-se a partir de formas preexistentes de produção e, no seu ciclo de auto valorização, subordina essas formas anteriores ao seu próprio processo. A esse respeito Mazzeo afirma que: “O caráter universal da produção de amoldar-se as diversas situações concretas é ressaltado por Marx, quando afirma que a produção não é somente particular. Ao contrário, é sempre um organismo social determinado, um sujeito social que atua em um conjunto mais ou menos grande, mais ou menos pobre de ramos de produção, quer dizer, a produção socialmente dada articula-se com formas particulares socialmente dadas de produção. A produção capitalista, ao reproduzir sua própria existência de forma contínua, desintegra, reintegra ou cria novas realidades (particularidades) para se auto-repor”<sup>29</sup>.

A economia brasileira se estrutura, portanto, inserida nesse processo de *subsunção formal do trabalho ao capital*<sup>30</sup>. Nunca é demais lembrar que, a posição que o país ocupa no interior da divisão internacional do trabalho no período da

---

<sup>28</sup> MARX, 1978, p. 54.

<sup>29</sup> MAZZEO, 1989, p. 72.

<sup>30</sup> Toda a contextualização histórica da constituição da economia colonial brasileira se faz necessária justamente para não incorrerem em equívocos analíticos já apontados por outros autores, entre eles Caio Prado. Ao criticar a teoria da revolução brasileira, Prado chega a afirmar que não há nada mais estranho à teoria de Marx, do que a idéia *evolucionista* na qual se baseava a esquerda brasileira. Essa análise – equivocada – do caso brasileiro seria o pressuposto para teorias que defendiam – e ainda defendem – a idéia de estruturas feudais no Brasil, que precisariam ser superadas por uma revolução de caráter burguês, para somente então, se iniciar uma luta proletária pelo poder. PRADO JR., 1994, p. 42-44. A tese da revolução por etapas foi defendida pelo PCB até 1992. Além de Prado, o debate sobre o “modo de produção escravista colonial” no Brasil, conta com a importante análise de Mazzeo que, a partir do diálogo intelectual com Décio Saes, Jacob Gorender e Flamarion Cardoso, analisa a particularidade histórica brasileira, demonstrando os equívocos de se inserir o Brasil num modo de produção específico – o escravista colonial. MAZZEO, op. cit., todo o capítulo II: *A formação social colonial como particularidade histórica*, p. 55-85.

acumulação primitiva de capitais é a de economia subordinada e atuando como apêndice complementar às economias centrais européias.

Pois bem, essa forma particular de constituição econômico-social engendrará uma forma também particular de organização política. O processo de constituição do Estado nacional brasileiro só pode ser entendido se levado em conta tais particularidades. Os movimentos nacionais pela emancipação política do Brasil, configuram-se no interior e inseridos no processo específico de entificação do capitalismo em nosso país, qual seja, uma forma particular cuja característica principal é o seu caráter de extração colonial.

Para elucidarmos o anteriormente afirmado se faz necessário, antes de mais nada, uma breve descrição dos fatos.

A transferência da Corte Portuguesa em 1808 para o Brasil inaugura um novo momento na vida política do país. As contingências históricas européias – Invasões Napoleônicas – vão fazer com que a família real portuguesa passe a governar todos os seus territórios do interior de uma de suas colônias. Importante notar que o fato de o Brasil ter sido transformado na sede da monarquia portuguesa não foi ocasional. Desde o século XVIII a economia brasileira havia se transformado no principal sustentáculo do Império Português, que se encontrava em plena crise, sendo esta reflexo não só das arcaicas estruturas políticas portuguesas, mas também determinada pela respectiva crise do sistema colonial e consecutiva subordinação e dependência em relação aos ingleses.

É nesse século (XVIII), entretanto, que a mineração provocará algumas mudanças no interior da colônia. Não só o centro econômico de nossa economia migra do nordeste para a região sudeste. Internamente a administração política

também é deslocada, acompanhando o mesmo eixo territorial. É importante observar que, com o advento da mineração, o país passa por um pequeno, mas sensível crescimento urbano. As cidades vão nascendo e crescendo de acordo com o ritmo exigido pela nova atividade econômica. No seu interior uma “camada média”, cujo caráter urbano - já mencionado acima - é flagrante, também passa a existir no país.

Entretanto, quem continuará a dominar a cena político-econômica é a mesma burguesia agrária exportadora, estruturada a partir do latifúndio e do escravismo.

Voltemos aos fatos. Várias medidas de caráter econômico-político foram implantadas pelo então regente de Portugal Dom João VI, logo na sua chegada ao Brasil. No que diz respeito à administração pública era necessário criar uma estrutura político-administrativa para que se pudesse governar todo o Império a partir de uma colônia. A corte se estabelece na cidade do Rio de Janeiro; D. João criou ministérios, o Banco do Brasil, um Tribunal Superior (Casa da Suplicação), a Imprensa Régia, entre outras repartições. Vale lembrar que em 1815 o Brasil, até então uma colônia (vice reino), foi elevado à condição de Reino, através de um decreto do príncipe regente. Já na economia a principal medida foi a imediata “Abertura dos Portos do Brasil”, pois agora todo o comércio exterior de Portugal deveria ser controlado do interior de nosso território<sup>31</sup>. A esse respeito, Caio Prado afirma que:

(...) Estabelecendo no Brasil a sede da monarquia, o Regente aboliu *ipso facto* o regime de colônia em que o país até então vivera. Todos os caracteres de tal regime desaparecem, restando apenas a circunstância de continuar à sua frente um governo estranho. São abolidas, uma atrás da outra, as velhas engrenagens da administração colonial, e substituídas por outras já de uma nação soberana. Caem as restrições econômicas e passam para um primeiro plano das cogitações políticas do governo os interesses do

---

<sup>31</sup> Cabe lembrar que os grandes beneficiados com tal medida foram os ingleses, pois os tratados assinados entre os dois países, concediam vários privilégios à essa nação. Como exemplo podemos citar os Tratados de 1810, ou Acordos de Strangford, onde, entre outras coisas, ficou estabelecido que os produtos ingleses seriam taxados em 15% sobre seu valor nominal, enquanto os demais países pagavam 24%.

país. São estes os efeitos diretos e imediatos da chegada da Corte<sup>32</sup>.

Em 1818, com a morte de D. Maria – então rainha de Portugal que não governava por problemas de sanidade mental –, D. João VI é aclamado rei. Na Europa, Napoleão havia sido derrotado em 1815, e as idéias liberais avançavam sobre todo o continente. Nesse contexto irrompe em 1820, a Revolução Liberal e Constitucional do Porto (Portugal). Após a derrota de Napoleão, o país havia ficado sob o controle dos ingleses, que governavam o país através de uma ditadura militar (marechal Beresford). Além disso, o fim da exclusividade do comércio brasileiro, levou a burguesia mercantil portuguesa a uma grande crise econômica e conseqüente bancarrota. O movimento de 1820 conseguiu expulsar os ingleses e passou a exigir o retorno do rei a Portugal, o que ocorreu no ano seguinte.

A partir de então o governo português passa a tomar várias medidas com o claro intuito de reconduzir o Brasil à antiga condição colonial. As províncias brasileiras foram declaradas independentes do Rio de Janeiro e passaram a ser subordinadas diretamente à coroa portuguesa; outra medida foi a invalidação das decisões dos tribunais brasileiros, anulando assim a autonomia jurídica do Reino. O passo seguinte seria levar de volta a Portugal o Príncipe regente D. Pedro.

É nesse contexto que a burguesia agroexportadora brasileira passa a se articular com vistas à emancipação política do país. Na verdade, estes já não queriam abrir mão da riqueza produzida internamente, pois no regime de exclusividade comercial a maior parte da renda real aqui produzida refluía à metrópole. São estes interesses que determinarão a dinâmica do processo de independência política do Brasil; o que de fato ocorre é que os grandes proprietários de terras, que viviam da exportação de suas mercadorias, percebem a ameaça que

---

<sup>32</sup> PRADO JR, Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957, p. 44, 45.

o retorno ao “Exclusivo Colonial” representava as possibilidades de aumento de seus lucros. Segundo Mazzeo:

A perspectiva de liberdade comercial, proporcionada pela decadência portuguesa – que materializava o surgimento da maturidade capitalista -, reforçada a partir de 1808, levará essa burguesia a não mais querer que a maior parte da renda aqui produzida reflua à metrópole. Tais interesses específicos determinarão o rompimento dos terratenetes brasileiros com Portugal, isto é, com as correntes do “Exclusivo Colonial” português que amordaçavam as possibilidades de maiores lucros dos poderosos do Brasil. Esse é o “móvel” da emancipação política brasileira, conduzida por competentes membros dessa burguesia “anômala”, determinada muito mais pela crise do sistema colonial mundial e por suas conseqüências imediatas, do que por uma proposta de mudança econômico-social que visasse um desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em moldes plenamente burgueses. A condução política do “Partido Brasileiro”, capitaneado pelos donos de terras e de escravos, não terá assim, em seu conteúdo, nenhuma perspectiva de real ruptura com a estrutura colonial da economia brasileira.<sup>33</sup>

Percebemos, portanto, que um dos aspectos que marcam a formação do Estado nacional brasileiro é justamente a inexistência de um projeto político-econômico revolucionário, que rompesse com as determinações estruturais de nossa economia colonial. Dito de outra forma, o que a burguesia agroexportadora brasileira defendia, enquanto projeto econômico, era a continuidade da forma colonial de exploração do território - o que de fato ocorreu -, forma esta pautada na mão-de-obra escrava, no latifúndio e na produção de gêneros agrícolas de grande valor comercial destinados ao mercado externo.

Com relação ao processo de emancipação política, este se dá na forma de uma transição pelo alto, lenta e segura – característica que viria a ser uma das marcas de todos os processos de transformações de nossa estrutura política -, sem qualquer participação das “classes médias” urbanas, e muito menos das camadas populares. É importante lembrar que alguns destes setores, com propostas mais

---

<sup>33</sup> MAZZEO, 1989, p. 90. As aspas são do autor.

radicais, chegaram a se manifestar, porém sem lograr grandes êxitos. Faltavam-lhes o arrimo social necessário à todo e qualquer movimento que se propõe transformador, por isso foram facilmente derrotados e severamente punidos. Já por parte dos grandes proprietários de terras, a habilidade se caracteriza por vislumbrarem na figura de D. Pedro o instrumento político que possibilitaria a emancipação do território brasileiro em relação a Portugal. Outro fator muito importante é que essa estratégia descartaria definitivamente qualquer interesse de cunho democrático, afastando de vez a possibilidade da participação popular e confirmando a não existência de grandes divergências entre as frações burguesas que compunham o processo, quando se trata de excluir – de maneira segura – todo e qualquer seguimento que pudesse vir a ameaçar de alguma forma sua hegemonia econômico-política.

Nesse sentido é importante salientar que os elementos político-ideológicos, bem como a estrutura econômica que constituirão os contornos e conteúdos do Estado nacional brasileiro, são próprios de formações sociais capitalistas de extração colonial. Segundo Mazzeo, “(...) Desde a sua formação, o Estado nacional brasileiro trará em seu âmago dois aspectos que comporão sua superestrutura: de um lado, elementos ideológicos comuns às formações sociais que vivenciaram situações tardias – ou hiper-tardias – de desenvolvimento capitalista (onde insere-se Portugal); de outro, aspectos específicos inerentes à situação de particularidade escravista e latifundiária”<sup>34</sup>. Mazzeo chama a atenção para o fato de que algumas análises, ao entenderem os latifundiários como meros manipuladores das idéias liberais, reduzem e simplificam a questão. Assim como todo o *complexo de complexos* do tecido sócio-econômico brasileiro, a forma pela qual o liberalismo se

---

<sup>34</sup> MAZZEO, 1989, p. 91,92. O hífen é nosso.

manifestou no país traz em sua gênese a particularidade da via colonial, ou seja, a “absorção colonial” do liberalismo é “(...)concretamente, engendrada pela organização produtiva agroexportadora e escravista(...)”<sup>35</sup>.

A problemática levantada por Mazzeo é de extrema relevância, pois essa revela que a particularidade histórica de Portugal será o elemento norteador da forma como o liberalismo se manifestará em suas colônias, e particularmente no Brasil.

Durante o século XVIII, enquanto a Europa passava por um processo de expansão do capitalismo industrial e do ideário liberal, Portugal ainda sustenta sua economia no então decadente modelo mercantilista. Para completar o quadro de desenvolvimento de um capitalismo tardio no caso português, este país se encontrava num enraizado processo de subordinação estrutural de sua economia em relação à Inglaterra, processo esse que se iniciaria com os *Navigation Act* de 1651 e seria reforçado com o Tratado de Methuem, em 1703.

A postura da metrópole portuguesa em relação às suas colônias é a de reforçar os mecanismos da política econômica do mercantilismo, principalmente através das sobretaxas de impostos para os produtos de exportação e importação e da proibição do livre comércio no interior da colônia, bem como, da instalação de manufaturas, posições estas reafirmadas a partir das Reformas Pombalinas<sup>36</sup>. Portugal produz assim, uma espécie de “mercantilismo ilustrado”, que é estendido à burguesia agroexportadora brasileira. Este seria uma adequação do pensamento revolucionário burguês ao atraso estrutural da metrópole portuguesa e, conseqüentemente, de suas colônias. Essas “idéias adequadoras” são na verdade,

---

<sup>35</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>36</sup> Um bom exemplo desse enrijecimento administrativo-fiscal que a metrópole portuguesa exerceu sobre o Brasil, pode ser tomado se analisarmos a estruturação da exploração mineral em nosso país. Cf. PRADO JR, 1994, p. 56-65.

propostas de transformações que não rompem com o historicamente velho, pois mantém os mesmos mecanismos de produção da riqueza. Na verdade, na maioria das vezes, tais proposituras de modernização assumem contornos conservadores e até reacionários. Isso explica, por exemplo, a manutenção da mão-de-obra escrava mesmo depois do processo de independência do país. Apesar de longa, a citação a seguir, sedimenta de forma segura o anteriormente afirmado:

As adequações do pensamento revolucionário burguês ao atraso do reino português originaram, então, um tipo de “mercantilismo ilustrado”. Essas “idéias adequadoras” estenderam-se também à “elite” brasileira. Apareciam então como duas faces de uma mesma moeda, quer dizer, o Império Português. Diferenciavam-se no entanto, no que se refere aos aspectos ligados a interesses das atividades econômicas específicas, atividades essas, umbilicalmente interligadas. Alterações de caráter revolucionário que pudessem, de alguma forma, pôr em risco a base das relações de produção existentes, eram temidas tanto pela burguesia metropolitana como pela colonial. Para a primeira, seria o rompimento com a estrutura metropolitana do mercantilismo, com uma desastrosa consequência de perda do controle colonial, levando a economia do Império à bancarrota absoluta; para a burguesia colonial brasileira, seria o fim da estrutura latifundiária e escravista e o fim do seu poderio político e econômico no Brasil. (...) Vemos, assim, que tanto em Portugal como no Brasil, as idéias reformistas surgem como determinação de um processo de modernização refreadora de mudanças fundamentais na estrutura social e produtiva. Portugueses e luso-brasileiros valem-se das “novas” teorias adequadoras da ilustração à “reação conservadora”, que já se delineava na Europa, indicando a transformação do liberalismo revolucionário em liberalismo conservador e renunciando a decomposição do pensamento revolucionário burguês<sup>37</sup>.

Verificamos, portanto, que o *complexo de complexos* que compõe a processualidade histórica, na constituição do Estado nacional brasileiro, expressa especificidades determinadas e determinantes – num verdadeiro movimento de *reflexo* – da via particular de entificação/objetivação capitalista no Brasil. Vimos que o movimento pela emancipação do país não rompe com a forma de organização produtiva, mantendo praticamente intacta a estrutura econômica agroexportadora escravista do período colonial. A classe que estará à frente de tal processo – a

---

<sup>37</sup> MAZZEO, 1989, p. 99.

burguesia agrária que vive da exportação de seus produtos aos pólos centrais do capitalismo – assumirá uma formulação extremamente conservadora e, em muitas vezes reacionária. Preocupada apenas em se apropriar de uma maior parte da renda produzida internamente, essa se articulará de maneira engenhosa para garantir seus interesses, promovendo a independência política do país, sem, no entanto, sofrer qualquer tipo de ameaça popular, excluindo de seu projeto a grande massa de miseráveis, historicamente característica de nossa composição social.

O exposto acima nos permite traçar uma primeira síntese comparativa entre os caminhos de “via prussiana” – como é o caso da Alemanha – e os de via “prussiano-colonial” – cujo itinerário se insere a particularidade brasileira.

Numa primeira aproximação podemos perceber muitas semelhanças entre as formas de entificação/objetivação do capitalismo alemão e brasileiro. A primeira delas diz respeito a serem formas distintas das formas clássicas, ou seja, se incluem no universal das formas “não clássicas” de constituição capitalista. A grande propriedade rural, bem como a classe social que nesta se sustenta, são decisivas e possuem um papel de grande relevância nos dois processos; serão os principais elementos sociais na estratégia de “reformismo pelo alto” implementado no plano político imediato, onde os processos revolucionários serão eficazmente abortados/excluídos. Outra aproximação possível diz respeito ao processo de desenvolvimento das forças produtivas, pois em ambos os casos, diferentemente das formas clássicas, a industrialização se dará de forma lenta, retardatária, tardia, e, no caso brasileiro, hiper-tardia. No entanto, as aproximações param por aí.

Não podemos nos esquecer que toda essa estruturação categorial desenvolvida pelo pensamento marxiano e pelos marxistas que a herdaram, não se constituem como *construtos mentais*, previamente estabelecidos. São na verdade,

*abstrações razoáveis* da realidade concreta e que, portanto, expressam uma determinada forma de ser; determinação esta condicionada por processualidades históricas específicas e particulares, que se diferenciam em sua ontogênese. Não são, portanto, modelos nos e dos quais se abstrai a realidade, para depois serem “encaixados” na mesma.

Apesar de pertencerem ao universal das formas “não clássicas” de entificação/objetivação capitalista, a “via prussiana” e a via “prussiano-colonial” se diferenciam na medida em que se constituem como processualidades históricas particulares. Enquanto na Alemanha a propriedade da terra – bem como a classe proprietária que essa origina – derivam das antigas formas feudais de produção, no caso brasileiro a estrutura fundiária se assenta no interior das relações capitalistas de produção, no momento da *subsunção formal do trabalho ao capital*, como já descrevemos anteriormente.

Outra diferença a ser levada em conta diz respeito à conciliação entre o *historicamente velho* e o *historicamente novo*. Nos países cuja formação podemos caracterizar como de “via prussiana” a burguesia se articula com os antigos proprietários de terras (*junkers*) de forma subordinada, pois depende da ação repressora do Estado para que seu projeto econômico alcance êxito. Nesses casos, a burguesia é responsável pelo desenvolvimento das forças produtivas rumo à industrialização – *verdadeiro capitalismo*. A aliança *pelo alto* se faz necessária na medida em que, devido ao caráter tardio de tal processo – últimas décadas do século XIX -, os trabalhadores já se encontram organizados politicamente e suas reivindicações se tornam um entrave às pretensões da burguesia.

Já no caso brasileiro é preciso atentar para o fato de a burguesia que aqui se forma ser geneticamente vinculada à estrutura fundiária do país. Enquanto na

Alemanha a burguesia, apesar de antidemocrática, se constitui como uma classe autônoma, no Brasil essa mesma classe tem como origem a estrutura agrário mercantil escravista, estrutura esta totalmente subordinada aos pólos centrais do capitalismo. Esse fator determinará inclusive a natureza não apenas tardia, mas *hiper-tardia* de nossa industrialização<sup>38</sup>.

Para entendermos o caráter hiper-tardio da industrialização brasileira é preciso antes de mais nada, caracterizar sua formação ontogenética, o que nos esclarecerá outra distinção entre a “via prussiana” e a “via prussiano-colonial”.

O processo de acumulação e concentração de capitais necessários ao desenvolvimento industrial dar-se-á no Brasil através do campo. Ou seja, os recursos derivados da exportação agrícola foram os responsáveis pela “acumulação primitiva de capitais” que, posteriormente, foram investidos no processo industrial. Importante salientar que esse processo se deu de forma lenta a partir de meados do século XVIII, permeado por grandes variações, próprias de nossa condição de colônia subordinada a uma metrópole em franca decadência econômica. Nesse momento, presenciamos uma verdadeira retomada da produção agrícola no país – pressionada pela crise da mineração –, proporcionando uma “certa diversificação” de nossa produção, pois além da cana-de-açúcar, o algodão, o arroz e a pecuária ganharam espaço em diversos Estados brasileiros<sup>39</sup>. Entre 1796 e 1807 a balança comercial brasileira apresentou saldos bastante favoráveis à economia do país<sup>40</sup>. Também é nesse momento que o café passa a ser introduzido na região Sudeste. A

---

<sup>38</sup> “Desse modo, se aos dois casos convém o predicado abstrato de que neles a grande propriedade rural é presença decisiva, somente principiemos verdadeiramente a concreção ao atentar *como* ela se objetiva em cada uma das entidades sociais, isto é, no momento em que se determina que, no caso alemão, se está indicando uma grande propriedade rural proveniente da característica propriedade feudal posta no quadro europeu, enquanto no Brasil se aponta para um latifúndio procedente de outra gênese histórica, posto, desde suas formas originárias, no universo da economia mercantil pela empresa colonial” (CHASIN, 1978, p. 628-629).

<sup>39</sup> PRADO JR, 1995, p. 31-40.

<sup>40</sup> Cf. MAZZEO, 1989, p. 117.

futura produção de tal gênero agrícola e respectiva acumulação/concentração de capitais oriundas dessa atividade, constituir-se-iam na mola propulsora de nossa industrialização.

Segundo João Manuel Cardoso de Mello, a estrutura econômica sustentada na produção cafeeira engendrará as condições básicas e necessárias ao nascimento do capital industrial e da grande indústria. Isso só foi possível devido ao fato de essa estrutura já se basear em relações capitalistas de produção, tais como: o trabalho assalariado estruturado nas fazendas de café – a partir da introdução da mão-de-obra imigrante; promover o desenvolvimento de um mercado interno de proporções consideráveis; e gerar uma “acumulação primitiva” de capitais, concentrada nas mãos de uma determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial.

Poderíamos nos alongar aqui com uma minuciosa descrição do processo de conversão dos capitais acumulados com a produção cafeeira em capitais industriais – o que por sinal Cardoso de Mello faz de maneira precisa<sup>41</sup>. No entanto,

---

<sup>41</sup> MELLO, João Manuel Cardoso de Mello. *O capitalismo tardio*. 8ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. “(...) Como não poderia deixar de ser, a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial. Ou em outras palavras: o capital industrial nasceu como desdobramento do capital cafeeiro empregado, tanto no núcleo produtivo do complexo exportador (produção e beneficiamento do café), quanto em seu segmento urbano (atividades comerciais, inclusive as de exportação, serviços financeiros e de transportes). Ademais, a grande indústria não atraiu capitais do complexo cafeeiro num momento de crise, porque lhes remunerasse melhor, mas, pelo contrário, num momento de auge exportador, em que a rentabilidade do capital cafeeiro há de ter alcançado níveis verdadeiramente extraordinários. Ocorreu que, entre 1890 e 1894, a taxa de acumulação financeira sobrepassou, em muito, a taxa de acumulação produtiva. Era suficiente, portanto, que os projetos industriais assegurassem, simplesmente, uma taxa de rentabilidade esperada positiva para que se transformassem em decisões de investir. Não se pode negar, além do mais, que o movimento do capital cafeeiro ao capital industrial beneficiou-se de condições bastante favoráveis de financiamento, decorrentes da Política Econômica do Estado. Tendo em mente não só o crédito farto, mas, em especial, os instrumentos destinados a mobilizar e concentrar capitais, como a faculdade concedida aos bancos de se transformarem em empreendedores industriais, a reforma da Lei de Sociedades Anônimas e o impulso dado às Bolsas de Valores. (...) A existência de trabalhadores livres à disposição do capital industrial deveu-se à imigração em massa, que supriu as necessidades do núcleo produtivo e do segmento urbano do complexo exportador e, ainda, ‘depositou’ nas cidades um contingente de força de trabalho redundante (em relação às necessidades da economia cafeeira). A reprodução da força de trabalho industrial exigiria, por outro lado, a existência prévia de alimentos e **wage goods** manufaturados. Tanto os alimentos quanto os bens de consumo assalariado teriam de ser importados: os alimentos, pois que não se verificou uma transformação **anterior** da agricultura,

entendemos que o exposto acima já é o suficiente para apontarmos algumas questões.

Como dissemos, os capitais provenientes da atividade agrícola mercantil se constituirão no elemento-chave do inicial processo de industrialização no Brasil. Porém, um fator nos parece preponderante para entendermos a gênese de nossa indústria, bem como da fração de classe que dela se origina. Esse diz respeito ao fato de, no Brasil, não haver distinções sócio-econômicas entre burguesia e grandes proprietários de terras. Pelo contrário, em muitas das vezes são, inclusive, as mesmas pessoas. Ou seja, se constituem como indivíduos sociais pertencentes a uma mesma classe econômica, fracionada em setores produtivos específicos: a burguesia. Como nos bem adverte Caio Prado:

Nada há, em conclusão, nos grandes proprietários brasileiros, e isso tanto mais acentuadamente quanto seu nível financeiro é mais elevado, que os distinga e caracterize como categoria econômica e social à parte. E assim nada autoriza separar, e muito menos extremar e isolar na estrutura sócio-econômica brasileira, uma classe característica e bem diferenciada de “latifundiários” contrastantes com a burguesia e ligada a relações de produção de natureza distinta e específica. Trata-se num e noutro caso de igual categoria social, e no mais das vezes até nos mesmos indivíduos, homens de negócio que aplicam seus recursos e iniciativas tanto em empreendimentos agropecuários como em outros setores, ao sabor unicamente das oportunidades ensejadas e da lucratividade esperada<sup>42</sup>.

Esse fato, além de reafirmar o caráter capitalista de nossa produção colonial, aponta para outras características que a burguesia industrial que se formou no Brasil

---

com a criação de uma vigorosa agricultura mercantil de alimentos, capitalista ou não; os bens de consumo assalariado, porque não existia quer a pequena produção mercantil, quer a manufatura deste componente do custo de reprodução da força de trabalho. Finalmente, a transformação do capital monetário em meios de produção, estaria, do mesmo modo, atrelada à geração de divisas pelo complexo exportador cafeeiro, direta ou indiretamente, ao promover entrada líquida de capitais externos. Em suma, o complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou o capital-dinheiro que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais, **o que só foi possível porque se estava atravessando um auge exportador**”. Os grifos são do autor.

<sup>42</sup> PRADO JR, 1966, p. 168.

vai herdar de (e no) seu processo de constituição, qual seja, sua condição de subordinação estrutural às economias centrais do capitalismo mundial, decorrência de sua incompletude e incapacidade históricas – caráter *anômalo* – de se constituir como classe essencialmente revolucionária, impulsionadora de processos de transformações sociais.

Nesse sentido, dois aspectos assumem contornos de extrema relevância. O primeiro – já discutido anteriormente – é a forma como o ideário liberal será absorvido e colocado em prática no Brasil. O segundo diz respeito à forma como nossa economia, a medida em que passa por um progressivo processo de industrialização, se insere no contexto do capitalismo mundial.

Para não repetirmos o que já foi dito anteriormente, sintetizaremos a discussão sob a forma como o liberalismo se expressa no Brasil. O processo de formação do Estado nacional brasileiro se insere no contexto de transformações pelas quais a então metrópole portuguesa passava. Todas as determinantes históricas que engendraram a Revolução do Porto não permitem a constituição de uma burguesia revolucionária em Portugal, sendo que no Brasil essa característica se agrava, pois a escravidão se constituiu como o maior entrave para o desenvolvimento das proposituras liberais. Nesse sentido, esse arcabouço teórico-prático, que havia se constituído como o arrimo ideológico dos movimentos revolucionários do século XVIII, revela seus limites históricos ao apresentar seu caráter conservador e reacionário em países de formação “não clássicas”.

No caso do Brasil, durante os processos de emancipação política e respectiva consolidação do Estado nacional, o liberalismo atingiu parcialmente a economia, pois seu itinerário era percorrido apenas no que diz respeito ao direito do livre comércio e produção, se restringindo à produção agrícola – não podemos nos

esquecer que quem está à frente do processo de independência política é a burguesia agrário-mercantil escravista. Em nível político, o liberalismo será factível somente àquelas classes – ou classe – que possuem terras, escravos e algumas quantias em riquezas acumuladas na forma monetária, haja vista o regime eleitoral predominante durante todo o período Imperial e da República Velha, cujo critério tanto para elegibilidade quanto para disputa de cargos eletivos, era a equivalência em terras que o indivíduo possuía em dinheiros e ou bens – voto censitário.

Portanto, a base real/material da formação social brasileira se caracteriza pela sua incompatibilidade com o ideário liberal, bem como com os processos revolucionários que este engendra – como os ocorridos nas formas “clássicas”<sup>43</sup>.

O segundo aspecto a ser tratado diz respeito às transformações pelas quais a economia brasileira passará durante todo o século XIX e início do século XX.

Como já afirmamos, a economia brasileira colonial é estruturada a partir do século XVI como um apêndice dos grandes centros produtores do período. Sua “função” era fornecer gêneros agrícolas e produtos tropicais à Europa para que fossem manufaturados e comercializados mundialmente. Observadas as devidas particularidades históricas, esse aspecto não muda durante todo o período colonial, diversificando-se apenas no que diz respeito à mercadoria a ser fornecida. Reafirmamos assim o caráter eminentemente exportador de nossa economia, pois este setor se caracterizou como o sustentáculo da produção da riqueza social brasileira.

A partir do século XIX essa estrutura passa por algumas alterações. Gradativamente, o complexo econômico brasileiro começa a se diversificar; a economia passa por alterações internas com a abolição da escravatura e com a

---

<sup>43</sup> Cf. MAZZEO, 1989, p. 123-127. Ver também, PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 277-306.

migração de grandes contingentes de mão de obra oriundas da Europa; conseqüentemente as demandas internas no que se refere ao consumo também aumentarão. Além disso, nossa economia será atingida diretamente pela grande crise do sistema capitalista mundial, na última metade do mesmo século. Não podemos nos esquecer que a economia brasileira era (como ainda o é) extremamente vulnerável as oscilações do mercado internacional, posto que nossa base econômica se assentava no setor agrário-exportador. A crise mencionada acima se manifestará no Brasil através de um grande desequilíbrio de nossas contas públicas, de uma constante instabilidade cambial e a conseqüente depreciação da moeda brasileira. A diversificação da produção interna se faz mister, e a industrialização se apresenta como uma necessidade primordial. Porém, as medidas tomadas pelo governo visavam restabelecer a produtividade da atividade cafeeira, em detrimento do setor industrial – ainda em fase embrionária. O projeto de industrialização, portanto, não era uma prioridade da fração burguesa dominante no país, e mais uma vez seria adiado, sendo que poucas foram as fábricas que conseguiram se estruturar<sup>44</sup>.

No entanto, é preciso chamar a atenção para o contexto histórico que essa incipiente diversificação produtiva está inserida. O desenvolvimento do capitalismo mundial explicita de maneira vertiginosa o caráter essencialmente monopolista dessa forma de organização sociometabólica. A forma *Imperialista* de desenvolvimento do Capital é imposta ao mundo como a solução para a crise, sendo que, mais uma vez, o Brasil não passará incólume aos efeitos de tal processualidade. Ao contrário, a diversificação produtiva – e conseqüente industrialização – da economia de nosso país, seguirá o ritmo ditado, novamente,

---

<sup>44</sup> Para a descrição desse momento de criação das primeiras fábricas no Brasil, ver o capítulo 3 desse trabalho.

pelos interesses do capital transnacional, transfigurado agora em grandes trustes e cartéis.

Nessa etapa de internacionalização do capital, os pólos industrializados passaram a “exportar” suas fábricas para os antigos núcleos coloniais, de economia predominantemente agrária. Os novos contornos que a Divisão Internacional do Trabalho adquire serão marcados pela expansão das empresas transnacionais em direção a América Latina, África e Ásia, onde desfrutarão de grandes benefícios, tais como baixo valor da matéria-prima, facilidades concedidas pelos governos nacionais para que as empresas instalem suas plantas fabris, potenciais mercados consumidores a serem explorados e, o fator preponderante, o baixo preço da mão-de-obra. Todos esses fatores conjugados foram decisivos para a extração de mais-valia e, conseqüentemente, para um aumento considerável na taxa de lucros médios das empresas, o que possibilitou um novo ciclo – curto é verdade – de crescimento da economia capitalista mundial.

O que podemos observar com relação ao Brasil é que os antigos fornecedores não perderam seus clientes, pois passam a produzir internamente, com grandes vantagens – diga-se de passagem –, o que antes exportavam para o país<sup>45</sup>. Além disso, o agente dinamizador do processo de industrialização no país foi o Estado, ou seja, toda a substituição de importações que passamos a observar será iniciada a partir de medidas político-econômicas (reajustes cambial e fiscal) que possibilitaram a entrada no país dos bens de capital necessários para o início do

---

<sup>45</sup> “Particularmente a industrialização será nesses últimos tempos, em proporção considerável que se pode avaliar grosseiramente em pelo menos 40%, fruto da implantação no país de subsidiárias e associadas de grandes trustes internacionais interessados em nosso mercado” (PRADO JR, 1966, p. 135). Alguns autores afirmam que Caio Prado comete um equívoco em sua análise desse momento específico do desenvolvimento econômico do país, pois o autor teria atribuído um excessivo valor no papel das demandas de mercado, no processo de industrialização. Para um melhor esclarecimento ver COUTINHO, Carlos N. Uma via “não-clássica” para o capitalismo. In: D’INCAO, Maria A (org.). *História e ideal – ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Editora da Unesp/Secretaria de Estrado da Cultura/ Editora Brasiliense, 1989.

processo industrial, além de a própria União passar a investir diretamente no setor. Esta se constitui em mais uma característica da nossa forma particular de inserção na fase industrial do capitalismo, fato que reforça o caráter incompleto e débil da burguesia brasileira.

Contraditoriamente, o que deveria ser o pressuposto e condição fundamental para o desenvolvimento autônomo do capitalismo no Brasil, rompendo com o antigo sistema de produção colonial, se constitui como um elemento de reafirmação e renovação do mesmo, assentado agora sobre novas bases históricas. O sentido original de nossa economia não é rompido. Pelo contrário, os novos elementos da dinâmica econômica interna – principalmente a industrialização – vão estar inseridos numa processualidade histórica que produzirá um novo tipo de contradição, porém, o caráter de subordinação da economia brasileira aos centros hegemônicos do capitalismo mundial permanecerá praticamente intacto.

O que muda é a forma como essa subordinação se consubstancia historicamente, bem como as novas contradições engendradas por esse processo. Os interesses imperialistas serão o norteador do nosso desenvolvimento industrial. As normas, o ritmo e os limites desse desenvolvimento serão estabelecidos pelos trustes e cartéis internamente instalados no país. Mas como isso se dá?

A resposta a esta questão está na capacidade que a economia brasileira possui de remuneração do capital transnacional aqui instalado. Somente através dos saldos oriundos de nossa balança comercial é que podemos liquidar os lucros auferidos pelos investimentos imperialistas no país. Portanto, temos a reafirmação do caráter exportador de nossa economia como elemento essencial e determinante da dinâmica do desenvolvimento interno. É bem verdade que esse setor – de exportação – vai gradativamente se diversificando; no entanto a exportação de

produtos primários continua a ser o principal elemento na constituição de nossa balança comercial. A esse respeito, Caio Prado nos oferece a seguinte contribuição:

De fato, o lucro auferido pelos empreendimentos imperialistas no Brasil somente se podem liquidar (e somente então constituirão para eles verdadeiros lucros) com os saldos de nosso comércio exterior, uma vez que é da exportação que provêm nossos recursos normais em moeda internacional. Descontada a parte desses recursos que se destina a pagar as importações, é do saldo restante, e somente dele que poderá sair o lucro dos empreendimentos aqui instalados pelos trustes. Na base do previsível para esse saldo, portanto, fixarão os trustes o limite de suas atividades; e portanto, em conseqüência, o do desenvolvimento brasileiro que no sistema vigente é por eles enquadrado.

Observamos aqui muito bem a ligação do imperialismo com nosso sistema colonial, fundado na exportação de produtos primários, pois é dessa exportação que provêm os recursos com que o imperialismo conta para realizar os lucros que são a razão de ser de sua existência<sup>46</sup>.

Sendo assim, os empreendimentos imperialistas trazem consigo “um novo e poderoso fator de desequilíbrio”, pois a tendência que se apresenta é a de as transações financeiras com o mercado externo se saudarem com *déficit*. Esse nos parece ser um outro elemento de extrema atualidade, presente em nossa dinâmica econômica interna. Como essa tendência tende a se agravar, a saída encontrada é a exportação, pois, à medida que a balança comercial se apresenta deficitária, os empréstimos internacionais se apresentam como a única saída possível; como estes não podem ser permanentes, a necessidade de vender ao mercado externo é cada vez maior. É através dos recursos provenientes desse “esforço exportador” que os governos tentam dar cobertura cambial às remessas de capitais cada vez maiores

---

<sup>46</sup> PRADO JR., 1966, p.136. Guardadas as devidas características dos diferentes períodos históricos, este nos parece ser, ainda nos dias atuais, um dos elementos essenciais de nossa estruturação econômica. Haja vista todo o esforço do governo de Fernando Henrique Cardoso, principalmente no segundo mandato (1998-2002) de alavancar as exportações brasileiras. Para tanto este governo lançou mão de incentivos e isenções fiscais para o setor. Os resultados de tal esforço puderam ser auferidos somente no atual governo Lula que, dando continuidade de forma “exemplar” às propostas do antigo presidente, pôde contabilizar durante o ano de 2004 a soma de, aproximadamente, 95 bilhões de dólares em exportações. Para maiores detalhes do processo de expansão das exportações em 2004 cf.: *Agronegócio & Exportação*. In: Revista Veja, Edição Especial nº 36, outubro de 2004.

que os empreendimentos imperialistas enviam ao exterior. Quando esse necessário *superávit* não se confirma, abrem-se períodos de crise econômica e os governos novamente recorrem aos empréstimos junto às instituições financeiras internacionais<sup>47</sup>.

Conclusivamente, podemos perceber os elementos que impossibilitam o desenvolvimento de uma política econômica autônoma para o país. Toda processualidade histórica do sistema colonial, qual seja a estrutura agrário-exportadora, bem como as contradições que a movem, se configuram como o elemento de gênese no desequilíbrio de nossas finanças externas, gerando como conseqüências vários momentos de instabilidade financeira, bem como o processo inflacionário que os acompanha, abrindo longos e devastadores processos de crise interna.

O aspecto periférico e subordinado da economia brasileira se mantêm mesmo com o “progresso” e as transformações introduzidas com o advento da indústria, pois “(...) a diversificação da produção para o atendimento das necessidades próprias do país e de sua população, e a libertação com isso do exclusivismo de atividades econômicas voltadas para exportação, se realizam paradoxalmente por um processo em que a função exportadora conserva de fato sua primazia, e retém assim a economia brasileira dentro de seu velho e aparentemente ultrapassado enquadramento colonial (...)”, some-se a isso o fato de “(...) a liderança naquelas transformações que deveriam significar a libertação da economia brasileira de suas

---

<sup>47</sup> Aliás, atualmente os empréstimos angariados junto às instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, só são liberados mediante a garantia que o governo ofereça de cumprir vários pacotes de “ajustes”. Para tanto, um conjunto de reformas passam a ser implementadas. Só assim podemos entender a “necessidade” de o governo – no caso brasileiro – elaborar as reformas fiscal e tributária, da previdência, bem como o “enxugamento” e a “diminuição” do tamanho do Estado, tendo como elemento primordial desse processo a privatização das empresas estatais. As conseqüências de tais medidas são sentidas principalmente pela classe trabalhadora, que padece, a cada dia que passa, diante do desemprego, do arrocho salarial e da “carestia”, elementos estes agravados em nossos dias.

contingências coloniais, se vem concentrando cada vez mais (...) nas mãos de empreendimentos imperialistas e suas iniciativas (...).”<sup>48</sup>.

São mantidos, portanto, os elementos essenciais do processo histórico colonial. Aquilo que Caio Prado denominou como *Sentido da Colonização*, permanece intacto.

Após analisarmos o desenvolvimento da particularidade econômica brasileira no momento em que essa passa a se industrializar, passemos à discussão da constituição ontogenética da fração de classe industrial que daí se origina, e o papel que esta desempenha na constituição da FIESP.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo nasce no exato momento em que a economia brasileira inicia o processo de diversificação produtiva descrito acima. Resulta da necessidade – e não poderia ser diferente – de representação política que a fração de classe industrial passa a ter nesse contexto.

No entanto, traz consigo todos os aspectos e elementos estruturais da forma particular de nosso desenvolvimento industrial. Uma das principais características dessa burguesia é seu caráter incompleto e a conseqüente incapacidade histórica de realizar suas “tarefas” políticas e econômicas. Diferentemente dos países de “via clássica”, sua própria formação histórica, a impossibilita de romper de forma revolucionária com seu passado, pois fazê-lo significaria negar sua própria forma de ser.

Mesmo quando comparada com a fração de classe burguesa dos países de “via prussiana”, a burguesia brasileira novamente expõe seu caráter incompleto, pois aquela – apesar de necessitar da ação policial e repressora do Estado para

---

<sup>48</sup> PRADO JR., 1966, p. 141.

levar seu projeto econômico à frente, sem a interferência do proletariado – foi capaz de superar sua condição *tardia* de industrialização; já a débil burguesia aqui gerada – bem como sua fração industrial – necessitará da ação do Estado também para realizar seu projeto de industrialização. Porém, aqui reside uma outra característica que nos diferencia dos casos de “via prussiana”, qual seja, além do capital imperialista que aqui se instala desde o nosso processo inicial de industrialização, esse setor – a burguesia industrial – sempre necessitará e reivindicará a tutela e a “proteção” do Estado para o seu desenvolvimento, sendo este mais um aspecto da forma como o ideário liberal é aqui absorvido e colocado em prática.

Todos esses fatores ontogeneticamente conjugados deram a forma e traçam os contornos particulares da burguesia internamente gerada, cujas características principais se fazem perceber pela sua *debilidade e incompletude* históricas, aspectos estes fundamentais para entendermos a formação *anômala* dessa classe social no Brasil.

A fração industrial da burguesia, cuja processualidade histórica brasileira projetará a FIESP como entidade representativa de maior significado político-social, comporta em sua gênese as características descritas acima.

No quarto capítulo procuraremos descrever o processo de constituição da FIESP, bem como a luta política que esta procura travar para ver os interesses de seus representados serem satisfeitos.

Quando pensamos nas reivindicações econômicas que a FIESP encampa, temos de apontar duas fases distintas: uma primeira fase que se inicia antes mesmo de sua criação e que vai até, aproximadamente, o início da década de 1940, cuja principal característica é o debate interno, em torno do modelo industrial a ser implantado no país. Nesse momento, apesar de “roucas”, encontramos algumas

vozes que falam em nome de uma possível indústria nacional autônoma. Vários são os setores da sociedade que se manifestam dessa forma, porém seus interlocutores mais importantes são Serzedelo Correia – este antes mesmo da fundação da FIESP –, Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi. No entanto, essa propositura, com vestígios de nacionalismo, cairá por terra juntamente com seus defensores. A partir de meados da década de 1940, os agentes do capital imperialista passam a ocupar as cadeiras diretivas da entidade, e como tais procuram defender os interesses das empresas que representam; era a “Geração dos Cadetes” que não faria qualquer tipo de restrição à entrada do Capital transnacional no país, pelo contrário, participará e patrocinará – inclusive Golpes de Estado – ativamente da vida política nacional.

Entretanto, mesmo apontando para essas duas fases que qualificamos como distintas – principalmente pela presença daquilo que chamamos como vestígios de nacionalismo<sup>49</sup> -, em momento algum a fração industrial da burguesia representada pela FIESP abriu mão da tutela e dos benefícios concedidos pelo Estado nacional brasileiro. Pelo contrário, desde o início de sua estruturação, os industriais reivindicam privilégios e benefícios que podem ser traduzidos através de suas lutas por tarifas protecionistas, por políticas cambiais, por investimentos em infraestrutura, ou por uma maior liberação de recursos – com baixas taxas de juros.

Vários são os exemplos a esse respeito. A discussão acerca da questão tarifária tem sua origem ainda no período imperial; a utilização da política cambial como instrumento de proteção à indústria também se configurará como uma das principais reivindicações dos industriais<sup>50</sup>. No entanto, o que mais nos chama a

---

<sup>49</sup> A polêmica em torno do debate sobre a existência ou não de uma burguesia essencialmente de caráter nacional no Brasil, será por nós deixada de lado, pelas contingências que o nosso tema nos impõe, mesmo sabendo das possíveis lacunas que tal ausência poderá trazer para os resultados finais desse trabalho. Pretendemos abordá-la numa possível discussão posterior.

<sup>50</sup> A discussão detalhada de tal processo de definição de tarifas, bem como da regulamentação da política cambial no país até meados da década de 1950, pode ser encontrada em LEOPOLDI, Maria

atenção, são as reivindicações e recomendações acerca do investimento e participação estatal no estímulo e desenvolvimento interno. Para ilustrar a postura dos industriais frente a essa questão mencionaremos dois documentos que entendemos de extrema importância: o relatório final do *Congresso Brasileiro da Indústria (1944)* e a *Carta Econômica de Teresópolis (1945)*<sup>51</sup>. Os dois documentos expressam de maneira clara os interesses defendidos pela burguesia industrial internamente instalada. Além disso, explicitam o caráter *incompleto* desta classe, à medida que reivindicam o patrocínio da União no processo de industrialização do país. A reprodução na íntegra de alguns trechos nos dará a real dimensão de tais proposituras:

O Congresso Brasileiro da Indústria  
Recomenda

(...) b) – Quanto à energia e aos combustíveis

144) – Que se promova a revisão dos códigos e leis e dispositivos sobre a utilização de energia e de combustíveis, visando-se o desenvolvimento de empresas produtoras de energia elétrica e combustíveis minerais e vegetais, sólidos, líquidos e gasosos, proibindo-se quaisquer monopólio e privilégios que afetem a soberania nacional.

145) – Que se providencie o barateamento das tarifas de energia elétrica nas regiões que apresentem condições propícias à expansão industrial, sem prejuízos para as empresas particulares, devidamente aparelhadas, que se dediquem a essa atividade.

146) – Que se difundam ensinamentos quanto aos melhores métodos de fabrico do carvão vegetal e de seus derivados, e se estimule o reflorestamento com espécies apropriadas.

147) – Que se realizem estudos sobre os meios de se dar ao álcool de cana, de mandioca e de outros vegetais, melhor aplicação como combustível.

148) – Que se promova a expansão da indústria de combustíveis de óleos vegetais e de piro-betume.

149) – Que se desenvolva a produção de álcool-motor em todas as regiões sacrificadas pela falta de carburante, aproveitando-se a capacidade das destilarias existentes e estimulando-se a instalação de outras.

150) – Que a aguardente destinada à produção de álcool seja **isenta de impostos** e tabelada a preços correspondentes aos do álcool carburante.

(...) g) – Quanto aos gravames fiscais

---

A. P. *Política e interesse na industrialização brasileira: As associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, Seção II (toda).

<sup>51</sup> CARONE, E. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 1977, p. 362-378.

172) – A racionalização do sistema tributário, tendo-se em vista **condicionar** os tributos as **possibilidades** e as necessidades da expansão industrial<sup>52</sup>.

É importante notar que várias recomendações sugeridas pelo documento são de responsabilidade do Estado, tais como os itens 144, 145 e 172, sendo que os outros, apesar de não serem necessariamente responsabilidade estatal, acabaram sendo colocados em práticas por empresas e programas criados pelo governo ao longo de nossa história, tais como a Petrobrás.

Já a *Carta Econômica de Teresópolis* é mais enfática:

(...) IV – Produção Industrial e Mineral

1 – Declaram as Classes produtoras sua convicção de estarem o progresso e a estabilidade econômica nacional intimamente ligados à industrialização do país, pois esta, além de permitir o aumento da renda nacional, assegura a diversificação da produção, elemento indispensável a essa estabilidade e progresso. (...) Recomendam, pois, que o **Estado estimule e oriente a industrialização do país**, baseado nos estudos dos fatores fundamentais – mercados, mão de obra, matéria prima, transporte e energia.

2 – Sugerem, para **critério orientador da ação do Estado**, a distinção preliminar entre as indústrias-chave e estratégicas de um lado, e as demais de outro. **As primeiras deverão ficar mais diretamente à ação estatal**, - fiscalizadora, auxiliadora, e mesmo criadora **onde a iniciativa particular se mostre omissa ou incapaz**. Às demais indústrias, fora desse primeiro grupo, preconizam a **concessão de assistência especial**, mas somente quando solicitada, limitando-se, de resto, a ingerência estatal ao resguardo do bem comum.

3 – Para favorecerem, entretanto, a implantação, a consolidação e o aperfeiçoamento de todas as indústrias, (...) sugerem que o **Estado ofereça**, dentro de sua esfera de ação, **amplo apoio à iniciativa privada**. Esse apoio se traduzirá no fomento das pesquisas para o aperfeiçoamento técnico, na elaboração de normas técnicas nacionais, na padronização dimensional das máquinas, ferramentas e peças em geral e, bem assim, na padronização das matérias primas e dos produtos acabados.

(...) 12 – Recomendam a criação do Ministério das Minas e da Energia (...).

(...) V – Política de Investimentos

1 – Consideram as Classe produtoras, em vista da carência de capitais necessários ao desenvolvimento do país, que deve ser respeitada e estimulada a formação de capitais particulares (nacionais ou transnacionais) (...).

---

<sup>52</sup> CARONE, 1977, p. 369,370 e 374. Os negritos são nossos.

(...) 3 – Deve, ainda, o **Estado prestigiar a concessão de crédito a longo prazo**, permitir a emissão de debêntures até o total do capital e reservas (...).

4 – Recomendamos facilidades e estímulo ao ingresso de capitais estrangeiros com objetivos econômicos e sociais, dando-se-lhes para isso as necessárias garantias e tratamento eqüitativo, ressalvados os interesses fundamentais do país. O capital estrangeiro já incorporado à vida brasileira merece ter tratamento idêntico ao dispensado ao nacional (...).<sup>53</sup>

Os trechos acima demonstram claramente a incapacidade econômica da burguesia industrial brasileira. Note-se ainda – e esse é um fator presente desde o início do processo de industrialização – que os investimentos transnacionais serão sempre muito bem vindos, mesmo porque a dinâmica interna da economia vai permitir a associação entre estes e os capitais nacionais. No entanto a parcela nacional desse capital se associa de forma subordinada ao investimento transnacional.

Sendo assim, o processo de industrialização será não só patrocinado, como também implementado a partir e através da ação do Estado nacional brasileiro.

Esse fator fica muito evidente quando analisamos as características essenciais dos governos brasileiros no período, sobretudo as gestões de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubitschek e, posteriormente, o governo dos militares, estabelecido a partir do Golpe de 1964.

Em todos esses períodos o governo nacional esteve à frente de processos econômico-políticos que favoreceram o desenvolvimento da indústria e, de alguma forma, atenderam direta ou indiretamente às reivindicações e “recomendações” de nossa débil burguesia industrial. Seja através da criação de empresas estatais no setor de bens de produção – Petrobrás, Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional – característica principal do governo Vargas, seja através do

---

<sup>53</sup> CARONE, 1977, p. 378-383. Os negritos e os parênteses são nossos.

desenvolvimento planejado de JK – *Plano de Metas* -, viabilizando e facilitando, com enormes vantagens fiscais, a entrada de capitais transnacionais, ou ainda, a ação dos governantes saídos das casernas que além da repressão sobre a mão-de-obra – o que a tornou extremamente barata – baseou o desenvolvimento interno na construção da infra-estrutura que faltava para a complexificação do parque industrial brasileiro. Às custas de um enorme e insuportável endividamento externo, o Estado brasileiro desempenhou a função econômica que nos países tanto de “via clássica” como de “via prussiana”, fora desempenhado pela burguesia.

Através da discussão das vias particulares de entificação/objetivação do capitalismo, procuramos nesse capítulo destacar os aspectos fundamentais, bem como o conjunto de categorias e a forma como estas se manifestam no real, que diferenciam e distinguem os casos de “via clássica”, “via prussiana” e “via prussiano-colonial”.

Ao final dessa discussão, percebemos que a forma como o capitalismo se desenvolve no Brasil desde o momento inicial de sua estruturação econômico-social, ainda no período colonial, produzirá uma série de características que serão mantidos durante toda sua “evolução” histórica. Respeitados os patamares de desenvolvimento e os respectivos contextos históricos – bem como as contradições que estes engendram – percebemos que os *Sentidos* originais de nossa *Colonização* se mantém, qual seja, o Brasil, desde o período colonial, estrutura-se economicamente como um apêndice sócio-subordinado aos pólos centrais do Capital mundial. Portanto, a nossa frágil burguesia – que possui sua ontogênese no processo – foi incapaz de romper com tal processualidade, pois é ao mesmo tempo,

resultado e resultante desta, o que lhe imprime um caráter extremamente débil, incompleto e, portanto, anômalo.

Passaremos agora ao objeto central de nosso trabalho, qual seja, a análise do projeto econômico-social, bem como da postura política da Fiesp durante o processo de inflexão do capitalismo brasileiro na década de 1990.

## Capítulo II

### INFLEXÕES DO CAPITAL E FIESP NOS ANOS 1990: NOVAS PARTICULARIDADES DE UM MESMO PROCESSO

A década de 1990 foi sem dúvida alguma, um momento de grandes mudanças no contexto internacional, tanto em seus aspectos econômicos, como nos aspectos político-sociais.

Depois de mais de 70 anos, fracassara a primeira tentativa histórica de constituição de uma forma de sociabilidade cujo itinerário econômico-político – ainda que inicialmente – pautava-se na emancipação do Trabalho Humano, e não na lógica da mercadoria. A derrubada do Muro de Berlim e a posterior abertura do Leste Europeu marcam o fim dessa que foi a primeira grande experiência do ciclo de lutas do movimento operário internacional.

No plano econômico, o *Liberalismo Clássico* é revitalizado e recontextualizado como “verdade absoluta e única” diante dos processos de crise que se engendraram desde os anos de 1970. A financeirização e monetarização da economia mundial fez

com que os fluxos de capitais se internacionalizassem em escalas nunca alcançadas até então. O mundo capitalista vivia mais uma etapa de um processo já antigo, que remonta aos primórdios do processo de produção de mercadorias: *A Mundialização do Capital*.

Diante de tais mudanças, alguns intelectuais chegam a declarar a “vitória final” do capitalismo, dizendo que a História da Humanidade “havia chegado ao fim”, e as transformações só se dariam na esfera do cotidiano dos indivíduos<sup>1</sup>. Tais teses passam a ser divulgadas persistentemente e com grande otimismo pelos porta-vozes do Capital.

O Brasil se insere em tal processualidade histórica a partir da posse Fernando Collor de Mello, em 1990. Como veremos à frente, durante o governo de Collor o país inicia um processo de inflexão econômico-política que recolocará o país em sintonia com o capitalismo imperialista mundial. Esse processo – de reestruturação – foi interrompido momentaneamente entre 1992 e 1994, quando então, O “Príncipe da Sociologia” brasileira, Fernando Henrique Cardoso, assume o posto de chefe máximo da nação, ali permanecendo por dois mandatos (oito anos). Durante seu governo, Fernando Henrique retoma tal processo com grande competência e eficácia, remodelando a economia brasileira de acordo com os pressupostos liberais, que como já afirmamos, vinham sendo retomados no plano internacional.

O propósito desse capítulo é a análise da postura e respectiva prática político-econômica da FIESP diante do processo de reestruturação da economia brasileira ocorrida na década de 1990, foco central de nosso trabalho, como afirmado em nossa introdução.

---

<sup>1</sup> Estamos nos referindo a FUKUYAMA, Fancis. *O fim da história e o último homem*. São Paulo: Rocco, 1992. Não foi preciso mais que uma década para que a realidade histórica colocasse a baixo a tese central dessa verdadeira insanidade intelectual.

No entanto, a inflexão econômico-política a que nos referimos, bem como seus determinantes sociais, estão inseridos num processo ainda maior, que sumariamente, procuramos descrever acima.

Para compreendermos a particularidade brasileira nesse processo é preciso, antes de mais nada, apreendermos a totalidade em que esta se insere, bem como os *nexos causais* e as relações entre as partes constituintes desse *complexo de complexos*. É o que procuraremos fazer a partir de agora.

## **II. I – Velhas respostas para antigos problemas**

O capitalismo mundial passou por um processo (ainda em curso) de significativas transformações no decorrer dos últimos trinta anos. A história recente engendrou uma série de reestruturações na forma de organização do Capital, cujo eixo central a partir do final da Segunda Grande Guerra baseava-se nas teorias keynesianas de gerenciamento do Estado-nação, bem como, no modelo de *Estado de Bem-Estar Social* por este criado, cuja versão norte-americana denominou-se *Welfare State*.

Esse modelo de condução da política econômica nasceu como resposta às contingências históricas da Crise de 1929, bem como do processo de reconstrução européia no pós-1945. Pautava-se, grosso modo, na intervenção direta da administração estatal em todas as esferas da economia, como forma de regular os mercados, corrigir distorções e canalizar recursos financeiros para as áreas sociais, tais como criação de empregos, habitação, saúde, educação, etc. Uma dessas

formas de participação direta do Estado nas economias nacionais concretizou-se historicamente através da criação de empresas estatais em setores estratégicos. Assim, o Estado passa a assumir a função de “empresário”, atuando diretamente na criação de empresas e todo o desenvolvimento econômico-social que estas pudessem gerar.<sup>2</sup>

Parametrados por tais pressupostos econômicos, os pólos centrais do capitalismo mundial à época (EUA e alguns países da Europa Ocidental, principalmente Grã-Bretanha e França) alcançaram níveis de recuperação produtiva exorbitantes, aumentando a atividade industrial em mais de 50% entre o período de recuperação do *Crash de 1929* e o início da Segunda Guerra (1939). Guardadas as devidas particularidades históricas, os reflexos dessa “fase de ouro” do capitalismo mundial se fizeram sentir também nos países periféricos, como é o caso do Brasil na década de 1950.

Apesar de não ser uma unanimidade<sup>3</sup>, os pressupostos do economista britânico John Maynard Keynes inaugurou um ciclo de recuperação da economia mundial que duraria até os primeiros anos da década de 1970.

Já em meados da década de 1960, esse processo de revigoramento e desenvolvimento da economia mundial passa a dar claros sinais de arrefecimento. O “fôlego” das economias imperialistas centrais se esgotara, e os limites de tal ciclo econômico passam a ser visíveis. Abria-se então um novo ciclo, agora de crises.

---

<sup>2</sup> Ver fundamentalmente: KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Col. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

<sup>3</sup> Mesmo diante da crise gestada a partir de 1929, os pressupostos do liberalismo clássico não haviam sido deixados de lado por alguns setores da intelectualidade. Prova disso é a publicação em 1944 de *O Caminho da Servidão*, obra de Friedrich Hayek, onde o autor resgata antigos princípios do liberalismo econômico, além de tecer uma crítica contumaz ao modelo keynesiano. Como desdobramento dessa *reação liberal*, foi fundada em 1947 a *Sociedade Mont Pèlerin*, cujas discussões e contribuições dariam origem ao que hoje é denominado modelo neoliberal. Voltaremos a essa discussão mais à frente.

Marcada por um grave e profundo processo de recessão, onde os níveis de produção despencaram em escala vertiginosa, com respectivas quedas nas taxas médias de lucro, essa seria a mais grave crise do período do pós-guerra, pois aplacaria de uma só vez todos os pólos econômicos do imperialismo mundial.

Em contextos anteriores, mesmo no período de recuperação mundial do capitalismo, algumas nações passaram por queda no seu PNB (Produto Nacional Bruto). É o caso dos Estados Unidos em 1960, da Alemanha Ocidental em 1966/67 e do Japão em 1965. No entanto, estas eram crises isoladas, que foram sanadas através de fluxos de exportações para os países que não passavam pelo mesmo processo. Essa dessincronização do ciclo industrial, segundo Ernest Mandel<sup>4</sup>, havia minimizado os impactos e a amplitude das recessões. Porém, o processo que passou a ser observado a partir da década de 1970, gerando o colapso das economias mundiais entre 1974/75, possuiu uma característica de sincronia. Segundo Mandel “(...) em 1974/75 (...) a sincronização dos movimentos conjunturais nos principais países imperialistas ampliou o movimento de retração da atividade econômica”, gerando assim a primeira e mais ampla “recessão generalizada da economia capitalista mundial desde a segunda guerra”<sup>5</sup>.

O autor nos alerta para o fato de essa não ser uma crise ocasional, ou de um setor em específico (*Crise do Petróleo*, por exemplo), mas sim o resultado de um processo de “transformações econômicas profundas”, geridas durante a fase de expansão econômica do pós-guerra, sendo de certo modo uma “conseqüência inelutável” de tal processo de expansão, pois expressa as contradições estruturais da forma capitalista de organização sóciometabólica<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> MANDEL, 1990, p. 10.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>6</sup> Ao tratar das causas dessa crise, Mandel aponta para o fato de que, isoladamente, os países passaram durante o período 1945-1974 por momentos de crise, e encontraram saídas na expansão

A resposta à crise passa a ser gestada e implementada, como não poderia deixar de ser, a partir dos pólos mais avançados do capitalismo imperialista, particularmente Inglaterra e Estados Unidos. Diante da crise, o governo destes

---

do crédito e na expansão monetária. Contudo, como toda crise de superprodução, essa teria se expandido de tal forma, a ponto de afetar todas os principais pólos da produção mundial: “A sincronia internacional do ciclo industrial não é, contudo, nada fortuita. Resulta de transformações econômicas mais profundas, que se produziram no curso do longo período de expansão que a precedeu; é de certo modo sua consequência inelutável. (...) Essa expansão tinha dado um impulso poderoso a um novo avanço das forças produtivas, a uma nova revolução tecnológica. Propiciou um novo salto para a concentração de capitais e a internacionalização da produção, as forças produtivas ultrapassando cada vez mais os limites do estado burguês nacional (tendência que começou a se manifestar desde o início do século, mas que se ampliou consideravelmente desde 1948). A divisão internacional do trabalho no seio do conjunto dos países imperialistas progrediu fortemente. Do ponto de vista da organização do capital – o que Marx chama de ‘o capital funcionando’ –, isso se traduz pelo desenvolvimento das empresas multinacionais, cada uma delas produzindo mais-valia simultaneamente em vários países. (...) A internacionalização da produção, que, no regime capitalista, toma necessariamente a forma de uma concentração e de uma centralização internacionais do capital sempre mais avançada, resiste cada vez mais às tentativas de os estados imperialistas nacionais aplicarem com sucesso uma política anticíclica, cujo alcance continua limitado, no essencial, às fronteiras nacionais. (...) A técnica principal utilizada pelos governos burgueses para tentar ‘controlar’ o ciclo depois de 1945 foi a política de expansão e controle sucessivos do crédito, isto é da moeda escritural e da massa monetária no seu conjunto (da ‘demanda global’). Assim, para frear a amplitude das crises periódicas contínuas de superprodução que vinham ocorrendo havia 25 anos, aplicaram a expansão do crédito e a expansão monetária (trata-se, bem entendido, de esforços para *reduzir a amplitude* das crises, não para impedir seu desencadeamento, para o que houve tanta incapacidade quanto no passado). A característica principal da longa fase do pós-guerra, (...) foi, portanto, o aparecimento de *ciclos de crédito parcialmente autônomos* com relação ao ciclo industrial, que procuravam ‘compensá-lo’. Mas, como o Estado, o Banco Central e a moeda capitalista continuam nacionais, esses ciclos de créditos também foram nacionais, e bastante dessincronizados no plano internacional. Cada governo imperialista pôde aplicar ‘sua’ política de crédito, ligada de modo ‘flexível’ às flutuações do mercado mundial através das flutuações dos balanços de pagamento nacionais. (...) Entretanto, as técnicas anticrise eram e continuam fundamentalmente inflacionárias. A longo prazo, a aplicação repetida de uma política de expansão monetária a cada cinco ou seis anos deveria conduzir a uma aceleração mundial da inflação. A partir do momento em que a inflação se acelerou em *todos* os países imperialistas e levou ao desmoronamento do sistema monetário internacional – simbolizado pela proclamação da inconvertibilidade do dólar em ouro –, todos os governos imperialistas foram obrigados a aplicar simultaneamente uma política antiinflacionária, mesmo que apenas pela pressão da concorrência. Daí um novo impulso à sincronização internacional do ciclo industrial. (...) Finalmente, na medida em que a longa fase de expansão do pós-guerra chegava a seu fim, em que os principais motores da expansão começaram a se esgotar, em que o crescimento da produção a longo prazo devia diminuir, as contradições da economia capitalista se mostraram mais graves, tanto para cada país imperialista quanto entre eles, assim como entre eles e os países semicoloniais ou dependentes. As fases de *boom* estavam condenadas a ficar mais curtas (a de 1972/73 foi em larga medida especulativa), enquanto as fases de estagnação, ou mesmo de recessão, se alongavam. Isso, evidentemente, facilita a sincronização internacional do ciclo – recessões que só duram seis meses se encavalaram menos facilmente em muitos países do que recessões que duram dois anos. (...) A recessão generalizada (...), é uma crise social do conjunto da sociedade burguesa, uma crise das relações de produção capitalistas e de todas as relações sociais burguesas, que se imbrica com a diminuição durável do crescimento econômico capitalista, acentua e agrava os efeitos das flutuações conjunturais da economia, e recebe por sua vez novos estímulos dessas flutuações”. Ibidem, p. 11, 12 e 13. A partir da citação acima, procuramos descrever a natureza e as causas fundamentais da crise do Capital na década de 1970. No entanto, o detalhamento de tal processo, com seus respectivos efeitos sobre todos os setores específicos da economia mundial, podem ser encontrados no conjunto da obra citada. Para o nosso intento, o trecho acima parece ser o suficiente.

países<sup>7</sup>, passam a resgatar antigos postulados liberais, revitalizando tais pressupostos, ou seja, contextualizando-os historicamente. O “manual” de economia a ser seguido seria a obra *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, publicada em 1944, onde o autor tece uma crítica profunda ao modelo keynesiano. Hayek fundaria ainda, em 1947, a *Sociedade Mont Pèlerin*. Contando com a colaboração de importantes intelectuais das Ciências Sociais, essa organização passa a teorizar e a propor formas alternativas de organização do capitalismo<sup>8</sup>. Perry Anderson argumenta que esse organismo se caracterizou como:

(...) uma espécie de franco maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livres de regras para o futuro (...)<sup>9</sup>.

Em sua obra, Hayek elabora uma poderosa crítica contra toda e qualquer forma de interferência estatal na economia; aponta que o Estado cria mecanismos que limitam a ação do mercado – principalmente a livre concorrência – ferindo o “direito sagrado” da liberdade individual. O título de seu livro faz alusão à *servidão* que essa forma de organização político-econômica (o keynesianismo) traria à humanidade: as sociedades humanas deixariam de ser *livres*, pois passariam a *servir* o Estado, numa espécie de “servidão moderna”.

A longa fase de expansão do pós-guerra fez com que os pressupostos de Hayek fossem deixados de lado. Entretanto, estes – tal como *Fênix* – são retomados

---

<sup>7</sup> Margaret Thatcher assume como primeiro-ministro da Inglaterra em 1979 e Ronald Reagan como presidente dos Estados Unidos em 1980.

<sup>8</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Essa organização contava com a participação ativa de críticos históricos do New Deal norte-americano e do Estado de bem-estar europeu. Entre eles destacamos a importante presença de Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi e Salvador de Madariaga. ANDERSON, op. cit., p. 10.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 10.

como a única saída a ser seguida a partir da crise que se generaliza em meados dos anos de 1970.

Tanto as causas, como as justificativas para a retomada dos pressupostos liberais<sup>10</sup>, serão apontadas a partir da constatação, e respectiva crítica, que os autores da *Sociedade Mont Pelèrin* teceram a respeito da participação do Estado no mercado. Apontam nesse momento que, os motivos da crise se concentram no fato de as administrações estatais demandarem uma enorme quantidade de recursos financeiros para os setores sociais. Segundo Hayek, o poder concedido aos sindicatos e ao movimento operário em geral, fez com que estes aglutinassem forças para reivindicar melhores salários e melhoria nas áreas sociais (Estado de bem-estar). O resultado desse processo era a enorme erosão que a acumulação capitalista passa a sofrer, pois o aumento dos níveis de remuneração do trabalho fez com que as taxas médias de lucros das empresas caíssem vertiginosamente. Estas seriam, segundo Hayek, as verdadeiras causas da crise que se instala nos anos 1970.

Os Estados nacionais deveriam assumir uma outra postura diante da crise, sem perder, contudo, seu caráter controlador. No entanto, esse controle não deveria se dar sobre o mercado, mas sim sobre o movimento sindical e a organização dos trabalhadores em geral. Era necessário esfacelar a capacidade e o poder dos sindicatos, reduzir drasticamente os gastos com o setor público e diminuir de forma contundente a participação estatal na economia.

---

<sup>10</sup> Procuraremos não fazer uso da expressão “neoliberal”, a não ser em casos de citações. Essa terminologia, tal como vem sendo utilizada, nos parece imprecisa, pois está impregnada de um politicismo partidário e panfletário, não contribuindo com a verdadeira apreensão do processo atual de desenvolvimento da economia mundial. Na verdade, o que podemos perceber é uma revitalização e uma retomada de antigos pressupostos do liberalismo clássico – como já afirmamos anteriormente. O diferencial é o contexto histórico e as particularidades e singularidades que estes assumem. No nosso entendimento, não há nenhum elemento inovador em tais teorias; pelo contrário, faz parte do processo de respostas que o capitalismo imperialista oferece à crise que se generaliza na década de 1970.

A nova “meta” a ser atingida seria a estabilidade monetária. Para tanto, era preciso acabar com o Estado de bem-estar e “fortalecer” o exército industrial de reservas, como forma de pressionar a queda dos níveis salariais e desestruturar o movimento sindical<sup>11</sup>. Perry Anderson aponta ainda, alguns outros ingredientes dessa revitalização do receituário liberal:

(...) Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas (...). O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos.<sup>12</sup>

Essa foi a forma pela qual os pólos centrais do imperialismo passaram a organizar suas economias a partir dos anos 1980. Durante toda essa década presenciamos a ascensão, e respectiva hegemonia, do programa de reposição do liberalismo na Europa Ocidental<sup>13</sup>.

No início dos anos de 1990, um novo processo de crise se instala nas economias centrais. A dívida pública da maioria dos países retoma um nível de crescimento fabuloso; uma nova recessão se instala em 1991, inclusive nos Estados Unidos e Inglaterra; o número de desempregados beira a casa dos 40 milhões; e os “(...) índices de crescimento econômico tornaram-se muito sombrios nos países da OCDE(...)”<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> Ou em outras palavras, aumentar o número de desempregados disponíveis no mercado de trabalho, explorando o desespero humano pela sobrevivência. Essa forma de exploração econômica da classe trabalhadora, não apresenta nenhum novo aspecto, pelo contrário, é utilizada com grande eficiência pela burguesia desde os primórdios do capitalismo.

<sup>12</sup> ANDERSON, 1996, p. 11.

<sup>13</sup> Além da Inglaterra, 1979, e dos Estados Unidos, 1980, temos a então Alemanha Ocidental em 1982, com a eleição de Helmut Kohl, a Dinamarca em 1983, com o governo de Schluter, e em seguida, praticamente todos os países do norte da Europa. Mesmo em nações onde governos de “centro-esquerda” conseguiram se eleger, as pressões dos mercados financeiros internacionais fizeram sucumbir qualquer tentativa de resistência ao programa liberal, haja vista o caso do governo Mitterrand, na França, que, apesar do esforço de realizar uma política de deflação e de pleno emprego, não conseguiram escapar à “onda” que passa a atingir o continente. ANDERSON, 1996, p. 11-13.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 16.

Porém, as propostas liberais não são deixadas de lado, pelo contrário, conseguem um novo fôlego, ganhando um grande impulso com a queda do Leste Europeu. Os novos comandantes dos países da Europa Oriental passam a adotar o programa liberal incondicionalmente. Anderson afirma que “não há liberais mais intransigentes no mundo do que os ‘reformadores’ do Leste”<sup>15</sup>, referindo-se ao grau de fidelidade destes com relação ao itinerário econômico-político traçado por Hayek e seus colaboradores.

Além dos países da Europa Oriental, a década de 1990 será também o período de abandono e negação do keynesianismo, e da inauguração da retomada liberal na América Latina. Com exceção do Chile – que já vinha percorrendo tal itinerário desde 1973, a partir do Golpe Militar e respectivo governo facínora do general Augusto Pinochet – e da Bolívia – onde, a partir de 1985, esses preceitos começam a ser aplicados com o objetivo de frear o processo de hiperinflação então reinante no país – as principais economias latino-americanas passam a se reestruturar a partir dos “ensinamentos” da Sociedade Mont Pelèrin, no decênio 1990/2000.

A virada continental em direção ao neoliberalismo não começou antes da presidência de Salinas, no México, em 88, seguida da chegada ao poder de Menem, na Argentina, em 89, da segunda presidência de Carlos Andrés Perez, no mesmo ano, na Venezuela, e da eleição de Fujimori, no Peru, em 90 (...).<sup>16</sup>

Apesar de não mencionado por Anderson, não podemos nos esquecer que o ano de 1990 marcou o início do governo de Fernando Collor de Melo, governo este

---

<sup>15</sup> “(...) gente como Balcerovics na Polônia, Gaidar na Rússia, Klaus, na República Tcheca, eram os servidores convictos de Hayek e Friedman, com um menosprezo total pelo keynesianismo e pelo Estado de bem-estar, pela economia mista e, em geral, por todo o modelo dominante do capitalismo ocidental do pós-guerra. Estas lideranças políticas preconizam e realizam privatizações muito mais amplas e rápidas do que haviam sido feitas no Ocidente (...)”. Para se ter uma idéia da radicalidade com que estes países passam a adotar os preceitos liberais, o então primeiro-ministro da República Tcheca, Vaclav Klaus, chegou a fazer ataques de forma pública a Allan Greenspan, presidente, naquele momento, do Banco Central Norte-Americano (Federal Reserve Bank), “acusando-o de demonstrar debilidade e frouxidão lamentáveis em sua política monetária”. *Ibidem*, p. 18.

<sup>16</sup> ANDERSON, 1996, p. 20.

que daria início ao projeto de reposição das propostas liberais no Brasil. O programa de reestruturação econômico-política iniciado por Collor, será implementado de forma estruturada durante toda a década que se segue, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Antes de nos debruçarmos sobre esse período e analisarmos a postura da fração industrial da burguesia brasileira – através do posicionamento de sua principal entidade, a FIESP –, se faz necessário um relato, mesmo que breve, de um outro processo que vinha sendo gestado há décadas, e que está intimamente imbricado com a discussão que fizemos acima da reposição e revitalização dos preceitos liberais, na reorganização da economia mundial no pós- crise da década de 1970: trata-se do processo de Mundialização do Capital<sup>17</sup>.

## **II. II – Uma nova etapa no processo de expansão e internacionalização do Capital**

Uma das características intrínsecas a forma sociometabólica do Capital é a sua capacidade de “auto-regeneração”. Como forma de organização e controle de relações materiais e espirituais, possui a necessidade constante de expansão de suas forças produtivas – o que Marx definiu como um constante processo de “auto-revolução”. Ocorre que esse conjunto de relações sociais é composto por uma série de contradições inerentes à sua forma de ser, que se explicitam cotidianamente, porém, se intensificando em momentos de crise.

---

<sup>17</sup> Utilizaremos o conceito de *Mundialização* a partir das análises de François Chesnais por entendermos que esta apreende de forma concreta o processo em discussão.

Desde sua gênese – período que Marx denominou de “acumulação primitiva” –, o Capital, e posteriormente, sua forma capitalista de organização social da produção, passou por momentos de crises estruturais, que trouxeram à tona e expuseram à luz do sol, as mais variadas formas de mazelas e deformações que tal modo de produção engendra, demonstrando claramente que a lógica que este obedece é a da produção de mercadorias, excluindo qualquer possibilidade de desenvolvimento das potencialidades humanas em sua totalidade.

Contudo, mesmo diante de tais processos de crise, o Capital encontra saídas para supera-las a partir das contingências históricas por estas criadas. Supera os processos de crise imprimindo continuidade e permanência na forma de organização sociometabólica reinante. A esta capacidade de auto-regeneração que nos referimos acima.

Não pretendemos de forma alguma nos aprofundar em tal discussão. Essas observações introdutórias nos serve apenas de ponto de partida para compreendermos o atual processo de mundialização da economia capitalista. Ou seja, a devida compreensão desse processo passa pela análise de que, este, é gerido como forma de resposta aos novos processos de crise que se estabelecem nos pólos centrais do imperialismo mundial a partir da década de 1990, cuja discussão a cerca da reposição dos preceitos liberais – elaborada no item anterior – se insere.

Como vínhamos afirmando, essa “renovação” constante do modo de produção capitalista faz parte da forma de ser do Capital. Segundo Octavio Ianni, para ser compreendido “como um processo civilizatório” é preciso reconhecer algumas “características essenciais” dessa forma de organização social da

produção<sup>18</sup>. Estas podem ser sintetizadas em, primeiro: a capacidade e a necessidade do capitalismo se expandir continuamente, não encontrando fronteiras (naturais ou sociais) para seu processo de dominação e controle sóciometabólico; segundo: a partir de sua expansão, o Capital – através de seu principal agente histórico-político, a burguesia – reorganiza e subordina às formas existentes à sua forma própria de produção, a produção de mercadorias; e terceiro: à medida que se expande de forma extensiva e intensiva, em escala mundial, O Capital simultaneamente se concentra e centraliza, também em escala mundial, dando origem a formação dos grandes monopólios capitalistas<sup>19</sup>.

Todo o processo das Grandes Navegações e Descobrimentos Marítimos, bem como a consecutiva exploração colonial, tanto dos séculos XV e XVI, como a expansão afro-asiática dos séculos XIX e XX, explicitam de forma clara as características supra citadas. Entretanto, a nova configuração que o capitalismo assume atualmente, no processo de concentração e monopolização do capital, nos parece ser o eixo central da análise do processo de Mundialização.

Em termos econômicos, essa nova configuração se manifesta através da inserção, intensiva e extensiva, do capital financeiro mundial nas economias nacionais. Outro fator a ser apontado é a total liberdade de ação com que se move tal fração do capital. Segundo Chesnais:

É na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza. Um dos fenômenos mais marcantes dos últimos 15 anos tem sido a dinâmica específica da esfera financeira e seu crescimento, em ritmos qualitativamente

---

<sup>18</sup> IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p.53.

<sup>19</sup> Na verdade, essas três características foram apontadas – ainda que de forma genérica, como é o caso da tendência a formação dos grandes monopólios – pelo próprio Marx, sendo que a literatura marxista tratou de analisar profundamente tais características. A obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de Lênin, exemplifica perfeitamente o que afirmamos.

superiores aos dos índices de crescimento do investimento, ou do PIB (inclusive nos países da OCDE), ou do comércio exterior.<sup>20</sup>

Esses capitais buscam constantemente uma maior liquidez, daí a necessidade de “viajarem” o mundo em busca de “mercados seguros”. Na linguagem do capital financeiro, mercado seguro significa a possibilidade de se movimentarem livremente, altas taxas de rentabilidade (juros), inflação próxima a zero – se é que isso é possível – e estabilidade política.

É importante salientar que, os investimentos dos grandes grupos imperialistas – indústria e serviços em geral – passam a ser orientados segundo a lógica da liquidez; o interesse agora é alcançar os mercados que possam oferecer um processo de valorização do capital com grande rentabilidade no menor tempo possível<sup>21</sup>.

Nesse contexto, a relação entre Capital e Trabalho também apresentou grandes mudanças. Para aumentar os índices de extração de mais-valia dos trabalhadores e, conseqüentemente, as taxas médias de lucros das empresas, estas passam a investir maciçamente em capital constante (novas tecnologias), reestruturam completamente o processo produtivo, adotando novas técnicas de gerenciamento, aumentando de forma dramática o contingente do exército industrial de reservas. Junte-se a isso o fato de, no interior dos Estados nacionais – espaço geográfico real/concreto de tais mudanças –, a burguesia alcançar vitórias políticas importantes no que diz respeito à desregulamentação das relações de trabalho. O

---

<sup>20</sup> CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 15. Ainda segundo o autor, são dois os mecanismos que alimentam tal dinâmica, sendo o primeiro a “inflação do valor dos ativos”, ou seja, à formação de ‘capital fictício’ (especulativo)”, e o segundo baseia-se “em transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira, sendo o mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este” (CHESNAIS, op. cit., p. 15). O parêntese é nosso.

<sup>21</sup> “(...) É nesse contexto que devem ser compreendidas as mudanças nas estratégias de investimentos dos grandes grupos industriais. Sob influência da esfera financeira e da preferência pela liquidez, o horizonte temporal de valorização do capital industrial tende a reduzir-se cada vez mais e a alinhar-se, mundialmente, ao que diversos autores norte-americanos caracterizam como ‘short-termism’”. Ibidem, p. 16.

resultado desse processo, até o presente momento, tem sido as constantes derrotas e respectiva postura defensiva do movimento sindical em nível internacional, bem como todas as mazelas sociais que o desemprego estrutural e a queda do poder aquisitivo dos trabalhadores produzem<sup>22</sup>.

Outro fato importante é que, pela primeira vez na História da Humanidade, uma determinada forma de organização sociometabólica, passa a exercer sua hegemonia sobre todo globo terrestre. Com a queda do Leste Europeu, o modo de produção capitalista alcança suas últimas fronteiras, intensificando cada vez mais o processo de integração internacional dos mercados financeiros. Reafirma-se assim a tendência a internacionalização do Capital e do capitalismo.

Aqui, no entanto, reside uma questão bastante polêmica, qual seja, a do Papel do Estado-nação no processo de mundialização. Alguns autores defendem a tese de que os governos nacionais, diante da reestruturação econômica acima descrita, passam a exercer um papel praticamente inexpressivo no comando de suas economias. Estariam os governos nacionais – mesmo os de países centrais da economia capitalista – totalmente subordinados aos interesses das empresas transnacionais. Seriam verdadeiras “marionetes” nas mãos dos grandes grupos imperialistas, sem poder de ação, agindo como meros espectadores, diante de um processo inevitavelmente irremediável que possui força e autonomia próprias. O eixo decisório teria se transferido da esfera do poder local para o mercado mundial:

(...) As relações, os processos e as estruturas de dominação e apropriação, integração e antagonismo, freqüentemente dissolvem fronteiras, locais de mando, referências. A verdade é que declina o Estado-Nação, mesmo o metropolitano, dispersando-se os centros decisórios por diferentes lugares, empresas, corporações,

---

<sup>22</sup> O debate sobre a reestruturação produtiva ocorrida nas décadas de 1980/90, bem como dos seus efeitos sobre a classe trabalhadora, já conta com enorme bibliografia, apesar de ainda ser um tema candente e em discussão. No entanto, a título de consulta podemos indicar os recentes trabalhos de ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999, e ainda ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital*. Londrina: Ed. Práxis, 1999.

conglomerados, organizações e agências transnacionais. Globalizam-se perspectivas e dilemas sociais, políticos, econômicos e culturais. (...) Põe de modo claro a progressiva subordinação do Estado-Nação aos movimentos e às articulações do capital. Ou melhor, a dinâmica do capital revela-se diferente da dinâmica do Estado-Nação, seja ele dependente, associado ou dominante (...).<sup>23</sup>

Tal formulação teórica nos parece profundamente equivocada, pois coloca o Estado-nação como uma entidade autônoma (superestrutura), que paira acima da sociedade, à mercê das mais diversas classes sociais que possam vir a comanda-lo. Essa conceituação está impregnada de um idealismo, já superado por Marx. O Estado, bem como a organização burocrático-institucional que este assume historicamente, não está desvinculado do processo econômico enquanto tal. Vincula-se totalmente a esta. Dessa forma, O Estado se constitui como a esfera “totalizadora” de comando político do Capital. Importante afirmar que não podemos incorrer no erro teórico do determinismo. Imaginar que a esfera econômica determina a estrutura do Estado ou vice-versa, seria uma simplificação grosseira. Há na verdade uma “co-determinação” entre as várias esferas que compõem um determinado complexo societário, num determinado contexto histórico.

A partir das análises marxianas a respeito dessa temática, István Mészáros nos fornece a seguinte contribuição:

(...) Como estrutura de comando político abrangente do sistema do capital, o Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, pois ambos são um só e inseparáveis. Ao mesmo tempo, o Estado está muito longe de ser redutível às determinações que emanam diretamente das funções econômicas do capital. Um Estado historicamente dado contribui de maneira decisiva para a determinação (no sentido da co-determinação) das funções econômicas diretas, limitando ou ampliando a viabilidade de algumas contra as outras.<sup>24</sup>

Portanto, a autonomia do Estado-nação frente ao processo de mundialização capitalista é inexistente. Pelo contrário, “(...) Esses processos, (...) acentuam os

---

<sup>23</sup> IANNI, 1999, p. 89 e 90.

<sup>24</sup> MÉSZÁROS, 2002, p.119. O parêntese é nosso.

fatores de hierarquização entre os países, ao mesmo tempo que redesenham sua configuração(...) <sup>25</sup>. Nesse sentido, os governos nacionais exercem papel fundamental na aplicação de medidas que possam atender aos interesses de classe que representam, a saber, aos da burguesia.

Os “fatores de hierarquização” se constituem num complexo de relações engendradas a partir dos contextos históricos em que tais nações estão inseridas. Isso não elimina, de forma alguma, a relação de dependência e/ou subordinação que as regiões periféricas do desenvolvimento capitalista mantêm com os núcleos centrais. Como afirmamos, são as particularidades históricas do Estado-nação, inseridas nos seus devidos contextos, que poderão indicar a sua posição dentro dessa hierarquia do Capital.

A partir disso, podemos constatar que o processo de mundialização acentuou tal hierarquização, pois com a fim da União Soviética, a burguesia norte-americana passa a exercer a posição hegemônica na geopolítica e no domínio dos mercados mundiais. <sup>26</sup> Logo em seguida, temos os países que formam a União Européia e o Japão. Segundo Chesnais, estes seriam os principais núcleos diretivos do Capital na atualidade. Ditam as regras a serem seguidas pelo comércio e as finanças internacionais.

Os países que estão na periferia do capitalismo conseguem uma pequena integração, a partir do cumprimento de acordos econômico-financeiros estabelecidos, invariavelmente, por agências e instituições do capital financeiro mundial, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), atualmente, Organização Mundial do Comércio (OMC).

---

<sup>25</sup> CHESNAIS, 1996, p. 18.

<sup>26</sup> Importante observar que essa hegemonia se dá através da ampliação da área de alcance do capital financeiro norte-americano, sendo que, qualquer empecilho ou obstáculo deve ser superado a qualquer custo, mesmo que para isso seja necessário “criar motivos” para novas guerras. O exemplo mais recente é a Guerra do Iraque.

Como demonstrado anteriormente – quando analisarmos a particularidade histórica da objetivação do capitalismo no Brasil –, a própria formação histórica desses países, engendrou as particularidades que imprimem seu caráter de subordinação – bem como o de suas burguesias – em relação aos pólos centrais do imperialismo mundial.<sup>27</sup>

É exatamente nesse ponto que se insere a discussão da retomada e da revitalização dos pressupostos liberais nas décadas de 1980/90. A atuação da burguesia mundial, no interior de seus respectivos Estados nacionais, foi – e continua sendo – fundamental para que tal projeto político-econômico alcançasse os objetivos desejados. Foi através da retomada de tal itinerário teórico que o capital financeiro mundial alcançou a liberdade desejada para realizar seu processo de expansão mundial. Na esfera política, a burguesia impôs uma série de derrotas ao movimento operário, o que possibilitou a realização de uma reestruturação produtiva e a desregulamentação das relações entre Capital e Trabalho, bem como a adoção de novos mecanismos de regulação econômica.

Na verdade, tanto o advento da Mundialização, como a revitalização dos preceitos liberais, fazem parte de um mesmo processo, qual seja, de reposição econômico-político da burguesia mundial diante dos constantes processos de crise do Capital, geridos a partir da década de 1970. Tal momento histórico só pode ser apreendido em sua totalidade, se levadas em conta as singularidades e particularidades que, sumariamente, analisamos acima.

---

<sup>27</sup> “(...) São eles, então (os países centrais), que ditam as regras do comércio e das finanças internacionais (...) e também dos posicionamentos menos formais que ordenam o relacionamento interno do oligopólio mundial. Compreende-se o peso que esse fator representa, para a América Latina em geral e para o México e o Brasil em particular, e como pode condicionar inteiramente a política externa e interna das camadas dirigentes” (CHESNAIS, 1996, p. 19). Essa afirmação parece ser de extrema valia para compreendermos o significado do documento produzido pelo governo norte-americano, em parceria com o FMI, o Banco Mundial e o BID, em 1989, cujo título é *O Consenso de Washington*. Analisaremos este documento ao tratarmos da particularidade brasileira ca década de 1990.

Passados sessenta anos desde a publicação de *O caminho da servidão*, as idéias de Hayek e seus colaboradores comprovaram ser de grande valia aos interesses da burguesia, ainda que estes sejam extremamente danosos a humanidade como um todo.

A nossa análise recai sobre a participação e respectiva relevância da burguesia industrial brasileira, através da principal entidade representativa dessa fração de classe no país, a FIESP, no processo particular de inserção da economia do país nesse contexto de Mundialização e retomada do liberalismo. É o que faremos a partir de agora.

### **II. III – FIESP: forma de ser de uma entidade burguesa de caráter prussiano – colonial**

Os anos de 1990 marcam o início da reestruturação econômica do Brasil, que levaria o país a se inserir no famigerado processo de Mundialização do Capital, através do resgate dos pressupostos liberais.

Depois de 29 anos, a nação voltaria a escolher, através das eleições diretas de 1989, o presidente da República. Aquele que fosse eleito herdaria uma economia estagnada e em frangalhos, submersa num profundo processo recessivo e inflacionário, cujo endividamento externo se agravara durante toda a década anterior.

O pleito daquele ano definiu que o responsável pelo comando da nação rumo à “modernidade” seria Fernando Collor de Melo. Em torno de sua candidatura,

reuniram-se os setores mais conservadores e reacionários da sociedade brasileira – entre eles a FIESP –, cujo projeto político-econômico vinha sendo elaborado a mais de uma década, sem, no entanto, apresentar qualquer aspecto de originalidade. Antes de tratarmos do contexto econômico-político brasileiro durante a década de 1990, analisemos diretamente a proposta da FIESP para a sociedade brasileira.

Em agosto de 1990 a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, comandada naquele momento pelo empresário Mário Amato, publica um documento que expõe de forma explícita o ideário da entidade e as propostas concretas que deveriam ser tomadas rumo à inserção do “Brasil moderno” na “nova ordem econômica do mundo”: Trata-se do livro intitulado *Livres para crescer – proposta para um Brasil moderno*.<sup>28</sup>

Elaborado por uma equipe de técnicos e consultores<sup>29</sup>, esse documento passa a ser a “cartilha política-econômica” da entidade na luta pelas mudanças que reivindicam como necessárias e essenciais para o país.

Já na Apresentação e na Introdução, a FIESP defende seus princípios fundamentais, quais sejam, a defesa da propriedade privada e da livre concorrência:

Aqui se faz uma opção: por um Brasil moderno, eficiente e competitivo, adulto e sem paternalismo; inserido no Primeiro Mundo, respeitando os valores fundamentais da comunidade internacional, que também são os nossos; por uma economia que funcione sob o regime de mercado, reconhecendo a função indelegável do Estado de coordenar a atividade econômica, mas respeitando as leis de mercado, a livre iniciativa e a liberdade de preços, tendo como prioritário o interesse do consumidor. Aqui se faz a opção pelo estado de direito, em que a lei não se ajusta ao líder político da ocasião, mas é a expressão dos princípios da sociedade, que só muda vagarosamente, com a sua transformação.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> FIESP. *Livres para crescer – proposta para um Brasil moderno*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990.

<sup>29</sup> O livro teve a coordenação de Maria Helena Zockun, sendo a equipe de consultores formada por Antonio Evaristo Teixeira Lanzana, Carlo Alberto Longo, Celso Luiz Martone, Eduardo Gianetti da Fonseca, Guilherme Leite da Silva Dias, José Pastore e Simão David Zilber. Ana Maria Pastore Gondim exerceu a função de economista-assistente.

<sup>30</sup> FIESP, 1990, p. 16.

A primeira parte do livro – Diagnóstico da economia brasileira – refaz o itinerário econômico brasileiro desde o governo de Juscelino Kubitschek, até àquele momento (1990), demonstrando os acertos e erros, bem como o esgotamento do modelo de desenvolvimento liderado pelo Estado.

Argumentam que a economia brasileira necessitou do Estado para planejar e impulsionar seu desenvolvimento durante o período 1950-1980, intervindo de todas as formas: proteção ao mercado interno, financiamento externo e crédito ao setor privado, investimento em infra-estrutura (inclusive as estatais), medidas estas que possibilitou, durante a década de 1970, a integração da economia brasileira aos fluxos internacionais de bens e de capital<sup>31</sup>.

Ainda na primeira parte, é tratada a questão da abertura da economia em relação ao mercado externo. Argumentam que o modelo de uma economia “fortemente protegida” e fechada às transações do comércio internacional havia se esgotado, sendo este um dos fatores preponderantes do presente processo de crise. Decorrem daí, segundo o documento, alguns dos problemas mais graves de nosso quadro social. Apontam que o modelo desenvolvimentista havia produzido “distorções” enormes na “distribuição de renda”, aprofundado pela problemática do desemprego. Versa ainda, sobre o tema do crescimento populacional, bem como sua relação direta com a questão “distributiva”.

Toda a análise está impregnada pela ideologia liberal. Como é tradição no Brasil, ao se pronunciarem a respeito das questões sociais mais diversas, a burguesia internamente instalada imprime em seus discursos um tom paternalista e de grande benevolência para com a sociedade como um todo. Apesar da jocosidade de tais ponderações, estas tem uma razão de ser. Representam o projeto político-

---

<sup>31</sup> Ibidem, p. 22 e 23.

econômico de uma fração considerável da burguesia brasileira que, diante da revitalização do liberalismo, refletem e reafirmam a forma como a burguesia internamente instalada absorveu e colocou em prática tal matriz teórica, trazendo consigo determinações históricas que apontam para um liberalismo de viés prussiano.<sup>32</sup>

A partir da segunda parte do documento, os consultores da Fiesp passam a definir aquilo que afirmaram ser Uma nova estratégia de desenvolvimento.

Ao longo de três capítulos, discutem a definição do “novo” papel do Estado, a necessidade e vantagens da inserção da economia brasileira no mercado externo – via abertura de nossos mercados – e o contexto internacional que se expunha com a queda do Leste Europeu, a formação de blocos econômicos e o processo de Mundialização – que eles denominam “globalização” – da economia capitalista.

Seguindo o ideário da Sociedade Mont Pelèrin, defendem insistentemente, a menor participação possível do Estado na economia. Inicialmente, argumentam que seria ingenuidade e mesmo anacronismo, a defesa de um Estado minimalista – seguindo a ortodoxia do laissez-faire –, sendo que a postura teórica a ser seguida era a das Teorias Marginais (como se a segunda excluísse a primeira):

(...) convém deixar claro o que se entende por livre iniciativa e quais suas principais limitações. A livre iniciativa ou sistema de mercado, quando funciona competitivamente, gera uma distribuição eficiente de recursos e produtos. A distribuição eficiente de recursos decorre da equivalência entre a sua **produtividade marginal** e o seu custo. Também, numa solução eficiente, é impossível melhorar o bem-estar de um indivíduo (consumidor) sem penalizar o de outro; nesse caso, os preços dos produtos são iguais aos seus custos (marginais) de produção.<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> Ver a primeira parte deste trabalho, quando tratamos da forma de entificação/objetivação do capitalismo no Brasil.

<sup>33</sup> FIESP, 1990, p. 106. O negrito é nosso.

A função do Estado seria corrigir distorções, através da política fiscal e monetária, onde o orçamento é peça vital. A administração deveria passar por uma reestruturação, a começar pela redução drástica do número de funcionários. Segundo a FIESP, era (e ainda é) preciso adotar um “perfil administrativo” de empresa privada, no processo de comando da máquina pública. Este “perfil” resultaria num alto grau de produtividade, baixando sensivelmente os gastos do governo com as folhas de pagamentos, o que liberaria maiores montantes de recursos para o investimento em áreas sociais e de infra-estrutura, estas, outras funções da União, segundo o documento.

Um dos grandes problemas abordados pela FIESP é o da “má distribuição de renda” que o país enfrenta. Afirmam que tal problemática sempre suscitou “fortes emoções e muita demagogia populista”, sendo que “as emoções fortes não ajudam a pensar, e a demagogia não resolve o problema”.<sup>34</sup> Como o crescimento demográfico está intrinsecamente ligada à questão da “distribuição de renda”, apontam que a primeira providência a ser tomada é elaborar programas de planejamento familiar. Outro fator que alegam influir na renda é a má formação da mão de obra brasileira. O mercado vive da concorrência e respectiva competição que esta gera; as melhores posições (vagas/empregos) são ocupadas pelos trabalhadores mais qualificados; automaticamente, com o crescimento da população e com a depreciação do ensino no país, a força de trabalho nacional perde em qualidade; somente os qualificados alcançam o mercado de trabalho, contribuindo assim, para concentrar renda nas mãos de quem está empregado, enquanto a grande massa de trabalhadores vive com um grave “quadro de privação material”.

A ignorância e a baixa produtividade do trabalho são as principais causas do quadro de privação material em que vivem há séculos tantos brasileiros. Se essas causas não forem atacadas desde já –

---

<sup>34</sup> Ibidem, p. 106.

com o Estado concentrando esforços na formação de capital humano na população mais jovem e pobre e implementando uma política de planejamento familiar adequada –, jamais será quebrado o ciclo da pobreza e da incompetência.<sup>35</sup>

Cabe ao Estado, como afirmado na citação, interferir na sociedade politicamente (mas não no mercado) para minimizar ou dirimir tais questões. É próprio do pensamento liberal a tese implícita em tal afirmação: a lógica do mercado e as classes que constituem tal esfera social, nada tem haver com o nível de pobreza da população. Pelo contrário, está é uma questão de políticas públicas (para utilizar a expressão corrente na atualidade), cabendo única e exclusivamente ao Estado sua responsabilidade.<sup>36</sup>

Sendo assim, é necessário e imprescindível, uma reestruturação do Estado brasileiro, bem como de sua esfera de atuação, pois este se demonstrou ineficaz ao longo do processo de desenvolvimento do país. De acordo com a entidade, a iniciativa estatal ao longo desse processo atuou em três esferas: “a provisão de bens públicos e semi-públicos, a atividade empresarial e a regulação da atividade econômica”, sendo que em todas elas, respeitados os devidos contextos históricos, revelou-se extremamente incapaz.

No que diz respeito aos “bens públicos e semi-públicos”, a constatação é de que as esferas da justiça e da segurança pública são as únicas de atuação exclusiva do Estado. As outras como saúde, educação, previdência social, comunicação, etc, convivem com a participação (direta ou indiretamente) da iniciativa privada. Mais uma vez, evocam a “função social” do Estado de fornecer os recursos àqueles contingentes populacionais “menos favorecidos”. Precisamente nesse ponto, afirmam que a distribuição de renda deve ser feita através da alocação de recursos

---

<sup>35</sup> FIESP, 1990, p. 112.

<sup>36</sup> Devemos nos lembrar que definições como “distribuição de renda” não contribuem de forma alguma para a explicação do problema, pois não explicitam a relação de exploração econômica sobre a classe trabalhadora, existente na forma de metabolismo social onde impera a lógica do Capital.

via impostos: “(...) Essas transferências podem e devem em geral ocorrer, isto é, a despesa pública deve ter um efeito redistribuidor de renda, sendo direcionada para os grupos mais carentes da sociedade”.<sup>37</sup>

Porém, isto não ocorre no país, segundo a análise do documento, devido ao fato de a iniciativa estatal não seguir os princípios apontados anteriormente. Apesar de afirmarem que o Estado deve gerir seus recursos com o objetivo de produzir os bens necessários às populações mais carentes, criticam a atuação estatal em todas as esferas sociais que o mesmo atua. Sempre comparando os níveis de produtividade e lucratividade da iniciativa estatal com o setor privado, passam a apontar todos os problemas que emperram a educação, as comunicações, os transportes, a saúde, entre tantos outros serviços públicos no país.

Criticam a criação e a manutenção de monopólios estatais, a gratuidade da educação e da saúde, o sistema de seguridade social, enfim, praticamente todas as áreas de atuação estatal.<sup>38</sup> Contudo, ao apontarem as soluções para estes problemas, deixam claro sua tomada de posição em favor das propostas liberais:

As soluções terão que ser discutidas caso a caso, à luz dos critérios anunciados, podendo envolver: 1. “Privatização”, no sentido de participação privada na produção de bens “públicos”, quando viável; 2. Reformulação dos critérios de cobrança pela oferta de bens e serviços públicos, eliminando onde possível a gratuidade; 3. Requisito de níveis equivalentes de eficiência entre produção pública e privada de bens e serviços “públicos”; 4. Descentralização

---

<sup>37</sup> FIESP, 1990, p. 114.

<sup>38</sup> “No Brasil, os princípios apresentados acima não têm sido respeitados por várias razões: 1. Em certos casos, como comunicações, o Estado tem o monopólio da produção do bem ou serviço (...) 2. o fornecimento gratuito de bem ou serviço também viola o princípio de redistribuição da renda do gasto público, assim como gera ineficiência ou desperdícios. Os casos da educação gratuita, principalmente em nível universitário, e da não cobrança de circulação de veículos pelo custo marginal de ampliar a infra-estrutura, por exemplo, ilustram a ineficiência e o efeito redistributivo perverso do gasto público. 3. A obrigatoriedade da ‘compra’ do serviço produzido pelo Estado também leva a efeitos perversos. Por exemplo, a contribuição obrigatória à previdência social oficial, sem opção por previdência privada (...). 4. São muitos os exemplos em que o setor público não tem qualquer consideração por produtividade, mesmo quando um parâmetro privado existe. Transporte urbano, assistência médico-hospitalar, educação primária e secundária são áreas em que o Estado criou monstros burocratizados, empreguismo e desperdício de recursos, além de qualidade inferior de serviços. 5. A centralização excessiva e desnecessária de serviços, como educação e saúde, que seriam mais eficientes providos em nível municipal (...)”. FIESP, 1990, p. 115.

de serviços onde possível, aproximando “produtores” e “consumidores” e incrementando a fiscalização e a cobrança; 5. Liberdade de escolha do cidadão entre o mesmo serviço produzido pelo Estado e pela iniciativa privada, sempre que possível.<sup>39</sup>

A partir desses princípios, a crítica recai diretamente sobre a atuação empresarial estatal, ou o “Estado Empresário”.

Partindo da premissa que as empresas estatais são administradas a partir de critérios políticos, defendem que estas passem a atuar de acordo com as “leis de mercado”. No entanto, apontam que há impedimentos legais para que isso ocorra. O primeiro deles é o regime de monopólio que impera no país, nos setores onde estas empresas atuam<sup>40</sup>. O segundo, que deriva diretamente do primeiro, seriam as barreiras existentes à entrada de capitais privados em tais setores. Um terceiro fator seria o fato de estas empresas possuírem linhas de financiamento especiais (privilégios) junto ao Tesouro Nacional, contribuindo para que estas nunca “quebrem” ou encerrem suas atividades. Em seguida, assinalam que a política de preços exercida por estes monopólios não possuem referências no mercado, estando as tarifas sempre abaixo de seus preços reais, o que, juntamente com os financiamentos subsidiados, contribuem para os enormes déficits orçamentários dessas corporações, bem como para o processo inflacionário, pois, segundo o documento “O monopólio estatal de emissão de moeda primária cria um incentivo quase irresistível para que o governo se financie com inflação”.<sup>41</sup>

Reafirmam a necessidade de reformas institucionais que possibilitem o fim dos monopólios estatais e abram o caminho para o processo de privatizações. O

---

<sup>39</sup> Ibidem, p. 116. A aspas são do autor.

<sup>40</sup> Os setores elencados pelo documento são: “1. Prospecção, produção, refino e distribuição de petróleo e derivados; 2. Petroquímica e indústria de fertilizantes; 3. Mineração de ferro, bauxita, manganês, ouro, etc.; 4. Siderurgia e seus derivados; 5. Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; 6. Pesquisa, prospecção e exploração de minérios radioativos e produção de energia nuclear e seus equipamentos; 7. Comércio atacadista interno e internacional (*trading companies*); 8. Indústria de material bélico; 9. Serviços de processamento de dados; 10. Indústria bancária e financeira”. Ibidem, p. 116. Itálicos do autor.

<sup>41</sup> FIESP, 1990, p. 304.

critério a ser seguido pelo Estado, como já afirmado anteriormente, é o da rentabilidade do setor privado:

Existem duas linhas complementares de ações para eliminar ou ao menos reduzir a ineficiência gerada na economia pelas empresas estatais. A primeira delas consiste em remover as distorções listadas (...), preservando as empresas como entidades públicas. A segunda consiste em privatizar, quando possível, ou simplesmente encerrar suas atividades, quando a privatização for impossível.<sup>42</sup>

No que diz respeito ao aspecto macroeconômico, defendem de forma intransigente a independência do Banco Central, alegando que somente desta feita seria “(...) possível realizar uma política monetária independente da política fiscal e das pressões políticas do governo, objetivando tão somente a estabilidade monetária da economia”.<sup>43</sup> É explícita a posição da FIESP em relação ao processo inflacionário que, até aquele momento, atingia a economia brasileira. Segundo a entidade, a estabilidade monetária deve ser uma meta a ser alcançada e mantida, como pressuposto de qualquer retomada do processo de desenvolvimento econômico do país.<sup>44</sup>

Finalizando essa primeira parte propositiva, o documento define a linha de atuação que o Estado deve assumir, no que diz respeito ao seu caráter regulador. Os princípios a serem seguidos, nesse caso, são os seguintes: a regulamentação por parte da esfera estatal deve se justificar tanto na perspectiva econômica como social; tal regulamentação deve contribuir para a alocação dos recursos na economia.

---

<sup>42</sup> Ibidem, p. 118.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 305.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 120-127. Afirmam ainda: “Qualquer economia em que o governo mantenha um déficit crônico ou secular é uma economia sob pressões inflacionárias crônicas. Essa situação é causada por distorções na política fiscal que precisam ser eliminadas, **como o comprometimento permanente de recursos públicos em programas governamentais que nunca acabam**, a permanência de subsídios e incentivos fiscais muito tempo além da extinção dos motivos que os justificam, **a garantia de preços públicos abaixo do custo de produção para certas atividades**, o sistema de previdência e assistência social cuja eficácia é questionável” (Ibidem, p. 305). Os negritos são nossos.

Mais uma vez, a crítica recai sobre a atuação inibidora da ação reguladora do Estado brasileiro sobre a economia como um todo. O Estado é o responsável, segundo a FIESP, pela regulamentação das seguintes áreas da economia: relações econômicas internacionais (mercadorias, serviços e capitais); relações de trabalho; mercados financeiros e de capitais; políticas setoriais (indústria e agricultura principalmente); e preços, salários, taxas de juros e taxas de câmbio.

Apesar de genéricos, os caminhos apontados pelos autores do documento, levam sempre a questão da abertura do mercado interno à concorrência internacional, como forma de “modernizar” e inserir a economia brasileira em tal cenário econômico. Nesse sentido, é importante apontar que a presença do capital externo é (e sempre foi) muito bem vinda pelos líderes industriais representados pela entidade paulista.

Quando trata das relações de trabalho, bem como da questão salarial, são enfáticos ao apontar para a “livre negociação” entre Capital e Trabalho, bem como para o fim da indexação dos salários, como forma de garantia de aumento de produtividade e lucratividade para o capital (interno ou externo). Não existe nenhum pudor (e não haveria de existir – a questão não é moral) ao afirmarem a necessidade de reestruturação (leia-se precarização) das leis trabalhistas.<sup>45</sup>

Antes de continuarmos com a descrição das propostas da FIESP para o Brasil na década de 1990, faz-se necessário a análise daquilo que foi exposto até agora.

O período por nós analisado será dividido em duas fases: a primeira abrange o período entre início do governo Collor até o final do mandato de Itamar Franco; a segunda, refere-se aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

---

<sup>45</sup> FIESP, 1990, p. 127-129.

Collor assume a presidência da república em 15 de março de 1990. Já no dia seguinte, a então ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, anuncia um pacote de medidas cujo objetivo principal era o de conter o processo inflacionário instalado no Brasil a mais de uma década: era o início do famigerado Plano Collor.

Troca de moeda, novas regras para o reajuste dos salários, congelamento de preços, bloqueios de investimentos (poupança, conta corrente, overnight), suspensão de subsídios e aumento de impostos, foram as primeiras medidas encontradas pela nova equipe econômica para estabilizar a economia e introduzir o país nos caminhos da “modernidade”. Aliás, foi com esse discurso que o então candidato Collor de Mello havia vencido as eleições; o “personagem” criado pela grande imprensa (e por todos os que o apoiavam) era o sinônimo do espírito “jovem” e “varonil” de que o país necessitava; um “verdadeiro herói” que iria “salvar” o povo brasileiro.

O então “caçador de marajás”, pseudônimo atribuído a Collor durante seu governo em Alagoas – devido ao desmantelamento de esquemas de funcionários fantasmas e de corrupção naquele Estado – coloca em prática o projeto político-econômico que sua candidatura representava: a inserção da economia brasileira no mercado financeiro internacional, a partir da revitalização dos pressupostos liberais. Importante ainda salientar que a FIESP fez parte do bloco político que apoiou o presidente eleito. A participação da entidade, através de suas lideranças foi decisiva. Basta lembrar que o presidente da FIESP, Mário Amato, chegou a afirmar que se o candidato da oposição – Luiz Inácio Lula da Silva – ganhasse a eleição, mais de 100 mil empresas deixariam o país, insinuando que esta candidatura possuía vieses socialistas, e que isso seria um sério risco para a iniciativa privada.

No entanto, o projeto que o governo Collor encarnava, orientou-se através de um documento que serviu de base para a reposição dos princípios do liberalismo econômico em toda a América Latina – e por isso mais genérico – denominado “Consenso de Washington”.

Esse documento – cujo título original é “Latin American Adjustment: How Much Has Happened?” – foi o resultado final de um ciclo de debates realizados em 1989, na capital dos Estados Unidos, onde o tema central era a análise do processo de reformas econômicas que vinham sendo empreendidas – e que ainda estavam por ser executadas – na região como um todo. Participaram dessa plenária funcionários do governo norte-americano e das instituições do capital financeiro internacional ali instaladas, tais como o FMI, o BID e o Banco Mundial<sup>46</sup>.

Trata-se das diretrizes econômico-políticas que o capital imperialista indica como sendo essenciais para o saneamento dos processos de crise instalados nas economias da América Latina. O caminho a ser seguido pelos países da região é o da retomada dos pressupostos liberais: abertura ao capital internacional, reestruturação produtiva – para “fazer frente à concorrência externa”, além de aumentar o exército industrial de reservas – que envolve uma total redefinição do papel do Estado – as privatizações passam a ser imprescindíveis –, reformas monetárias e cambiais que possam manter a estabilidade da moeda nacional e atrair capitais externos, reformas fiscais e tributárias que visem uma menor carga de impostos e, por fim, mas não menos importante, a desestruturação completa do

---

<sup>46</sup> BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In.: Vários. *Em defesa do interesse nacional – desinformação e alienação do patrimônio público*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

movimento sindical, como garantia de estabilidade política e uma maior possibilidade de extração de mais-trabalho – através de reformas nas leis trabalhistas.<sup>47</sup>

É a partir de Collor que tais pressupostos passam a ser colocados em prática, pois, desde o início, seu governo já acatara tais determinações. Prova disso são as reformas comerciais liberalizantes, o processo de privatizações das estatais e a liberdade cambial – cujo valor passa a ser determinado pelas necessidades do mercado –, incluídas em seu plano econômico.

A FIESP, como já afirmamos, apoiou de forma incondicional a aplicação dessas diretrizes. Se o *Consenso de Washington* se refere à totalidade do processo de reestruturação das economias latino-americanas, *Livres para crescer* expressa a forma particular de execução do mesmo no Brasil.

Essa é a verdadeira essência das propostas da FIESP discutidas acima. A crítica contundente a estrutura do Estado brasileiro, bem como de sua atuação na economia, estão em plena sintonia com as propostas das instituições financeiras internacionais. A burguesia brasileira ontogeneticamente subordinada aos pólos centrais do Capital, acata de forma irrestrita tais propostas. Como estratégia política – que envolve inclusive todo o marketing, via grande imprensa –, reivindica a autoria de tal projeto, como sendo a única saída possível às contingências históricas, impostas pelo imperativo da “modernidade”<sup>48</sup>. É diante dessa constatação que

---

<sup>47</sup> É importante salientar que essas orientações possuem um caráter de “obrigatoriedade”, diante do contexto de Mundialização, apontado por Chesnais, como discutido anteriormente.

<sup>48</sup> Na Parte IV de *Livres para crescer*, quando trata da “Viabilização da Política Proposta”, o documento deixa clara a estratégia de *marketing* a ser utilizada, o que nós podemos denominar de “medo educativo”. Este consiste num constante processo de crítica a estrutura estatal brasileira, em todas as esferas que, pela insistência na repetição, passam a ser tomadas como verdadeiras. Os grandes responsáveis pela situação de crise no Brasil seriam as estatais – os enormes “elefantes brancos” – e o funcionalismo público em geral, com seus enormes privilégios. Para que a situação mudasse era preciso reverter totalmente esse quadro, caso contrário, o país poderia se aprofundar num processo sem certeza de retorno. Através do **medo** se conquista popularidade: “(...) No entanto, precisaremos de muito mais. Isso é difícil de transmitir, mas será necessário enfatizar que todos (os trabalhadores) terão que trabalhar mais horas. Necessitaremos de uma reforma constitucional no capítulo dos direitos sociais. Isso só será possível se o **medo** for bem conscientizado pelo povo e, em especial, pela classe média (...)”. FIESP, 1990, p. 258. Não podemos nos esquecer que tal estratégia

afirmamos que não há originalidade no projeto da aliança liberal que se reafirma no poder em 1990. Paulo Nogueira Batista contribui de forma precisa para essa constatação:

Tudo se passaria, portanto, como se as classes dirigentes latino-americanas (inclusive a Fiesp) se houvessem dado conta, espontaneamente, de que a gravíssima crise econômica que enfrentavam não tinha raízes externas (...) e se devia apenas a fatores internos, às equivocadas políticas nacionalistas que adotavam e às formas autoritárias de governo que praticavam. Assim, a solução residiria em reformas “neoliberais” apresentadas como propostas modernizadoras, contra o anacronismo de nossas estruturas econômicas e políticas.<sup>49</sup>

No entanto, as reformas preconizadas pela FIESP passariam por um curto processo de arrefecimento. A partir das denúncias de corrupção contra Collor, a instabilidade passa a reinar no plano político nacional – principalmente com a instalação do processo de impeachment e com a eclosão do movimento Fora Collor –, fato este que freia o processo de reformas. O governo de Itamar Franco não alcançou grandes avanços nesse sentido. A passagem do político mineiro pelo Planalto Central teve uma outra finalidade: trazer de volta a estabilidade política e preparar o terreno para a eleição de seu sucessor. Só assim o projeto iniciado por Collor poderia ser retomado.

Para alcançar tais objetivos, Itamar compõe um governo que contou com os diversos blocos políticos presentes no país. Participaram dessa composição, políticos dos vários setores sociais – dos mais à direita aos na esquerda. O grande feito de seu governo foi a implantação do Plano Real, concebido pela equipe econômica comandada pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

---

– próprias de regimes fascistas – teve relevante apoio e participação da grande imprensa nacional. Uma posição crítica a esse respeito é encontrada em BATISTA, 1994.

<sup>49</sup> BATISTA, op. cit., p. 101.

O plano de estabilidade econômica surtiu os efeitos desejados na economia. O histórico processo inflacionário do país foi interrompido, e esse fator já foi o suficiente para que FHC fosse eleito em 1994, com grande maioria no pleito presidencial. Estavam criadas as bases sociais e institucionais para a retomada do projeto iniciado pela gestão Collor. No entanto, a burguesia internamente instalada conseguiu grandes avanços nesse processo. Além da vitória nas urnas, o comando da nação estaria nas mãos de um renomado intelectual brasileiro, reconhecido internacionalmente e que tem no seu curriculum a marca da luta pela democracia. O país saíra ganhando, pois, ao final de um turbulento período político, perdíamos o “herói”, mas ganhávamos o “príncipe da sociologia”, o grande responsável pela reposição do Brasil nos trilhos da “modernidade”.

À frente da presidência, Fernando Henrique foi o responsável pela reestruturação institucional que abriria definitivamente a economia brasileira ao capital financeiro internacional. O processo de Revisão Constitucional – previsto na Carta de 1988 – ganhou grande impulso durante o seu governo. Era preciso acabar com aquilo que foi denominado pela FIESP como as “restrições legais”, que mantinham o país dentro de um “corporativismo anacrônico”. A legislação precisava ser modificada para que o regime de monopólio fosse abolido, possibilitando o posterior processo de privatizações; a legislação que regia as relações entre Capital e Trabalho também emperrava o processo, pois se pautava no modelo “varguista” de desenvolvimento. Outras questões como a propriedade do subsolo brasileiro, a (ainda discutida) lei de patentes, que versa sobre a propriedade intelectual, as reservas de mercado em informática, entre tantas outras, estiveram na pauta de

votação do Congresso Nacional a partir de 1992, e, em grande medida, foram aprovadas de acordo com o estabelecido pela aliança política que apoiara FHC.<sup>50</sup>

O resultado não poderia ser outro: grandes fluxos de capitais, na forma de investimento externo direto<sup>51</sup>, passam a penetrar na economia brasileira; o processo de privatizações se consolida; o movimento operário passa a sofrer derrotas exemplares em todo o território nacional. Enfim, a FIESP consegue retomar o projeto iniciado pelo governo Collor com uma grande vantagem, a habilidade política de um presidente que possuía grande popularidade.

Para se ter uma idéia da penetração do IED na economia brasileira, Reinaldo Gonçalves demonstra os seguintes argumentos:

O crescimento dos fluxos de investimento externo direto (IED) e o avanço das empresas de capital estrangeiro (ECE) na economia brasileira foram inusitados a partir de 1995. (...) Em 1995 o estoque de investimento externo direto no Brasil era de 43 bilhões de dólares, segundo o censo de capitais estrangeiros realizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen, 1998), que envolveu 6.322 empresas com a participação estrangeira, sendo que 4.902 empresas com participação majoritária estrangeira. Nos três anos seguintes, o fluxo líquido acumulado de IED foi da ordem de 45 bilhões de dólares, isto é, o estoque de IED dobrou em três anos. Esses números significam, na realidade, que a razão estoque de IED/PIB cresceu de 6,3% em 1993 para 11,2% em 1998, ou seja, houve um aumento de 80% do grau de “desnacionalização” da economia brasileira no período 1995-98.<sup>52</sup>

Uma parte desses investimentos foram aplicados na economia brasileira através do processo de privatizações. Como afirmamos na introdução de nosso trabalho, a polêmica em torno dos valores das vendas das estatais, bem como os privilégios que os grupos privados, nacionais e estrangeiros, obtiveram no processo, geraram um intenso debate<sup>53</sup>. Não nos interessa em específico tal polêmica, mas

---

<sup>50</sup> A título de esclarecimento, vale lembrar que a Revisão Constitucional se inicia em 1992, sendo completada durante o mandato de Fernando Henrique.

<sup>51</sup> Chesnais aponta que uma das principais formas de internacionalização do capital, no atual processo de internacionalização da economia capitalista, é através do investimento externo direto (IED). Para um aprofundamento da discussão ver: CHESNAIS, 1996, cap. 2.

<sup>52</sup> GONÇALVES, 1999, p. 14.

<sup>53</sup> Ver a esse respeito BIONDI, 1999.

sim a postura que a FIESP assumiu no processo, qual seja, a de apoio incontestado ao fim do regime de monopólio e à privatização das estatais brasileiras.

Além das diretrizes apontadas pelo documento *Livres para crescer*, a entidade desencadeou uma intensa campanha publicitária através de periódicos próprios (*Revista da Indústria e Notícias*) e, principalmente, da grande imprensa escrita (revistas e jornais de grande circulação no país), para defender o projeto intitulado pelo governo de “desestatização”. Os argumentos utilizados foram os mais diversos: a inviabilidade econômica para o governo – e, portanto, para o contribuinte – da manutenção de tais empresas; a possibilidade da livre-concorrência, com o fim dos monopólios, o que provocaria uma queda de preços e uma melhoria na prestação de serviços; os privilégios que alguns setores, principalmente do funcionalismo público, desfrutavam; a comparação com experiências semelhantes de outros países (Inglaterra, Japão e Chile, principalmente) e os benefícios que estas poderiam trazer; os bem sucedidos exemplos que já haviam sido colocados em prática (a CSN, a USIMINAS e o regime de concessões das rodovias paulistas, são constantemente citados) como forma de intensificar o processo, entre tantos outros<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> Entre os periódicos da FIESP destacamos: “O papel do Estado na economia” e “A lógica da privatização”, in: *Revista da Indústria*, ANO II – Nº6 – ABR/JUN – 1993. “A privatização anda devagar e rende pouco”, in: *Revista da Indústria*, 8 DE JULHO DE 1996. “Tarifas do setor energético exigem políticas mais realistas”, in: *Notícias*, 10 DE MAIO DE 1993. “Privatização, instrumento de racionalidade econômica”, in: *Notícias*, 17 DE MAIO DE 1993. “Um elogio ao modelo britânico de privatização”, in: *Notícias*, 21 DE JUNHO DE 1993. “Monopólio gera atraso nas telecomunicações”, in: *Notícias*, 9 DE AGOSTO DE 1993. “Caminho aberto para a privatização”, in: *Notícias*, 30 DE AGOSTO DE 1993. “Ineficiência justifica quebra do monopólio do petróleo”, in: *Notícias*, 16 DE NOVEMBRO DE 1993. “Privatização do setor de energia é inadiável”, in: *Notícias*, 16 DE NOVEMBRO DE 1993. “A questão do petróleo na revisão constitucional”, in: *Notícias*, 6 DE DEZEMBRO DE 1993. “Capital privado no petróleo e revisão constitucional”, in: *Notícias*, 10 DE JANEIRO DE 1994. “Prática comprova êxito da privatização de estatais”, in: *Notícias*, 17 DE JANEIRO DE 1994. “Consumidor de aço aprova privatização de siderúrgicas”, in: *Notícias*, 28 DE FEVEREIRO DE 1994. “Empresários mobilizados defendem reformas”, in: *Notícias*, 28 de março de 1994. “O caminho para a redução dos juros no país”, “Hora de um choque de produção”, “Política de comércio exterior: uma análise”, in: *Notícias*, 29 DE MAIO DE 1995. “Privatização à paulista”, “Apoio unânime entre políticos”, in: *Notícias*, 23 DE OUTUBRO DE 1995. “Previdência privada do Chile: modelo imitado”, in: *Notícias*, 4 DE DEZEMBRO DE 1995. “Quanto valem os quatro grandes grupos

Mais uma vez, é importante ressaltar que a FIESP, em momento algum, faz restrições à entrada de capitais estrangeiros. Pelo contrário, são muito bem vindos. Essa é uma postura própria da burguesia brasileira, e sempre esteve presente na entidade paulista, desde seus primórdios.

Com relação ao movimento operário, este já vinha sofrendo duros golpes desde o final do governo de José Sarney. Apesar de a década de 1980 ter sido marcada por forte mobilização e relativas vitórias do sindicalismo no Brasil, no final desse governo os limites da forma legalizada da autocracia burguesa foram explicitados. Trata-se da greve de 1989 dos trabalhadores da então empresa estatal, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A estratégia de atuação do movimento foi a de ocupar a empresa como forma de pressionar o governo federal a atender suas reivindicações. Diante dessa postura dos trabalhadores, o presidente Sarney lança mão das antigas práticas de repressão do período da ditadura das casernas – do qual sempre foi um fiel signatário. O exército é acionado, invadindo as instalações e reprimindo duramente os trabalhadores. Além da repressão, que resultou na morte de um trabalhador, o conflito já assinalara qual seria a postura da burguesia brasileira diante de qualquer tentativa mais ousada do movimento sindical.

Seguindo o mesmo itinerário, Collor assume atacando frontalmente os funcionários públicos. Demissões sumárias passam a ser o principal expediente do novo governo (o caso dos 900 petroleiros demitidos no início do governo é apenas um de muitos exemplos). A reação dos trabalhadores veio através de novos movimentos grevistas. Apesar de a Constituição de 1988 garantir o direito de greve,

---

estatais”, in: *Notícias*, 15 DE JULHO DE 1996. “Foi o povo quem decidiu no Japão”, in: *Notícias*, 16 DE SETEMBRO DE 1996. “Industriais apóiam a tese de reeleição”, in: *Notícias*, 30 DE SETEMBRO DE 1996. Os industriais também se manifestaram de forma contundente, através da grande imprensa escrita. Durante toda a década de 1990, os empresários divulgaram “seu” projeto político econômico em jornais e revistas de grande circulação nacional, tais como O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. Destaque específico para a entrevista do então presidente da FIESP, Horácio Lafer Piva, concedida a revista *Primeira Leitura*, em MARÇO DE 2002.

as pendengas entre trabalhadores e governo passam a ser definidas pela justiça que, invariavelmente, decide em favor destes. Na iniciativa privada, essa lógica se repõe.

No entanto, outro duro golpe estaria por vir. Trata-se do último grande movimento grevista organizado pela classe trabalhadora no país, a greve dos petroleiros de 1995. Por se tratar de uma categoria de funcionários públicos organizada em nível nacional, num setor estratégico do país, esta greve e seus respectivos resultados, serviu como um marco nas relações entre o Capital e o Trabalho organizado. Mais do que as reivindicações econômicas, o movimento questionava – ainda que com grande viés de espontaneismo político – as veredas pelas quais o recém empossado governo conduzia a política econômica do país, qual seja, o projeto de reposição e revitalização do liberalismo – denominado genericamente pelos movimentos sociais na esquerda de “neoliberalismo”.

Para a burguesia internamente instalada, a vitória do governo era mais do que necessária, pois significaria a derrota completa do último grande foco de resistência do movimento sindical organizado. Após 32 dias de paralisações, os petroleiros além de não alcançar os objetivos desejados, voltaram ao trabalho desmoralizados politicamente, graças à intensa campanha publicitária desencadeada pelos setores mais conservadores de nossa sociedade. Essa derrota repercutiu de forma negativa no movimento sindical até os dias de hoje, pois o “corretivo” aplicado sobre a categoria petroleira serviu (e serve) de exemplo para o conjunto dos trabalhadores. A partir desse movimento, reafirma-se, mais uma vez, os limites da autocracia burguesa, em sua forma legalizada, instalada no país. Qualquer movimento de contestação que ousasse questionar o projeto em andamento seria combatido com

todas as forças, inclusive com baionetas, expediente este também utilizado por FHC na greve dos petroleiros<sup>55</sup>.

Transposta a última barreira – os trabalhadores e suas organizações sindicais – a aliança política representada por Fernando Henrique não encontrou nenhum outro obstáculo que pudesse comprometer a inserção do Brasil na “Era da Modernidade”.

Contudo, o conjunto de reformas deveria ser mais abrangente. Trata-se da desregulamentação econômica, através de modificações no sistema fiscal e monetário e da redefinição das atividades empresariais e reguladoras do Estado.

No que diz respeito à reforma fiscal, o documento da FIESP é claro: a excessiva carga tributária brasileira é o principal fator de retração da atividade produtiva. Segundo a entidade, o aumento na cobrança de impostos está intimamente ligado com as atividades empresariais do Estado. Partindo do pressuposto que as empresas estatais são deficitárias, e que o funcionalismo público absorve a maior parte do orçamento da União, argumentam que é preciso inverter essa lógica, que utiliza os recursos da arrecadação tributária para cobrir os “rombos” das estatais e remunerar os “privilegiados marajás” que ocupam o aparelho estatal nacional. Para tanto, indicam as seguintes diretrizes:

1. Descentralização da competência entre as esferas de Governo: a redistribuição de impostos entre as esferas de governo deve se pautar não pela desconcentração de receita, mas pela descentralização da competência de gerar e alocar recursos. (...)
2. Ampliação e reformulação da base do Imposto de Renda: para financiar seus gastos, a União deve ampliar e reformular a base do Imposto de Renda (IR), retendo para si ao menos 85% do produto de sua arrecadação. (...)
3. Extinção das contribuições parafiscais e simplificação do sistema tributário (...)
4. Aperfeiçoamento do processo orçamentário: é necessário consolidar o processo de

---

<sup>55</sup> Aqui se faz necessário um esclarecimento a respeito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Estes são os únicos que ainda conservam uma crítica contumaz ao chamado “projeto neoliberal”, e representam hoje, o que há de mais organizado no núcleo da classe trabalhadora. No entanto, sua prática e atuação durante todos esses anos, não interferiram na postura e implementação do projeto liberal no país.

programação, avaliação e execução orçamentária da União. (...) 5. Redução das concessões constitucionais: os novos direitos e remunerações assegurados pela Constituição ao funcionalismo, aos aposentados e aos previdenciários são incompatíveis com a disponibilidade financeira da União – é preciso reduzir essas concessões. 6. Cortes da dependência de outras entidades em relação às finanças da União: as transferências às estatais teriam que ser limitadas ou até mesmo extintas (...). Além disso, é preciso cortar a dependência de bancos oficiais, de Tesouros estaduais e municipais e até das autoridades monetárias em relação às finanças da União. Cumpra, por isso rever encargos e obrigações financeiras dessas entidades, o que implica enxugamento de seus ativos e passivos para tornar suas contas transparentes e sua administração descentralizada.<sup>56</sup>

Apesar da generalidade de tais propostas, o que a Fiesp reivindica é uma menor carga tributária, como já afirmado acima, principalmente sobre os setores industriais que, segundo a entidade, sofrem com os altos impostos sobre a produção. Propõem ainda, uma ampliação da base tributária do Imposto de Renda, o que significa estender essa tributação a um maior número de trabalhadores assalariados, uma ampla reforma da previdência (tanto do setor público, como do privado) e a descentralização (municipalização) da captação dessas receitas.

Algumas das medidas propostas acima foram implementadas durante o governo FHC. Dentre elas destacamos a reforma da previdência no setor privado. Aprovadas pelo Congresso Nacional, as novas regras da aposentadoria aumentaram os anos de contribuição do trabalhador brasileiro. Com argumentos de que o “brasileiro trabalha pouco” e se aposenta no “auge” de sua produtividade, o governo conseguiu mais uma vitória, sem qualquer reação por parte dos trabalhadores. Novamente, utilizava-se da falácia de um “Brasil moderno”, que não poderia se pautar numa legislação tão antiga (CLT), e de outro momento histórico.

---

<sup>56</sup> FIESP, 1990, p. 169, 170, 171. Com relação ao item 4: “aperfeiçoamento do processo orçamentário”, a proposta indica que há um excessivo controle do orçamento por parte da União, argumentando que: “(...) a Lei de Diretrizes Orçamentárias não tem razão de existir, mesmo porque, pela Constituição, é pequena a margem de manobra dos parlamentares para mudar o Orçamento Geral da União (OGU)”. Na verdade o documento propõe que o Executivo deve ter uma participação mínima na programação do orçamento federal, cabendo ao legislativo a responsabilidade de projetá-lo.

Com relação ao setor público, a reforma da previdência é mais recente, e coube ao governo Lula ratificá-la. Retomaremos essa discussão em nossa conclusão.

Em momento algum no documento, a Fiesp defende reformas que poderiam possibilitar um desenvolvimento autônomo – mesmo que relativo – da economia brasileira. Muito pelo contrário, ao analisarmos as propostas referentes à política econômica externa e ao setor agrícola brasileiro, a entidade reafirma o papel de subordinação de nossa economia aos grandes pólos do imperialismo capitalista. Vejamos alguns exemplos.

Quando o documento trata da Política Econômica para o Setor Externo, defendem que a abertura do mercado brasileiro é fundamental, pois, com a concorrência internacional, as empresas instaladas internamente seriam obrigadas a se modernizar, como forma de garantir sua sobrevivência. No entanto, essa liberalização deve ter como parâmetro a receptividade do comércio internacional em relação às nossas exportações, ou, “(...) Em outras palavras, a amplitude da liberalização será comandada pelo ritmo de crescimento das receitas de exportação (...)”<sup>57</sup>. Como o principal setor das exportações brasileiras é a agroindústria, o governo federal deve incentivar a produção através de reduções de impostos, créditos subsidiados e fim das barreiras à exportação. Reafirma-se portanto, uma das características sempre presente no desenvolvimento econômico brasileiro: o setor agro-exportador como um dos pilares do desenvolvimento econômico nacional. A análise de Batista demonstra bem o caráter de tal postura, da entidade paulista:

A proposta da FIESP inclui, entretanto, algo que o Consenso de Washington não explicita mas que está claro em documento do Banco Mundial de 1989, intitulado “Trade Policy in Brazil: the Case for Reform”. Aí se recomendava que a inserção internacional de nosso país fosse feita pela revalorização da agricultura de exportação. Vale dizer, o órgão máximo da indústria paulista endossa, sem ressalvas, uma sugestão de volta ao passado, de

---

<sup>57</sup> FIESP, 1990, p. 198.

inversão do processo nacional de industrialização, como se a vocação do Brasil, às vésperas do século XXI, pudesse voltar a ser a de exportador de produtos primários, como foi até 1950 (...)”<sup>58</sup>.

Talvez o único erro cometido por Batista é o excesso da “volta ao passado”, mesmo porque, como afirmamos acima, o setor exportador – principalmente a agricultura – sempre desempenhou um expressivo papel na economia interna. Chamamos a isto não de “volta ao passado”, mas sim de reposição e reafirmação da via prussiano-colonial de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, onde o *Sentido da Colonização*, apontado por Caio Prado, é também reafirmado, sobre um novo patamar histórico. Esta, não se pauta apenas na exportação de produtos agrícolas – apesar de estes comporem, aproximadamente, 40% das receitas externas –, cujos rendimentos serviam para aquisição de produtos manufaturados no exterior. A lógica está pautada na exportação também de produtos industrializados, dado o grande grau de complexificação e diversificação que o parque industrial brasileiro alcançou nos últimos 20 anos. Um dos motivos que nos mantêm dependentes – como no passado – em relação aos pólos centrais do capitalismo mundial, é o fato de não produzirmos o conhecimento, a tecnologia necessária ao desenvolvimento industrial, os chamados bens de capital. É por esse motivo que o capital transnacional sempre foi muito bem vindo pela FIESP.

Essa característica é reafirmada ao definirem a posição que o capital estrangeiro deve ocupar no processo de reestruturação econômica:

As empresas multinacionais terão um papel importante a desempenhar em uma nova fase de crescimento da economia brasileira: elas representam importante elemento para a difusão tecnológica na indústria brasileira e um forte estímulo para o aumento da abertura econômica ao exterior, dado a propensão a exportar apresentado por essas empresas<sup>59</sup>.

---

<sup>58</sup> BATISTA, 1994, p. 101.

<sup>59</sup> FIESP, 1990, p. 206.

Importante notar que, as transnacionais internamente instaladas devem, segundo o documento, participar do “esforço exportador”, tão defendido por FHC, e levado a cabo pelo governo Lula<sup>60</sup>.

Como já apontado neste trabalho (capítulo 1), os dólares provenientes das exportações servem para remunerar o capital internamente instalado. Essa dependência deixa o Brasil extremamente vulnerável, pois qualquer abalo no mercado internacional pode significar queda nas exportações, desencadeando processos de crises internas. A saída então são os intermináveis empréstimos junto às agências internacionais, aumentando a dívida externa. Para agravar ainda mais tal situação, a posição sócio-subordinada de nossa economia no sistema financeiro internacional, traz mais problemas. O capital financeiro busca os mercados mais estáveis e garantia de maior rentabilidade, o que significa maiores taxas de juros e cotação cambial livre. À medida que o dólar ou os juros aumentam, aumenta também a dívida. Paga-se um preço muito alto para atrair e manter o capital financeiro no país. Em momento algum a FIESP e seus representados negam essa lógica, pelo contrário, reafirmam-na, como condição *sine qua non* para a retomada do desenvolvimento<sup>61</sup>.

Ao longo desse capítulo procuramos demonstrar como o Brasil se insere no atual processo de Mundialização do Capital. Percebemos que a reposição das propostas liberais no Brasil a partir da década de 1990 faz parte desse contexto como forma particular de rearticulação do sistema do Capital frente a crise estrutural que este enfrenta. A Fiesp, como interlocutora de importante fração da burguesia

---

<sup>60</sup> O período que compreende o governo Lula não se inclui em nossa pesquisa. No entanto, com relação às exportações, durante o último ano (2004) o Brasil bateu seu próprio recorde em valores exportados, chegando próximo ao valor de 100 bilhões de dólares, apesar desse montante representar apenas entre 1,0 e 1,5 % das transações comerciais internacionais.

<sup>61</sup> FIESP, 1990, p. 206, 207 e 208.

internamente instalada, procura viabilizar, através das propostas propugnadas em *Livres para crescer*, tal projeto de reestruturação. No Brasil, tal projeto se inicia com Collor. Após um atabalhado governo, este é impedido de continuar governando, sendo que seu vice, Itamar Franco, assume com a missão de recompor as forças políticas que iriam dar continuidade ao processo de reestruturação liberal no Brasil. Com a eleição, e os respectivos mandatos de FHC, os pressupostos liberais foram retomados e implantados com grande sucesso, reafirmando a posição de subordinação da economia brasileira na atual configuração da divisão internacional do capital.

O que notamos é que em momento algum, essa entidade procura romper com a característica ontogenética mais importante da classe que representa: a posição de “sócia-menor”, de subordinação frente ao capital imperialista.

A partir de agora traçaremos o histórico dessa entidade, buscando os componentes constitutivos que possibilitarão a compreensão da forma de ser e ir sendo da FIESP.

### **CAPÍTULO III**

#### **FIESP: DA CONCEPÇÃO A DECREPITUDE DE UM SER**

A história do desenvolvimento industrial brasileiro não é única. Assim como outros países de origem colonial, o Brasil se industrializa de maneira hiper-tardia e retardatária. A herança lusitana do modelo econômico agrário-exportador, sempre nos manteve como um apêndice dos centros desenvolvidos do capitalismo, deixando a marca da subordinação no processo de inserção do país em escala econômica mundial. Sendo assim, o impulso industrializante só será observado em princípios do século XX, devido à eclosão da 1ª Guerra Mundial e a respectiva necessidade de substituir importações. É nesse período que a incipiente indústria, já instalada desde meados do século XIX, começa a ganhar força, força esta que vai se concretizar enquanto projeto político-econômico-social a partir do governo de Getúlio Vargas, com o Golpe de Estado de 1930 e se consolidar durante os governos de Juscelino Kubitschek e dos governos militares nas décadas de 1960/70.

Como não podia deixar de ser, data desse período inicial a criação das primeiras entidades representativas de classe da burguesia industrial brasileira, entre elas a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – a FIESP. Por ser o remate político-ideológico de uma fração da burguesia instalada internamente no país, com direitos, estruturas e objetivos específicos, é que debruçamos nossa análise sobre esta instituição.

A FIESP foi fundada no dia 12 de junho de 1931. Porém sua criação é o resultado de vários anos de debates entre os industriais de São Paulo, na tentativa de criarem uma entidade congregadora, representante e defensora das indústrias em seu conjunto, e não de forma setorial, como ocorria até então.

Outro aspecto decisivo para a criação da entidade foi a elaboração do modelo corporativo de representações, implementado por Vargas. Este modelo, tão mencionado e pesquisado quando se trata de organizações sindicais de trabalhadores, serviu durante muito tempo como a “brecha institucional” para a participação dos representantes das indústrias nas mais diversas esferas político-institucionais de nosso país.

Iniciamos esse capítulo afirmando que o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil não é único. Porém, é necessário afirmar que, apesar de inserido num contexto de maior amplitude, esse desenvolvimento possui as especificidades de uma forma singular. Acreditamos ser de grande valia a análise de um destes aspectos, qual seja, o papel e respectiva relevância desempenhado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo no desenvolvimento do capitalismo no Brasil. É sobre esse aspecto que nos debruçaremos a partir de agora.

### III. I – A concepção

Para entendermos o processo de criação da FIESP é preciso fazer uma breve retrospectiva – mesmo que de maneira sucinta - dos anos iniciais de nossa formação industrial, bem como de todo cenário político e social que se instala com a Proclamação da República em 1889.

No início do século XIX já podemos observar a instalação das primeiras indústrias no Brasil. Isso ocorreu principalmente a partir da transferência da corte portuguesa para o país, em 1808<sup>1</sup>. Esse primeiro momento se desdobra na cidade do Rio de Janeiro, na ocasião centro político-econômico de todo o território. As primeiras indústrias estavam ligadas principalmente ao setor de vestuário e de alimentos.

Mesmo contando com algumas vantagens, os investimentos no setor industrial eram mais do que tímidos. Com o surgimento e respectiva expansão das plantações de café, toda a economia se voltara à produção e comercialização do produto, sendo que o empreendimento fabril conjugava em torno de si vários fatores desfavoráveis, tais como a falta de mão-de-obra especializada e a ausência de um mercado consumidor interno, este último inviabilizado pelo sistema escravista.

Poucos foram os momentos – lícitos de citação – favoráveis à criação de fábricas. O que mais se desenvolvia era o setor manufatureiro, principalmente no tocante a produção de vestuários.

Segundo Maria Antonieta P. Leopoldi, nesse período começamos a observar a criação do sistema financeiro, onde:

---

<sup>1</sup> Maria A. P. Leopoldi argumenta que vários privilégios, como a isenção no pagamento dos impostos de importação de máquinas e matéria-prima, foram concedidos aos estabelecimentos industriais que aqui se instalassem. Cf. LEOPOLDI, 2000, p. 35.

(...) a atividade econômica em expansão começava a ser institucionalizada, destacando-se a criação da Junta de Corretores (futura Bolsa de Valores do Rio de Janeiro) em 1848, o Código Comercial (1850), a reorganização do Banco do Brasil (1851) e a Lei das Sociedades Anônimas (1860).

A autora afirma ainda que um outro momento de pequeno impulso foi o período pós-Guerra do Paraguai (1864-1870). Para cobrir os gastos com o combate, o governo brasileiro recorreu a emissão de papel-moeda e a um aumento tributário, principalmente sobre os produtos importados. Essa certa “proteção” tarifária<sup>2</sup> favoreceu o crescimento fabril no final da década de 1860, pois aliado a este fator estava uma relativa disponibilidade de capitais oriundos da agricultura<sup>3</sup>.

Entre os anos de 1861 e 1881 podemos observar a instalação de fábricas em outros setores, principalmente o metalúrgico. Isso se deve principalmente a expansão da produção cafeeira no sudeste. Com as lavouras de café sendo levadas até o oeste paulista, o desenvolvimento de uma malha ferroviária que ligasse àquela região aos portos seria imprescindível. As indústrias de máquinas agrícolas também começam a ser instaladas, pois com o aumento da produção cresce a demanda por equipamentos de beneficiamento.

Nesse mesmo período os setores têxtil, de produção de chapéus e de calçados passam por um processo de reestruturação. Na região Sudeste um grande número de máquinas a vapor são importadas, demonstrando um significativo aumento na importação de bens de capital. Podemos observar a partir de então uma mudança nas plantas produtivas das fábricas. É importante salientar que essa mudança vai ocorrer nas fábricas que possuíam um maior número de trabalhadores, maior capital e de produção em larga escala, sendo que as empresas de pequeno

---

<sup>2</sup> É importante frisar que as medidas tomadas pelo governo não foram para beneficiar as indústrias, mas sim para cobrir o “rombo” causado pela guerra na economia brasileira.

<sup>3</sup> LEOPOLDI, 2000, p. 36.

porte serão as mais prejudicadas, pois com a crise de meados da década de 1870, vários destes estabelecimentos vão ser fechados, acarretando num processo de concentração de capitais e formação de empresas de maior porte.

O final da década de 1880 é marcado por profundas mudanças no país. Nesse período observamos a assinatura da Lei Áurea, determinando a abolição da escravatura em 1888, a reforma monetária do último gabinete do Império, – que daria origem ao período do Encilhamento – a consolidação da lavoura cafeeira em São Paulo, bem como a afirmação da nascente indústria no centro-sul do país, e por fim, em 1889, o Golpe Militar que implantou o regime republicano.

Entre 1889 e 1914 verificamos um sensível, porém ainda pequeno, crescimento no parque industrial brasileiro. Com a reforma monetária de 1888 ocorreram facilidades no crédito, dinamizando a área financeira (Encilhamento), o que contribuiu para o aumento do investimento industrial<sup>4</sup>. É importante lembrar que estas medidas não foram tomadas com vistas a estimular o setor industrial. Este tirou proveito da situação, pois com a emissão de papel-moeda promovida pelo governo – medida esta tomada para facilitar o crédito aos agricultores e para subsidiar a vinda de mão-de-obra imigrante para as lavouras de café – observamos uma grande quantidade de capitais em circulação, e os investidores industriais souberam tirar proveito.

Concomitante à política do Encilhamento, o parque industrial paulista começa a se consolidar, já apontando para a supremacia industrial que esse Estado exerceria no futuro. Em apenas quatro anos, de 1895 a 1899, empresas importantes

---

<sup>4</sup> LEOPOLDI, 2000, p. 41, principalmente nota 82. Ver também o trabalho de W. Suzigan sobre a origem da indústria brasileira. Cf. SUZIGAN, W. *Indústria brasileira, origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 144-147.

são fundadas em São Paulo<sup>5</sup>. É necessário observar que cerca de 40% do capital investido fora aplicado por apenas 4 indústrias têxteis de grande porte, demonstrando, novamente, que a tendência a concentração de capitais esteve presente em nossa formação industrial desde sua fase embrionária.

O governo federal também contribuía para essa pequena expansão ao criar programas de obras públicas que envolviam o saneamento e a urbanização dos grandes centros (principalmente a cidade do Rio de Janeiro<sup>6</sup>), a melhoria dos portos e a construção de ferrovias<sup>7</sup>.

A tabela a seguir nos apresenta os números desse crescimento, bem como da crescente concentração industrial na região Sudeste<sup>8</sup>.

**Número de estabelecimentos industriais criados entre 1889 e 1919 e  
recenseados em 1919, por ano de fundação  
(Distrito Federal, São Paulo e Brasil)**

<b>Período Estado</b>	<b>Até 1889</b>	<b>1890-1894</b>	<b>1895-1899</b>	<b>1900-1904</b>	<b>1905-1909</b>	<b>1910-1914</b>	<b>1915-1919</b>
DF	139	47	47	87	123	328	771
SP	94	138	161	334	414	1038	1.867
Brasil	636	452	472	1.080	1.358	3.135	5.936

<sup>5</sup> No mesmo período, foram fundados na cidade do Rio de Janeiro 47 estabelecimentos, enquanto que em São Paulo observamos a criação de 161 novas indústrias. LEOPOLDI, op. cit., p. 46 e 47.

<sup>6</sup> Durante o governo de Rodrigues Alves (1902-1906) a cidade do Rio de Janeiro vai passar por um grande processo de saneamento básico e urbanização. Esta postura foi tomada como uma das medidas a serem colocadas em prática para se acabar com epidemias como a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. O médico sanitário Osvaldo Cruz conseguiu que o governo decretasse a obrigatoriedade da vacina contra a varíola, em 1904. O resultado foi um violento confronto que envolvia a população – em geral mais pobre e que mais sofria com o processo de urbanização – e as tropas federais. Esse movimento ficou conhecido como “A Revolta da Vacina”, ver: SANTOS, J. R. dos. *História do Brasil*, São Paulo, Marco Editorial, 1979.

<sup>7</sup> O papel do governo, como investidor direto em setores estratégicos, é uma característica sempre presente na evolução capitalista no Brasil.

<sup>8</sup> Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil (1920), Agricultura e Indústrias*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1924. v.II, parte 2. Apud, LEOPOLDI, 2000, p. 50.

Esses dados nos mostram de maneira empírica aquilo que afirmamos anteriormente, ou seja, além da concentração no Sudeste – em 1889 a região possuía cerca de 36,5% das empresas instaladas no país, aumentando esse percentual para 44,5% em 1919 -, São Paulo passa a ser o grande centro industrial do território, sendo que essa tendência se consolidaria na década de 1920.

O que mais nos interessa demonstrar nessa sucinta reflexão sobre os primeiros passos da indústria brasileira, são os aspectos particulares e específicos de tal processo. Reafirmando-os:

- 1º - Acentuado processo de concentração regional da indústria no Sudeste;
- 2º - A formação nesta região de grandes empresas com alto investimento, mão-de-obra numerosa, máquinas importadas, força motriz significativa – intensificação da energia elétrica – e elevado valor de produção, apontando, como já afirmamos anteriormente, uma clara tendência de concentração de capitais;
- 3º - E por fim, mas não menos importante, a arrancada industrial de São Paulo, constituindo-se no período como principal centro fabril da federação.

Durante o mesmo período, o Brasil passou por grandes embates políticos e sociais. O fato de a República ter sido proclamada não logrou estabilidade econômico-política para o país. Pelo contrário, um grande número de movimentos sociais contestatórios eclodiram em grande parte do território brasileiro. Os interesses que deram a tônica do movimento militar de 1889 não eram declarados e setores importantes da sociedade, tanto no meio urbano – principalmente no Distrito Federal – como no meio rural, procuravam espaço na nova conjuntura política recém instalada.

Na verdade, o movimento liderado por Deodoro da Fonseca em 1889 tinha como arrimo social os interesses dos cafeicultores, fração da burguesia rural brasileira que ganhara importância política incontestada, devido à expansão da cultura do café no Brasil. Sendo assim, a principal mudança que presenciamos com a instalação do novo regime se restringe ao campo político, que passa a adotar o modelo liberal-republicano como forma política de gerenciamento do país, permanecendo praticamente intacta a estrutura econômica herdada do período imperial, qual seja, a base produtiva baseada no latifúndio monocultor, fornecedor de gêneros primários ao mercado externo<sup>9</sup>. A produção açucareira, e seus respectivos apropriadores, cedem lugar à produção cafeeira, novo carro chefe da economia agrário-exportadora brasileira.

Porém, com o passar dos anos, estes interesses particulares de classe vão se tornando cada vez mais visíveis, provocando reações na sociedade como um todo. O período da República Oligárquica (1889-1930), mais conhecido como República Velha, presenciou algumas das mais importantes manifestações sociais que a recente história do Brasil já registrou. Assim sendo, tendo a questão da disputa da terra – sempre presente em todo o nosso evoluir histórico – como foco nodal das contendas, verificamos conflitos como os suscitados pelos cangaceiros no Nordeste do país durante todo o período acima citado e se estendendo após o Golpe de 1930. No mesmo diapasão, entre 1912 e 1916, observamos no Estado de Santa Catarina a Guerra do Contestado (conflito envolvendo a disputa pela terra, pouco lembrado pelos compêndios da historiografia e seus interlocutores acadêmicos), e ainda, sem dúvida o mais importante de todos eles – principalmente pela crítica, involuntária é

---

<sup>9</sup> É verdade que algumas alterações ocorreram durante o final do Império, tal como a abolição do trabalho escravo. No entanto, o que procuramos demonstrar é que a lógica da produção econômica permanece a mesma, porém sobre um novo patamar histórico.

verdade, à propriedade rural estabelecida – a Guerra de Canudos, ocorrida entre 1893 e 1897 na região norte do Estado da Bahia<sup>10</sup>.

Esses movimentos ocorridos no campo possuíam algumas características em comum. Para citar apenas uma delas, recorreremos ao seu aspecto espontâneo; lutavam pela imediatividade que a mísera sobrevivência cotidiana lhes impunha; careciam de um projeto ideológico-político mediador de suas lutas – característica esta presente na grande maioria dos movimentos de contestação sociais do período, dado este que não podia ser diferente, haja vista a imaturidade política dos trabalhadores tanto na cidade como no campo.

No meio urbano a agitação também se fazia presente. O principal palco de tais conflitos foi a maior cidade brasileira de então, o município do Rio de Janeiro, centro das decisões políticas do país. Como grande centro urbano, a cidade recebia a influência das grandes tendências mundiais, seja na arquitetura, seja nas artes, na ciência, enfim, em todos os ramos do saber humano. Diante desta “paisagem” a população, entre os dias 12 e 15 de novembro de 1904, se sublevou contra a reforma urbana imposta pelo governo, que via esta como uma das medidas necessárias para erradicar epidemias na cidade (ver nota acima, sobre a Revolta da Vacina). Na mesma cidade, agora em 1910, os marinheiros se sublevaram contra as regras estabelecidas nos quartéis. Os aviltantes castigos físicos a eles aplicados pelos seus comandantes foram os elementos impulsionadores da revolta dos marinheiros que assumiram o comando dos mais importantes navios da Marinha de

---

<sup>10</sup> Sobre o cangaço ver: DÓRIA, C. A. *O cangaço*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1982. Sobre a Guerra do Contestado: ver TOTA, A. P. *Contestado: a guerra do novo mundo*. São Paulo, Brasiliense, 1983. Sobre a Guerra de Canudos, o primoroso trabalho do escritor e jornalista Euclides da Cunha, *Os Sertões*, CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, s/d.

Guerra Nacional. Iniciava-se A Revolta da Chibata<sup>11</sup>. Os movimentos contestatórios urbanos apresentavam as mesmas debilidades teórico-práticas verificadas nos movimentos ocorridos no campo, qual seja, a inexistência de um projeto ideológico-político, bem como, seu aspecto imediatamente restrito e particular.

Na década de 1920, as contendas criadas no meio urbano, possuíam um caráter mais amplo do ponto de vista econômico-político-ideológico. O assim chamado *Movimento Tenentista* deixou isso claro. Basicamente foram três os movimentos envolvendo os tenentes e capitães do exército: a Revolta dos Dezoito do Forte, em 1922, no bairro de Copacabana, o movimento de 5 de julho de 1924, este inicialmente em São Paulo se estendendo para outros Estados como Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará, Amazonas e Sergipe, e por fim a Coluna Prestes, que percorreu entre 1924 e 1927, 25 mil quilômetros de território brasileiro. Contando com mais de 1,5 mil guerrilheiros em seu momento de auge, o movimento liderado pelo então tenente Luís Carlos Prestes representava, até aquele momento de nossa história, o maior esforço militar já feito no Brasil para derrubar um governo. Estes movimentos se diferenciavam de maneira abismal dos anteriores. Possuíam um discurso ideologicamente organizado, e suas ações tinham como objetivo a implementação de tais propostas. Defendiam os ideais nacionalistas e foram bastante influenciados pelas propostas industrialistas, sobretudo desenvolvidas após a Primeira Grande Guerra, assunto este que trataremos com maior análise mais à frente<sup>12</sup>. Nelson Werneck Sodré nos deixa claro que existia uma proposta político-econômica concreta no movimento tenentista. Diz ele:

---

<sup>11</sup> Sobre a revolta contra a vacina obrigatória ver: SANTOS, op. cit. P. 156. Sobre a Revolta da Chibata ver: SILVA, M. A. da. *Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

<sup>12</sup> Sobre o tenentismo ver: CARONE, E. *O tenentismo*. São Paulo, Difel, 1975. Ainda sobre a Coluna Prestes ver: SODRÉ, N. W. *A Coluna Prestes*. São Paulo, Editora Civilização Brasileira, 1968.

Um dos traços mais característicos dos movimentos em que a pequena burguesia se destaca como vanguarda (...) consiste em seu esforço para restituir à burguesia as suas virtudes da fase ascensional, isto é, em como que purificar a burguesia, em conjugar nela a teoria com a prática, em forçá-la a ser fiel à ideologia originária (...). Em amplo sentido, vago por isso mesmo, tudo poderia ser resumido, no problema, em fazer cumprir os postulados do que se conheceu, na história do desenvolvimento político, como liberalismo (...). O Tenentismo não escapou a tal característica: como vanguarda do processo político de ascensão da burguesia, em nosso país, conseqüente do alastramento e aprofundamento aqui das relações capitalistas (...)<sup>13</sup>.

É nesse aspecto, portanto, de “vanguarda do processo político de ascensão da burguesia”, cujo projeto econômico-político prevê a industrialização do Brasil com forte discurso nacionalista, que os tenentes se diferenciam dos outros movimentos.

Ainda nos centros urbanos, mas agora não restritamente ao Rio de Janeiro, mas também em São Paulo, uma recém surgida classe social brasileira começa a se organizar e a se movimentar: o proletariado.

O pequeno avanço industrial descrito anteriormente, necessitou de mão-de-obra especializada para sua implementação. O país carecia de força de trabalho fabril e a saída encontrada pelos industriais foi empregar estrangeiros – principalmente imigrantes europeus – em suas fábricas. Nesse processo, importavam-se não só “braços” mas também “idéias” para dentro dos grandes centros urbanos brasileiros da época. Diante da intensiva e extensiva exploração do trabalho, a qual eram submetidos os operários, os ideais anarquistas, socialistas e comunistas começam a ganhar espaço. As décadas de 1910 e 1920 presenciariam, tanto em São Paulo, como no Rio de Janeiro, os primeiros movimentos de greves operárias no país.

O ano de 1917 foi especial para o movimento operário internacional. Na Rússia os bolcheviques, de armas em punho, provaram ser possível uma nova

---

<sup>13</sup> SODRÉ, op. cit., p. 54-55.

ordem, um novo mundo, onde a exploração do homem pelo homem, de uma classe minoritária sobre o conjunto da sociedade, pode ser extinta. Era a Revolução Russa, que inflamaria as mentes e os corações operários e colocava em pânico a burguesia mundial. No Brasil os movimentos grevistas se intensificaram nas duas cidades supracitadas, onde havia maior concentração operária. Exatamente em 1917, assistia-se a primeira greve geral do país. A repressão e as falsas promessas foram as armas encontradas pelo governo e pelos donos das fábricas, que não cumpriram nenhuma das medidas firmadas no acordo que pôs termo à greve<sup>14</sup>.

Assim como o movimento tenentista, as movimentações operárias possuíam aspectos diversos dos levantes e revoltas mencionados anteriormente. Apesar de suas reivindicações serem específicas – melhores condições de trabalho, redução das jornadas, aumento salarial – não podemos analisá-las como de caráter espontâneo e involuntário. Os operários traziam consigo o germe de um projeto que propunha o fim do capitalismo, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Prova disso é a fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1922<sup>15</sup>.

### **III. II – A gestação**

É no esteio dos pequenos avanços industriais e intensa movimentação política, que os proprietários industriais começam a se organizar.

A partir de agora analisaremos a movimentação dos empresários industriais visando a construção inicial de suas entidades representativas de classe. Para tanto,

---

<sup>14</sup> Sobre as primeiras greves operárias no Brasil ver: CARONE, E. *A República Velha: instituições e classes sociais*. 3ª ed. São Paulo, Difel, 1975.

<sup>15</sup> Sobre a fundação e a história do PCB ver: MAZZEO, 1999.

faz-se necessário tracejar alguns esclarecimentos quanto ao caminho que vamos percorrer.

Como a ênfase de nosso trabalho recai sobre o papel específico da FIESP no processo de reestruturação econômica ocorrida no Brasil na década de 1990, procuraremos fazer uma retrospectiva de sua atuação, e respectiva influência no governo, – enquanto entidade da principal fração burguesa do país – desde a sua fundação até o período acima mencionado. Não discutiremos aqui, a atuação da federação nas contendas entre Capital e Trabalho, a não ser que alguns desses aspectos possam contribuir para a nossa análise.

Outro ponto a ser esclarecido diz respeito ao modelo de constituição inicial das entidades representativas da classe industrial. Antes da criação das federações, as associações da burguesia industrial eram setORIZADAS, ou seja, formavam-se organismos segmentados para defender interesses particulares, de determinados ramos produtivos. Essas agremiações vinculavam-se a centros regionais, sendo que o grau de importância de cada associação no interior do centro, derivava de sua participação – e respectiva relevância – para a economia brasileira. O terceiro aspecto a ser apontado é o fato de, nesse período, a atividade industrial estar muito ligada ao comércio, o que favorecia a formação de entidades que representassem os interesses de ambos os setores<sup>16</sup>.

No início de sua organização, essas entidades se concentravam, em sua maioria, na cidade do Rio de Janeiro. Não podia deixar de ser diferente, afinal de contas este era o principal centro fabril até meados da década de 1910, como demonstramos acima. Desse período e na mesma localidade, datam as primeiras

---

<sup>16</sup> LEOPOLDI, 2000, p. 60-65.

tentativas de organização com caráter nacional. Entidades como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – SAIN – (1870-1880), a Associação Industrial (1881) e o Centro Industrial (1890-1892) foram organizadas. Estas tinham como principal objetivo defender a indústria no sentido de mantê-la viva, e se possível crescendo, no interior de uma economia agro-exportadora, e que não oferecia grandes privilégios e vantagens aos segmentos industriais.

Em 1904 é criado o Centro Industrial do Brasil, o CIB. Nascido da fusão de duas entidades menores – o SAIN e o Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Algodão (1902-1904) – o CIB nasce como a primeira tentativa de organização da burguesia industrial no sentido de criar uma entidade de caráter permanente e sem qualquer interferência estatal. O CIB permanece exercendo suas atividades até 1931, quando do advento da nova legislação sindical.

Dois aspectos nos parecem de grande importância nesse período inicial. O primeiro deles diz respeito às reivindicações dessas entidades. O segundo é o que trata das suas lideranças.

A atuação dos principais representantes da indústria nesse período vai ser determinada pela defesa acentuada do protecionismo econômico. Com clara influência de teóricos como Friedrich List<sup>17</sup>, o discurso das lideranças industriais têm como fundamento a reivindicação de medidas governamentais que possam favorecer o desenvolvimento do setor. Nesse sentido a proteção tarifária, a

---

<sup>17</sup> “O sistema protecionista, na medida em que constitui a única maneira de colocar as nações ainda atrasadas em pé de igualdade com a nação predominante (a qual, aliás, nunca recebeu da Natureza um direito perpétuo ao monopólio industrial, senão que apenas conseguiu adiantar-se às demais em termos de tempo), esse sistema protecionista, considerando sob este ponto de vista, apresenta-se como o meio mais eficaz para fomentar a união final das nações, e, portanto, também para promover a verdadeira liberdade de comércio”. LIST, G. F. *Sistema nacional de economia política*, Coleção Os Economistas, São Paulo, Abril, 1982. Georg Friedrich List, teórico alemão que viveu entre 1789 e 1846. Defensor do nacionalismo, desenvolve uma teoria econômica de caráter evolucionista, onde os países deveriam, necessariamente, passar por fases de desenvolvimento (primitivas e de maturidade). Para que as nações que se encontram na fase primitiva de desenvolvimento cheguem à fase de maturidade, é preciso que o Estado proteja a economia com vistas a impulsionar tal desenvolvimento e seu conseqüente progresso.

viabilização de crédito, a interferência no câmbio – com vistas a aumentá-lo – e o investimento em infra-estrutura, serão algumas medidas defendidas como a melhor maneira de proteger a nascente indústria brasileira da “concorrência desleal”, exercida por empresas e monopólios de países imperialistas<sup>18</sup>.

No que respeita a relação das lideranças empresariais com a movimentação dos trabalhadores nas primeiras décadas do século XX, essa se mostra incomodada e, se necessário, disposta a rechaçá-la, dado ser nesse este – como acima analisado – o período em que os trabalhadores começam a se organizar, reivindicar melhorias salariais e de condições de trabalho. Ante ao vigor das manifestações – expresso na movimentação de 1917 – o governo paulatinamente sede a algumas reivindicações do proletariado fabril, criando mecanismos legais que institucionalizava tais mudanças. Mais ainda, o governo assinou acordos internacionais comprometendo-se com a melhoria das condições de trabalho e de vida da sociedade como um todo<sup>19</sup>. As medidas governamentais provocaram reação contrária e imediata da burguesia industrial.

Com relação aos movimentos grevistas, estes eram vistos como caso de segurança pública, – “caso de polícia” - como bem nos mostra o trabalho de Luiz Werneck Vianna<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> “Logo, o plano de reorganização financeira deve ter por objetivo: diminuir as despesas do estado, levantar o cambio, isto é, fazer baixar o preço do ouro, promovendo o equilíbrio do comércio internacional, levantar a industria sem auxilio direto do tesouro, por meio da *proteção ao produto fabricado*, rasgando-lhe o horizonte do mercado consumidor, e finalmente valorizar os títulos suscetíveis da vida, a fim de facilitar as liquidações das carteiras caucionárias”. *Proteção à Indústria Nacional (1892)*. Citado em CARONE, E. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. São Paulo, DIFEL, 1977, p. 28. Grifos do autor. Nessa obra o autor faz um resgate documental de importantes artigos e manifestos veiculados nos meios de comunicação pelas organizações industriais e seus interlocutores. Através desses documentos é possível analisar as propostas do setor, como pretendiam se organizar, como se posicionavam os setores específicos, enfim, qual a forma de atuação inicial encontrada pela classe produtora em questão.

<sup>19</sup> Exemplo desse fato é a assinatura do Tratado de Versalhes, do qual o Brasil corrobora. No tocante as relações de trabalho o acordo determina que os países envolvidos legislem sobre as condições de trabalho, principalmente de mulheres e de menores, no sentido de lhes garantirem integridade física, educação básica, salubridade no ambiente de trabalho etc. CARONE, 1977, p. 427-431.

<sup>20</sup> VIANNA, 1976. Ver também CARONE, op. cit. p. 386-389.

No que diz respeito aos acordos e as primeiras leis trabalhistas, o posicionamento dos industriais é no mínimo curioso. Se por um lado a burguesia industrial defendia a intervenção do Estado no sentido de garantir a proteção e o incentivo necessários ao desenvolvimento da indústria interna, por outro, quando o assunto se refere às contendas entre capital e trabalho, estes se movimentam dentro do campo das formulações liberais. Buscando argumentos que se baseiam na moral e no paternalismo pequeno-burgês, afirmavam que não existiam setores mais indicados para tratar da questão do que os patrões e os trabalhadores, e que, portanto, a interferência estatal em tais debates feria o direito dessas classes, não contribuindo em nada para a resolução das contendas. Essa postura aparentemente contraditória – de “dois pesos e duas medidas” – é característica não só da burguesia industrial brasileira, mas da classe burguesa como um todo, e reflete a postura e o objetivo dessa classe de explorar o máximo de sobre-trabalho possível do operariado<sup>21</sup>. Como já afirmado anteriormente, esta é mais uma característica da forma como o ideário liberal é colocado em prática pela burguesia de países de extração colonial.

Outra característica importante desse período inicial de constituição das entidades representativas da burguesia industrial brasileira, diz respeito a suas principais lideranças. Toda a movimentação, amalgamada nos ideais protecionistas e no combate sistemático à organização dos trabalhadores, produziu uma primeira geração de líderes importantes. Atuando na capital federal, industriais mineiros e cariocas tentavam encontrar lugar ao sol através de publicações que divulgavam suas idéias. Outra forma de atuação encontrada foi a articulação política. Alguns

---

<sup>21</sup> Para esse assunto ver toda a seção *D) Indústria: O movimento operário e as leis sociais*, terceira parte, *As questões básicas da afirmação industrial*. CARONE, 1977, p. 386-503.

parlamentares – poucos, é verdade – se caracterizaram como os principais interlocutores do pensamento industrial junto ao Congresso<sup>22</sup>.

Um aspecto que nos chama a atenção é o fato de, nesse momento, a principal voz em defesa da indústria ecoar através de um militar. Serzedelo Correia (1853-1932) era um engenheiro militar paraense que fazia parte do grupo de militares positivistas que colaboraram para a queda do Império. Além de atuar no Congresso Nacional, ocupou pastas ministeriais – inclusive a da Fazenda – no período imediatamente posterior a Proclamação da República. Presidiu associações de classe dos industriais e ajudou a fundar o CIB em 1904. Não podemos nos esquecer que o Golpe de Estado que deu origem à República no Brasil foi arquitetado e levado a cabo pelos militares, sendo que Serzedelo representava um elo de ligação perfeito entre os industriais e o governo saído das casernas, recém inaugurado. Segundo Maria Leopoldi, Correia participou ativamente da comissão revisora que elaborou a política tarifária de 1895-96, considerada a primeira tarifa efetivamente protecionista no Brasil<sup>23</sup>. Percebe-se nesse relato que o interesse industrial já se faz presente - de maneira bem discreta e através de um líder que não saiu de suas fileiras, a bem da verdade – na elaboração de propostas monetárias para o país desde a última década do século XIX. Porém não podemos sobrevalorizar, em termos políticos, essa atuação.

Fica claro, portanto, que o início do movimento industrialista não contava exclusivamente com os industriais. Engenheiros, militares, intelectuais e parlamentares tiveram uma intensa atuação em defesa dos interesses protecionistas

---

<sup>22</sup> “Na década de 1880 e no início da de 1890, destacaram-se Antônio Felício dos Santos (industrial de tecidos em Minas e no Rio, parlamentar e fundador da Associação Industrial em 1881 e do Centro Industrial em 1890) e Paulo de Frontin (engenheiro e industrial têxtil, parlamentar por um longo período, membro do Clube Republicano Carioca e ativo participante das articulações políticas na Capital Federal). Dois parlamentares destacaram-se no Congresso por sua defesa da indústria nas décadas de 1890 e 1900: Amaro Cavalcanti e Alcindo Guanabara. Serzedelo Correia e Paulo de Frontin também atuaram no Legislativo em favor da indústria” (LEOPOLDI, 2000, p.61).

<sup>23</sup> LEOPOLDI, 2000, p. 103 e 104.

do setor, em nome do desenvolvimento e progresso nacionais - o que explica a sintonia das reivindicações e ideais do movimento tenentista com o momento histórico –, revelando sua deficiência congênita e a consecutiva dependência e subordinação da burguesia industrial brasileira, desde seu nascimento.

Todo o rastreamento digressivo até aqui elaborado, objetiva demonstrar os aspectos mais importantes da inicial movimentação da burguesia industrial brasileira, no sentido de se organizar politicamente enquanto classe. Entendemos ser de suma importância para o nosso intento, reafirmar algumas características das organizações e de sua atuação política no período.

Em primeiro lugar chamamos a atenção para o discurso e respectiva postura aparentemente contraditórios dos industriais que oscilavam com posturas ora protecionistas – quando o interesse era defender o tão almejado “desenvolvimento” industrial – ora pautados no liberalismo político – quando o assunto se referia aos conflitos com a classe trabalhadora. É importante salientar que essa contradição é apenas aparente, pois a lógica de “dois pesos, duas medidas” – como foi apontado acima – é inerente a especificidade do desenvolvimento industrial brasileiro, fórmula esta encontrada pelas classes proprietárias para garantir – sempre – níveis altíssimos de extração de mais-valia dos trabalhadores. Como afirmamos na primeira parte de nosso trabalho, o ideário liberal assume características particulares nos países de extração colonial, sendo que essa que acabamos de apontar se apresenta como uma dessas particularidades, demonstrando assim seu caráter conservador, e até mesmo reacionário.

Em seguida, temos de apontar sua fragilidade política, resultado direto da setorialização das organizações, – o que as tornavam em certo sentido efêmeras - bem como por se tratar dos primeiros passos rumo à sua consolidação. No seu início,

as organizações surgiam e desapareciam de acordo com suas reivindicações. Vale ainda lembrar que muitas das associações desse período representavam os interesses tanto dos indústrias como dos comerciantes, característica essa derivada do fato de muitas atividades industriais ainda estarem, nesse momento, vinculadas ao comércio.

Por último, mas totalmente vinculado ao apontado anteriormente, podemos verificar a dependência e subordinação da burguesia brasileira junto ao Estado – bem como à toda contraditória estrutura político-institucional estabelecida com o advento da República – desde o seu nascimento enquanto classe, refletindo-se no respectivo caráter que suas organizações vão assumir. Isso fica claro quando demonstramos que os principais interlocutores dos indústrias serão pessoas ligadas à ordem política estabelecida, bem como a militares e intelectuais que não necessariamente eram ou possuíam alguma ligação econômica com o setor.

### **III. III – O nascimento**

A partir de agora, vamos discorrer sobre o processo organizativo que originou o arremate institucional da FIESP, sendo que faremos referências a outras organizações somente quando estas forem necessárias para compreendermos tal processo. Sendo assim, devemos iniciar este tópico de nosso trabalho com a descrição da criação e consolidação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo: o CIESP.

O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, CIESP, foi fundado em 1928. Sua criação foi resultante de cisões internas dentro de outra associação, a ACSP (Associação Comercial de São Paulo). Fundada em 1894, a ACSP foi criada para defender os interesses do comércio e da indústria paulistas. Como já mencionamos acima, inicialmente esses dois ramos da atividade econômica não estavam totalmente desvinculados um do outro no Brasil, daí o fato de estas organizações representarem ambos os setores.

No início do século XX a indústria paulista começa a ganhar força. Capitais oriundos da cafeicultura, dos grupos importadores e das casas bancárias nacionais e estrangeiras, foram os responsáveis por tal processo de crescimento<sup>24</sup>. Esse processo de desenvolvimento começa a ganhar proporções um pouco mais expressivas na década de 20, sendo que a burguesia começa a angariar os meios e mecanismos político-institucionais necessários onde pudessem tratar de questões tarifárias e da regulamentação do trabalho nas fábricas. Nesse momento começam a surgir as primeiras fissuras na débil organização da ACSP.

Principalmente no que tange a questão das tarifas, o desentendimento se fez bastante visível. Enquanto os importadores representados pela ACSP reivindicavam tarifas menores, os industriais – no interior da mesma associação – defendiam exatamente o contrário, com vistas a proteger a incipiente produção. A pendenga parecia ser irreconciliável, até que em 1928, quando das eleições para a nova diretoria, diante dos interesses conflitantes, ambos os setores concordaram em

---

<sup>24</sup> “Não pode subsistir qualquer dúvida de que a economia cafeeira assentada em relações capitalistas de produção engendrou os pré-requisitos fundamentais ao surgimento do capital industrial e da grande indústria. (...) A economia cafeeira paulista cria, portanto, as condições básicas ao nascimento do capital e da grande indústria ao: 1) gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe, passível de se transformar em capital produtivo industrial; 2) transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e, finalmente, 3) promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis”. Apesar de não concordarmos com a ênfase e relevância que o autor atribui aos “determinantes internos” desse processo, Cardoso de Mello faz uma análise econômica esclarecedora do período mencionado. Cf. MELLO, João Manuel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1982.

formar uma chapa conciliatória como forma de solucionar, momentaneamente, tal disputa. Com a criação do CIESP, as separações setoriais no interior da entidade foram extintas<sup>25</sup>.

No exato momento em que o CIESP foi criado, a indústria têxtil estava envolvida numa luta por proteção tarifária. Não podemos nos esquecer que já no ano de 1928 todo o país sentia os reflexos da crise do regime republicano, estruturado sob a batuta dos grandes proprietários de terras. Junte-se a isso o fato de o Congresso Nacional começar a formular uma legislação trabalhista. Como se não bastasse, em 1929, o capital internacional enfrenta sua mais grave crise de super produção – até então. Podemos observar que os desafios para tal entidade foram enormes desde o seu nascimento.

Para completar esse quadro de desafios, não podemos nos esquecer do Golpe de Estado que levou Getúlio Vargas ao poder. O debate sobre o caráter econômico-político da “Revolução de 1930” se estendeu durante várias décadas nos meios acadêmicos e sociais brasileiros, sendo que muitos dos nexos de tal processualidade histórica foram corretamente analisados pela obra homônima de Boris Fausto.

Segundo o autor, os acontecimentos de outubro de 1930, representaram a falência do pacto político firmado pelos grandes proprietários de terra, que os manteve à frente do cenário político nacional por mais de três décadas. Ao questionar as teorias sociais que pretenderam analisar o episódio<sup>26</sup>, Fausto nos

---

<sup>25</sup> Para uma análise da criação do CIESP, cf. OLIVEIRA, 1969. Cf. também FIESP-CIESP, 1948 FIESP-CIESP. Capítulos dos Anais da Indústria, São Paulo, 1948. Oliveira, 1973: 30-32; e Lima, 1978: 12-23, apud, LEOPOLDI, 2000, p. 72, nota 14.

<sup>26</sup> No capítulo I, intitulado *Burguesia Industrial e Revolução de 1930*, Fausto aponta para os problemas e as incompletudes das análises produzidas pela sociologia, pelos economistas e pelos partidos políticos, como o PCB. Recorrendo à análise de Caio Prado, demonstra o equívoco cometido por esse partido ao transpor experiências históricas distintas – China – para explicar o caso brasileiro. Ainda no mesmo diapasão tece algumas críticas às análises de autores como Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Celso Furtado, Nelson W. Sodré, Andrew Gunder Frank, Wanderley Guilherme,

afirma que o modelo econômico baseado na exportação de gêneros agrícolas – café -, não foi rompido; pelo contrário, as medidas iniciais tomadas pelo novo presidente da república, serviram para sanar as dificuldades financeiras do setor, além de dar novo impulso à cafeicultura.

É importante observar que, apesar de continuar com uma política de incentivo a burguesia cafeeira – o que não poderia ser diferente, dado que este era o centro dinâmico de nossa economia – o movimento de 1930 expressa a necessidade de ampliação e diversificação da produção nacional, ou em outros termos, era necessário constituir um mercado interno integrado nacionalmente.

No que diz respeito aos industriais, estes sequer possuíam um projeto econômico-político alternativo ao modelo agro-exportador para o país<sup>27</sup>. O autor ainda nos aponta que, a fração de classe da burguesia industrial paulista assume uma postura extremamente conservadora, tanto nas eleições presidenciais de 1930 – quando estes apóiam a candidatura de Julio Prestes, que representava justamente a continuidade do poder da burguesia rural – como no movimento de 1930. Após a consolidação do Golpe os industriais de São Paulo passam a exercer uma oposição declarada ao governo de Vargas, oposição essa que se consolida e encontra o seu momento de auge na tentativa de “Contra-Golpe” de 1932<sup>28</sup>.

Vencido o levante paulista, a burguesia industrial de São Paulo passa, progressivamente, a compor com os elementos políticos do poder central, sendo que o Estado passa a canalizar recursos da poupança nacional (tributos/empréstimos) para viabilizar a industrialização no país, o que reafirma, mais uma vez, a debilidade

---

Ruy Mauro Marini e Rodolfo Stavenhagen. C.f. FAUSTO, B. *“A Revolução de 1930 – História e historiografia”*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978, p. 12-18.

<sup>27</sup> FAUSTO, 1978, p. 23.

<sup>28</sup> É importante salientar que, em 1932 a recém criada FIESP vai apoiar incondicionalmente o movimento constitucionalista.

e a incompletude históricas da burguesia brasileira em todas as suas frações de classe.

O movimento de 1930, portanto, antes de expressar qualquer tentativa de tomada de poder por parte da burguesia industrial, representou o fim da hegemonia política da burguesia rural ligada ao setor cafeeiro. Nas palavras de Fausto:

A Revolução de 1930 põe fim à hegemonia da burguesia do café, desenlace inscrito na própria forma de inserção do Brasil, no sistema capitalista internacional. Sem ser um produto mecânico da dependência externa, o episódio revolucionário expressa a necessidade de reajustar a estrutura do país, cujo funcionamento, voltado essencialmente para um único gênero de exportação, se torna cada vez mais precário.

A oposição ao predomínio da burguesia cafeeira não provém, entretanto, de um setor industrial, supostamente interessado em expandir o mercado interno. Pelo contrário, dadas as características da formação social do país, na sua metrópole interna há uma complementaridade básica entre interesses agrários e industriais, temperada pelas limitadas fricções<sup>29</sup>.

Muito importante para a compreensão do papel do CIESP nesse momento é o perfil representativo que a entidade vai assumir. Sua primeira diretoria tinha como presidente Francisco Matarazzo, proprietário de um dos maiores complexos industriais da época. Os outros membros eram, da mesma forma, ligados à grande indústria que reunia as empresas com maior capital e grande nível de concentração da produção industrial. Percebemos, portanto, que os setores pequeno e médio da indústria foram excluídos deste processo, forma esta encontrada para se evitar as reivindicações dos grupos de industriais de menor importância econômica<sup>30</sup>.

Com a ascensão de Vargas ao posto máximo da República em 1930, várias mudanças tiveram de ser feitas no modelo associativo da burguesia industrial<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> FAUSTO, 1978, p. 112.

<sup>30</sup> LEOPOLDI, 2000, p. 72, 73.

<sup>31</sup> “Quando Getúlio Vargas chegou ao poder, encontrou os industriais organizados em associações setoriais e regionais nos principais centros industriais brasileiros: Rio de Janeiro, São Paulo, Juiz de Fora e Rio Grande do Sul. O modelo associativo que os industriais haviam adotado supunha: a) uso de entidades privadas; b) intensa colaboração

Essa organização inicial teve de passar por reestruturações graças à proposta de nova legislação sindical a ser implantada por Getúlio. Durante os anos 1930, essa nova legislação foi criada e colocada em vigor, sendo que o modelo inicial proposto pelo governo era distinto daquele adotado até então pelas associações da burguesia industrial, cujos princípios gerais descrevemos na citação anterior. Da parte do governo, a idéia era implantar um sistema associativo – tanto para os patrões, como para os trabalhadores – onde a representação seria dividida em níveis local, estadual e nacional. A proposta do governo Vargas foi implementada com o decreto 19.770, de 1931, segundo o qual a representação local ficaria a cargo dos sindicatos. Estes por sua vez, deveriam se fazer representar em nível estadual através das federações, que se uniriam em confederações, representando assim a esfera nacional. O decreto determinava ainda que a entidade de classe oficial ocuparia um lugar no interior do Estado para discutir questões pertinentes a seus interesses. Vale lembrar que para serem aceitas como “oficiais”, estas entidades deveriam passar pelo crivo e aprovação do recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio<sup>32</sup>.

Foi inserido nesse novo contexto de legislação regulamentadora da atividade sindical que a FIESP vai ser criada, em 12 de junho de 1931. Os industriais ligados ao CIESP receberam a nova legislação com muita cautela, pois as novas regras não condiziam com as associações patronais já criadas. Porém, vislumbrando a oportunidade de possuírem um “assento” no interior do aparelho burocrático-estatal,

---

com os poderes públicos; c) estrutura corporativa privada, formada pelas associações setoriais que, por sua vez, se uniam num centro industrial regional de caráter abrangente e misto. A representação dos vários setores no centro obedecia ao seu peso econômico” (Ibidem, p, 75).

<sup>32</sup> Não é de nosso interesse discutir o caráter corporativo e manipulador do modelo de associação sindical imposto pelo governo Vargas. No entanto é preciso lembrar que esse foi criado num contexto histórico-social de crise, tanto econômica como política, onde a classe trabalhadora começara a se organizar com intensas mobilizações e precisava ser – da perspectiva do capital, num contexto de luta de classes – controlada. Cf. VIANNA, 1976, Cap. 3, 4 e 5.

foi a primeira associação industrial a se sindicalizar. Passados três meses após a promulgação da nova lei, era criada a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo<sup>33</sup>.

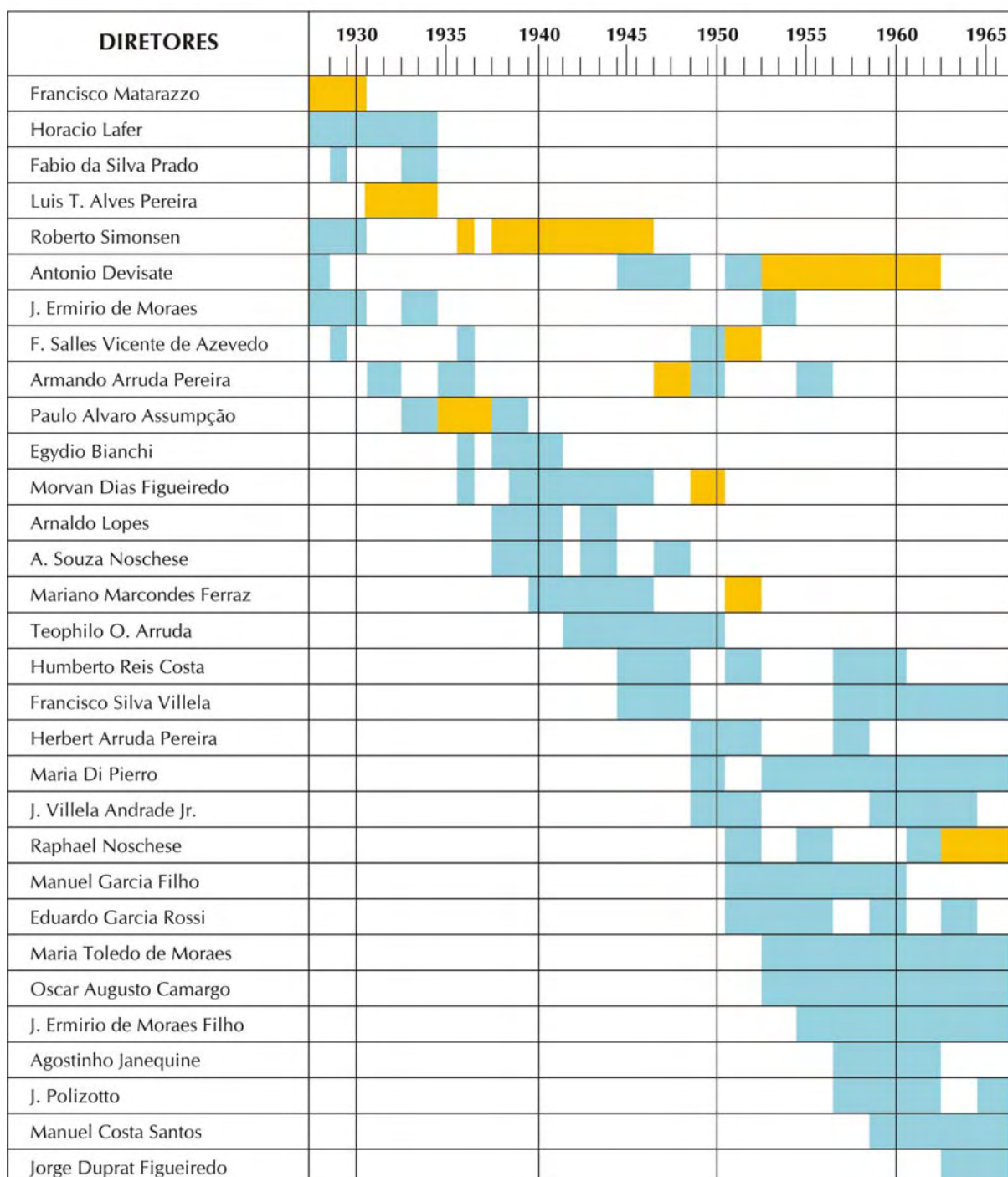
O período 1930-37 foi de grandes dificuldades para a FIESP, haja vista o desencadear do processo de consolidação da nova entidade. As primeiras medidas tomadas pelas diretorias iniciais visaram uma intensa campanha para obtenção de sócios. O argumento mais utilizado lembrava que uma vez oficializados, os sindicatos receberiam o *status* de órgão consultivo do governo. Além disso, a jovem entidade teve de lidar com o movimento Constitucionalista de 1932, que abalou profundamente a economia do Estado, bem como a sua indústria. Nunca é demais lembrar que a FIESP esteve ao lado, nesse momento, da burguesia cafeeira paulista, sendo que a derrota destes implicou em perdas, principalmente no campo político, para a entidade recém criada. Prova disso é a postura que a burguesia industrial de São Paulo passa a assumir, qual seja, a de influenciar o governo de uma maneira periférica, através de deputados e políticos que possuíssem alguma ligação com o poder central. Para completar o quadro de negatividade desse período, vale ressaltar, que durante todo o período mencionado, conflitos internos abalaram a estrutura da entidade que acabava de ser criada. Ao final desse processo, uma nova geração de líderes havia se estabelecido no comando da entidade (ver o Mapa abaixo, que corresponde às diretorias da FIESP até o ano de 1966)<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> Cabe apontar que este é um período de crise econômica e os industriais, mais do que nunca, lutavam por medidas protecionistas. Cf. LEOPOLDI, 2000, p. 77.

<sup>34</sup> LEOPOLDI, 2000, p. 78-79.

### FIESP e CIESP Diretores com mais de 3 mandatos (1928-1966)



■ Presidentes    ■ Outros membros

Apesar de todo esse contexto desfavorável, podemos afirmar que as entidades patronais conquistaram um discreto avanço nesse período, principalmente no que diz respeito ao seu modelo associativo. Em 1934, o CIB propôs uma série de mudanças à legislação sindical criada em 1931. Várias das sugestões apontadas por essa entidade foram incorporadas no decreto-Lei 24.694 (12/7/1934), sendo que o aspecto que representou um importante favorecimento aos industriais, foi a diferenciação que passou a ser feita entre os sindicatos da classe trabalhadora e os da burguesia. As entidades patronais passam a ser consideradas como órgãos consultivos e teriam a possibilidade de indicar representantes para os vários conselhos econômicos, o que lhes garantia um canal de diálogo direto com o governo.

Outro fato importante foi a definição, através de decreto do governo provisório (1930-34), que a Assembléia Constituinte a ser instalada no final de 1933 deveria conter “bancadas classistas”. Essa bancada seria formada por representantes escolhidos nos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio<sup>35</sup>.

O modelo final, estabelecido pela reformulação de 1934, criou uma legislação muito característica, que seria extremamente interessante para os sindicatos burgueses no Brasil. A nova lei estabeleceu o princípio da pluralidade sindical. Calcados nessa premissa, os diretores da FIESP vão colocar em prática uma idéia de Roberto Simonsem, que defendia a criação de duas entidades em nível regional. Trilhando esse caminho, a entidade se desdobrou em duas (março de 1937), criando a Federação Paulista das Indústrias (FIP), órgão representativo logo reconhecido pelas instâncias legais. A esse respeito, nos escreve Leopoldi:

---

<sup>35</sup> LEOPOLDI, 2000, p. 80. Ver também CARONE, 1977, p. 562-567.

Com esse desdobramento da FIESP, tinha início uma tradição do nosso sindicalismo industrial: manter simultaneamente uma entidade privada e uma oficial, com a mesma diretoria. A idéia veio de Roberto Simonsem, preocupado em manter a entidade privada da indústria, para garantir representatividade no caso de o governo decidir terminar com as associações sindicais<sup>36</sup>.

Vemos, portanto, que a FIESP - bem como as demais entidades estaduais - vai se consolidar a partir de 1934 como uma entidade de caráter privado, não vinculado à estrutura corporativa sindical, sendo que este papel será exercido por uma outra entidade - a FIP. O mais interessante dessa dualidade - que por sinal permanece até hoje, mesmo após a volta da unidade sindical - é que as duas instituições eram mantidas e dirigidas pelos mesmos membros, demonstrando grande habilidade política de parte da burguesia industrial paulista, que para se livrar do julgo estatal, cria um subterfúgio representativo.

### **III. IV - Os primeiros passos**

Como vimos anteriormente, a fração burguesa industrial paulista consegue se estruturar e se enquadrar dentro dos padrões legais exigidos pela Carta de 1934, sem que com isso fosse preciso perder seu caráter autônomo. Porém, o devir da processualidade histórica traria novos confrontos políticos e econômicos dos quais a FIESP não poderia se ausentar. Nesse contexto, o final dos anos 1930 foram os mais intensos.

A humanidade vivia então a expectativa da deflagração de um “novo” conflito de proporções mundiais. A escalada nazi-fascista na Europa vinha alcançando

---

<sup>36</sup> Ibidem, p. 81.

degraus ameaçadores para o imperialismo ocidental de arrimo liberal, e a consolidação econômico-política da União Soviética fazia irradiar por todos os continentes a idéia de que a “ameaça vermelha” estava ganhando terreno e que, portanto, era preciso freia-la.

Internamente, o país também passava por grandes agitações políticas. Com a *legalidade burguesa*<sup>37</sup> instaurada - orientada por princípios democrático-liberais -, setores da sociedade civil começaram a se organizar de forma a pressionar o governo federal, reivindicando reformas econômicas em muitas das vezes radicais. Assim foi o caso da Aliança Nacional Libertadora, ANL, frente popular organizada pela esquerda que tinha como presidente honorário Luís Carlos Prestes – ex-líder tenentista, comandante da Coluna Prestes e agora membro do PCB. O programa dessa frente popular tinha um caráter de aguda orientação ideológica nacionalista. Em seu programa constavam os princípios para se instalar no Brasil um “governo popular” que fosse realmente “revolucionário e antiimperialista”. Essa frente conseguiu atuar em vários segmentos da sociedade de classes. Tanto a pequena-burguesia, quanto oficiais de baixa-patente das Forças Armadas se identificavam com tal programa. O momento máximo dessa movimentação foi o fracassado levante de 1935 – comumente chamado “Intentona Comunista”.<sup>38</sup>

Porém, não foram somente as classes sociais à esquerda que se movimentaram. As liberdades democráticas cederam espaço à ação política de grupos extremamente reacionários. Era o caso da Ação Integralista Brasileira (AIB), cujo ideário econômico-político postulado, foi apropriadamente caracterizado por José Chasin como “forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio”<sup>39</sup>. Liderados por Plínio Salgado, esta frente tinha como principais objetivos o combate ao

---

<sup>37</sup> Cf. MAZZEO, 1999.

<sup>38</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p. 32-42.

<sup>39</sup> CHASIN, 1978. Para a atuação dos Integralistas, ver também, SKIDMORE, op. cit.

comunismo e a organização de um Estado forte e centralizado, baseado nas corporações profissionais. Esse movimento chegou a apoiar o Golpe de 1937, no entanto, é colocado na ilegalidade logo em seguida, o que vai provocar uma revolta das alas mais radicais da AIB. Contudo, são derrotados, e aqueles que não foram fuzilados pelas tropas do governo, tiveram o exílio como destino.

Diante do contexto de crise, nacional e internacional, a burguesia brasileira abre mão da *legalidade* e apóia incondicionalmente o Golpe de Estado levado a cabo por Vargas em 1937, corroborando assim com uma das especificidades da forma de ser e ir sendo do desenvolvimento político no país, qual seja, a forma *autocrática* de dominação burguesa, que passa a partir de então a se apresentar na forma de *Estado Bonapartista*<sup>40</sup>. Na verdade, o objetivo principal da burguesia industrial brasileira era o de continuar a trilhar os caminhos que já vinham sendo traçados desde o início do governo Vargas – principalmente o da industrialização – sem a ameaça de grandes “abalos” sociais, mesmo que para isso fosse preciso sacrificar a legalidade política.

O Estado Novo necessitava de uma Constituição que desse feições jurídico-institucionais à ditadura que se estabelecera. Com a Carta de 1937 novas regras foram criadas para regulamentar as relações entre sindicatos e Estado. Essas regras reafirmavam a estrutura corporativista de legislações anteriores. Maria Leopoldi cita dois artigos que comprovam tal afirmação:

A associação profissional ou sindical é livre. Somente porém o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção para que foi constituído e de defender-lhes os direitos perante o Estado e as outras associações profissionais. (Artigo 138)

---

<sup>40</sup> Aqui nos utilizamos dos conceitos de *Autocracia Burguesa* e *Estado Bonapartista* desenvolvidos por José Chasin (1978) e de *Legalidade Burguesa* desenvolvido por Antônio Carlos Mazzeo (1997), ambos inseridos na discussão da Via Colonial de efetivação do capitalismo brasileiro, esta por sua vez, inaugurada por Caio Prado Junior, como já apontado neste trabalho.

A economia da produção será organizada em corporações, e estas (...) colocadas sob a assistência e a proteção do Estado, são órgãos deste e exercem funções delegadas do poder público. (Artigo 140)<sup>41</sup>.

No mesmo diapasão corporativista, a Constituição de 1937 propunha a criação do Conselho Econômico Nacional. Esse novo mecanismo institucional seria o responsável pela formulação da política econômica brasileira, sendo que as corporações teriam assento em tal conselho.

Os industriais receberam com críticas as novas regras que enquadravam e reconheciam suas entidades representativas. A maior ameaça, segundo os industriais, era a possibilidade de essa nova estrutura eliminar a relativa autonomia que as entidades privadas possuíam em relação ao controle estatal. De 1937 a 1939 os princípios corporativistas da constituição do Estado Novo ficaram aguardando a regulamentação do governo. Durante esse período, uma campanha comandada pela FIESP e pela CNI foi desencadeada contra o “enquadramento” dos industriais nos moldes desejados pelo governo.

O auge da contenda ocorreu quando da discussão do decreto-lei nº1.402 de 5/7/1939. Esse por sua vez, fora redigido com o objetivo de estruturar de forma corporativa os interesses econômicos. Seus autores pretendiam adaptar o sistema de representação dos empresários e dos trabalhadores às exigências da nova Constituição. Cabe lembrar que os industriais paulistas possuíam uma organização arrimada em duas frentes: uma entidade privada, com grande grau de autonomia (a FIESP) e outra sindical (a FIP) que se enquadrava na legislação anterior ao Golpe de 1937. Era justamente essa estrutura que os líderes da burguesia industrial paulista queriam preservar.

Para se opor à comissão responsável pela matéria, criada pelo Ministério do Trabalho – esta chefiada por Oliveira Vianna – os líderes da FIESP (Roberto

---

<sup>41</sup> Apud, LEOPOLDI, 2000, p. 81.

Simonsen) e da CNI (Euvaldo Lodi) utilizaram-se dos mecanismos institucionais que suas entidades possuíam. Alegavam, através de documentos divulgados em boletins internos e na imprensa oficial, que os membros da comissão não tinham o conhecimento necessário das especificidades do setor industrial brasileiro – principalmente pelo fato de estes serem exclusivamente do Distrito Federal - e que, portanto, não teriam condições de deliberar sobre o assunto. Reclamavam ainda que o decreto não levava em conta as sugestões apresentadas pelas classes patronais<sup>42</sup>.

As principais divergências dos industriais estavam relacionadas à proposta de *organização vertical*, por ramos de atividade; ao requisito de dois terços de representatividade do setor para formação de sindicatos patronais; ao fato de a regulamentação de 1939 por fim às associações de classe de caráter privado; a proibição de reeleição dos membros das entidades; e por fim, à classificação das categorias da indústria criada pelos membros do Ministério do Trabalho.

Quanto à proposta de *organização vertical*, a FIESP alegava que a exigência de criação de federações específicas por setores produtivos desmontaria toda a estrutura já existente, onde as federações reuniam vários setores em um só órgão. É possível verificar que os líderes industriais percebiam que se tal medida fosse aprovada, haveria uma fragmentação no interior da organização da burguesia industrial, o que se configuraria como um retrocesso, pois durante duas décadas, aproximadamente, as principais lideranças vinham fazendo esforços no sentido diametralmente oposto, ou seja, no da unificação de tal fração da burguesia brasileira.

No que diz respeito à representatividade necessária para formação de um sindicato, a FIESP e a CNI propuseram a proporção de 10%, ao contrário dos dois

---

<sup>42</sup> Maria Leopoldi nos oferece uma bela descrição desse embate. Cf. LEOPOLDI, 2000, p. 82.

terços exigidos pelo decreto. Alegavam ser um exagero essa quantificação, plausível apenas para as entidades de trabalhadores. A preocupação, novamente, está em unificar e não em fragmentar.

O fim das organizações de caráter privado seria um grande golpe nas instituições industriais. Fica claro que os industriais temiam e não queriam suas organizações sobre a tutela e controle do Estado - pelo menos uma parte delas. Se isso ocorresse perderiam sua capacidade de pressão política através do *lobby* e do veto, esse último garantido através dos assentos que a legislação vigente já lhes garantia em instâncias do governo.

O fato de os líderes das entidades serem contra o fim da reeleição se deve a uma certa tradição de longevidade, criada no interior destes organismos. Grupos se fortaleciam e quase se “petrificavam” à frente das federações e associações e nenhum deles queriam desocupar tais cargos antes de desenvolverem seus projetos político-pessoais.

A última grande discordância dos industriais, dizia respeito à classificação das categorias. A burguesia industrial criticava tal classificação alegando que os membros da comissão não consultaram os principais conhecedores e interessados no assunto – as associações de classe da burguesia industrial – e, portanto, não estariam aptos a deliberar sobre a matéria<sup>43</sup>.

Um dos grandes argumentos que parametravam toda essa crítica de Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi ao decreto-lei nº 1.402, residia no princípio de que o Estado não deveria ter um controle absoluto sobre as entidades representativas dos industriais, como já apontamos acima. Essa “tutela” teria razão de ser nas entidades

---

<sup>43</sup> LEOPOLDI, 2000, p. 83-84.

dos trabalhadores, mas não na dos patrões, haja vista o caráter diferenciado de tais organismos. O *Relatório de 1939* da FIESP nos traz as seguintes afirmações:

(...) Mas, é preciso distinguir, nas classes produtoras, a categoria dos empregadores e a dos trabalhadores. Não há dúvida que todos os problemas dos trabalhadores de São Paulo são quase idênticos aos dos trabalhadores do Amazonas ou do Rio Grande do Sul. Já não se dá o mesmo com os problemas dos empregadores. (...) Existindo as empresas, em maioria, elas não podem ter um ponto de vista profissional e individual exclusivamente. O seu objetivo principal é econômico. Nada mais natural, portanto, do que se reunirem e se associarem para debater seus problemas comuns, para levar ao conhecimento do Governo as suas pretensões e as suas necessidades, para reclamar Justiça (...)<sup>44</sup>.

Os industriais da FIESP sabiam que sua força política – enquanto fração da classe burguesa - seria maior se mantivesse o bloco industrial coeso, daí toda a preocupação em barrar a regulamentação de 1939.

Os termos finais desse embate entre industriais – leia-se, principalmente a FIESP – e os burocratas do Estado Novo, mostraram-se bastante favoráveis às reivindicações dos primeiros. A FIESP organizou-se de maneira muito eficiente para demonstrar que seus argumentos eram coerentes e que, portanto, o decreto-Lei de 1939 feria profundamente os interesses da indústria e de seus representados. Para isso buscou fazer a crítica à política de sindicalização através de vários pareceres de juristas de São Paulo, especialistas em Direito do Trabalho. Além disso, contou com o apoio de várias associações paulistas e de outros Estados, entre elas a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIMG). Coube a Confederação Nacional da Indústria (CNI), encaminhar toda a crítica formulada pela entidade paulista ao governo federal.

Podemos afirmar que o resultado final do debate foi bastante favorável aos interesses defendidos pela FIESP. Segundo Maria Leopoldi, uma série de decretos (em 1940) modificou a legislação de acordo com o que era pretendido pelos

---

<sup>44</sup> CARONE, 1975, p.269.

industriais. Atendendo às reivindicações, a nova legislação estabelecia que as entidades com caráter privado continuariam a existir; as federações regionais poderiam aglutinar em torno de si os interesses de vários setores; uma nova categorização dos setores da produção seria estabelecida, atendendo às sugestões apresentadas pela FIESP e pela CNI; e a proibição da reeleição dos membros da diretoria das associações de empregadores foi suspensa<sup>45</sup>.

Percebemos, portanto, que a FIESP – a partir do início da década de 1940 - começava a despontar no cenário econômico-político nacional, como entidade que passaria a desfrutar de grande influência no governo federal – uma das hipóteses levantadas pelo nosso trabalho.

No ano seguinte (1941), um decreto presidencial dava à FIESP (então entidade privada) o caráter de órgão consultivo do poder público. Pouco depois, o Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ) ganhava igual regalia (1943). Em 1941, pela primeira vez depois de 1930, um paulista foi designado para a pasta do Trabalho, Indústria e Comércio. Alexandre Marcondes Filho, o novo ministro, era amigo de Roberto Simonsen, e sua presença no Ministério do Trabalho significou para as entidades da indústria facilidade de acesso às políticas de regulamentação das relações de trabalho, à elaboração da *Consolidação das Leis do Trabalho* (1943) e à consolidação da estrutura sindical dos industriais. Quando mudou o regime, e o presidente Dutra foi eleito, o novo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio foi Morvan Dias Figueiredo, líder da FIESP<sup>46</sup>.

O trecho transcrito acima, de Maria Leopoldi, parece não deixar dúvidas a respeito da preponderância que a entidade paulista passa a assumir. Em 1943, com a promulgação da *Consolidação das Leis do Trabalho* (CLT), toda a legislação sindical foi sistematizada num só documento. As normas de sindicalização para as entidades representativas da burguesia industrial foram mantidas, além da reafirmação dessas entidades como órgãos técnicos consultivos.

---

<sup>45</sup> LEOPOLDI, 2000, p. 85.

<sup>46</sup> LEOPOLDI, 2000, p. 86.

Dentro desse mesmo diapasão analítico, o período de 1943-45 nos parece sintomático. A FIESP passa a ocupar o papel de entidade sindical, vinculada ao governo, sendo que a representação privada caberia agora ao CIESP (ambas entidades foram presididas por Roberto Simonsen até o ano de 1946)<sup>47</sup>. É nesse período que os industriais, através de suas entidades de classe – que atuavam tanto no Poder Executivo como no Poder Legislativo – amadureceram seu projeto de uma política industrial para o Brasil. Firmando alianças estratégicas com o governo e com os militares, buscavam claramente uma posição de hegemonia econômica e política dentro do contexto da luta de classes no país. Esta, por sua vez, nunca seria alcançada, dado o caráter do nosso processo de formação e constituição histórico-capitalista, marcado – desde a sua origem – pela incompletude e subordinação.

### **III. V – A adolescência**

A passagem à fase adulta é decisiva na vida de qualquer indivíduo. É nesse momento de transformação que aspectos do caráter e da personalidade serão definidos, e as pessoas os levarão consigo para o resto de suas vidas. Com a FIESP não foi diferente.

Podemos considerar o período que se estende de 1945 até o Golpe Militar de 1964 como um momento de transformações definitivas não só na instituição que

---

<sup>47</sup> A título de esclarecimento, cabe lembrar que originalmente a FIESP se constituía como entidade de caráter privado. A FIP, por sua vez, era a entidade sindical. Lembramos ainda que esse tipo de “divisão” foi idealizada por Roberto Simonsen como forma de atender às leis de sindicalização da década de 1930, sem que com isso os industriais ficassem sobre a tutela do Estado. Ver primeira parte deste capítulo (*A gestação*).

privilegiamos em nossa pesquisa, mas em todo o modelo representativo da burguesia industrial brasileira.

É nesse processo de transformações que a FIESP vai ocupar a posição de principal representante da burguesia industrial, sobrepondo-se inclusive a CNI. Isso decorre do fato de essa entidade sofrer com intervenções consecutivas por parte dos governos Jânio Quadros, João Goulart e, por fim, do governo saído das casernas.<sup>48</sup>

Internamente, a FIESP também passa por reformulações, principalmente em seus quadros. Toda uma geração que tinha na figura de Roberto Simonsen o expoente máximo passa a ser substituída (Simonsen morre em 1948). Porém, essa reformulação não é apenas nominal. A nova geração que começa a despontar no interior da estrutura de comando da FIESP vai representar outros interesses, outras idéias, e buscará meios político-institucionais para alcançá-los. Trata-se do grupo conhecido como a “geração dos cadetes”.

Foram se firmando na instituição paulatinamente. Sua composição, em grande parte, era de diretores de empresas transnacionais e representavam os seus interesses no interior da FIESP. Alguns dos nomes mais importantes desses “herdeiros de Simonsen” foram Humberto Reis Costa, Manoel da Costa Santos, Manoel Garcia Filho, Eduardo Garcia Rossi e Mario Toledo de Moraes<sup>49</sup>. Como veremos mais à frente, essa nova geração vai ocupar cargos de grande importância no governo federal a partir de 1950, influenciando sobremaneira os caminhos trilhados por nossa economia e por nossa política nesse período.

---

<sup>48</sup> “Sob o governo Jânio Quadros, um grupo da FIESP (tendo à frente o industrial José Vilella de Andrade Jr.) se associou à FIRJ e demandou do presidente Quadros uma intervenção na CNI. O ministro do Trabalho realizou então a primeira intervenção em toda a história da Confederação Nacional da Indústria e nomeou uma *junta* para dirigir a Confederação, da qual fazia parte Vilella de Andrade Jr. Esse foi o começo da decadência da CNI”. LEOPOLDI, 2000, p. 89.

<sup>49</sup> LEOPOLDI, 2000, p. 88.

Outro fato de grande relevância é a criação de associações industriais paralelas à existência da FIESP. Com a entrada de grandes volumes de capital estrangeiro no interior da economia brasileira, houve a necessidade de investimentos em setores específicos. Como a legislação de 1940 – incorporada a CLT – permitia a existência de entidades privadas ao lado dos sindicatos oficiais, essas entidades passam a ser criadas para defenderem seus interesses junto aos grupos executivos criados no final do segundo governo Vargas e no governo Kubitschek<sup>50</sup>. Data desse período a criação de entidades como a Associação Brasileira da Indústria de Base (ABDIB, 1955), a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea, 1956), a Associação da Indústria de Autopeças, 1951, que daria origem em 1953 ao Sindipeças, a Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (ABIF), a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq) e a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee, 1963)<sup>51</sup>.

Desde a década de 1940 os Centros Industriais vinham perdendo espaço, enquanto fóruns representativos da burguesia industrial. O principal motivo do CIESP e do CIRJ terem sido relegados a um papel secundário, derivava do fato de a legislação sindical privilegiar os sindicatos oficiais (no caso a FIESP e a FIRJ). No entanto, a partir de meados dos anos de 1950, estes Centros começam a se reorganizar. Do ponto de vista da burguesia industrial os governos de Jânio Quadros e, principalmente, de João Goulart, foram bastante turbulentos. Este último colocou

---

<sup>50</sup> DREIFUSS. R. A. 1964: *A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Ed. Vozes, 1981, p. 73. Dreifuss denomina essa nova forma de organização de “anéis de poder burocrático-empresariais”. Inspirado no conceito de “anéis burocráticos” de Fernando Henrique Cardoso, Dreifuss nos descreve de maneira detalhada e precisa como os grupos transnacionais (o autor utiliza o termo multinacional) vão se utilizar desse mecanismo institucional para defenderem seus interesses econômico-políticos junto aos governos brasileiros. Cf., *Ibidem*, nota 14.

<sup>51</sup> LEOPOLDI, 2000, p. 89.

em andamento as Reformas de Base, que em muitos de seus aspectos contrariavam os interesses dos grupos representados pela FIESP.

Afirmavam – a FIESP e seus representados –, equivocadamente, que o Brasil estava sendo rondado pelo *fantasma vermelho* – principalmente pela aproximação de Goulart com o bloco socialista – e que o governo brasileiro começava a fazer coro (através das reformas) com os comunistas. Durante a década de 1950 os Centros Industriais começam a se mobilizar através de reuniões empresariais para arrecadar recursos. Estes foram utilizados para viabilizar políticas no Congresso através de *lobby* e financiamento de campanhas eleitorais.

Toda essa movimentação vai preparar e mobilizar as instituições industriais, bem como a sociedade civil, contra o governo e as reformas de Goulart. Ao se iniciar os anos de 1960, esses recursos já eram amplamente empregados em campanhas chamadas “democráticas”. Organizações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), a Ação Democrática Parlamentar (ADEP), o Instituto de Pesquisas e Estudos Econômicos (IPES) e a Conferência das Classes Produtoras (Conclap), eram financiadas pelos Centros Industriais como parte de uma estratégia anti-governista, que possuía em sua base de sustentação uma coalizão formada por empresários – de vários setores, mas principalmente da indústria, tendo à frente a FIESP – setores da sociedade civil e militares<sup>52</sup>. Toda essa movimentação redundaria na deposição do governo Goulart, dando início a um dos períodos mais sombrios da história brasileira, a mais longa Ditadura Militar no Brasil – 1964/1985.

Mais à frente trataremos de explicitar a participação da FIESP no financiamento e composição do Golpe de 1964.

---

<sup>52</sup> LEOPOLDI, 2000, p. 89.

Os desdobramentos factuais acima descritos nos basta, por hora, para tecermos algumas conclusões acerca do perfil e caráter assumidos pela FIESP nesse processo de transformação, a qual denominamos fase adolescente.

Nos parece ser de extrema relevância a constituição de uma nova liderança no interior da FIESP. A chamada “geração dos cadetes” que, como apontamos acima, passa a ocupar posições de direção no interior da instituição a partir da década de 1950, daria uma “certa definição” no perfil da entidade. É preciso ressaltar que esses novos líderes eram – ou ainda são – diretores, gerentes, técnicos de empresas transnacionais aqui instaladas, e que, portanto, são estes interesses que passam a ser defendidos em detrimento, na maioria das vezes, aos da indústria nacional. Lembramos ainda que a FIESP, como federação oficial das indústrias, estava vinculada diretamente ao governo através da legislação de 1940. Possuía assentos e funcionava como órgão consultivo do governo para questões de caráter econômico-político. Isso significa dizer que além de todas as benesses que o capital internacional vai receber do governo brasileiro na década de 1950 para aqui se instalar, muitas das decisões oriundas do Distrito Federal (agora localizado no Planalto Central) passariam antes pelo “crivo” daqueles grupos.

Para assegurar seu domínio econômico o capital monopolista transnacional necessitava – e necessita – no interior do espaço Estado-nação, de interferência e de poder político. Os principais agentes do capital transnacional, instalados no interior da estrutura governamental eram funcionários públicos que ocupavam altos cargos estratégicos. Estes acumulavam ainda importantes cargos em companhias estrangeiras. Nomes como o de Roberto Campos, Ary Frederico Torres, Lucas Lopes, Golbery do Couto e Silva, entre centenas (gostaríamos de frisar, centenas) de outros, passam a se constituir como peças centrais daquilo que Dreiffus

denominou como *tecno-burocratas*. Os “cadetes” da FIESP vão compor justamente este quadro.<sup>53</sup>

Argumentando ainda que o planejamento econômico passa a ser a tônica da *intelligentsia empresarial* no Brasil, Dreifuss afirma:

Além do mais, a necessidade de planejamento foi defendida pelas classes empresariais naquilo que ela tinha de alocação calculada de recursos. A implementação de um planejamento indicativo e alocativo significava a intervenção no processo de acumulação do potencial dos interesses multinacionais e associados, servindo principalmente aos propósitos de manter o complexo sistema social em equilíbrio (política de estabilização) e de canalizar recursos limitados e poupanças, tanto para potenciais obstáculos na indústria quanto para situações de crise.(...) Os tecno-empresários foram então capazes de controlar a “marcha evolutiva do processo”. (...) Além disso, o planejamento era necessário por ser um recurso institucional que ocultava do público as relações de interesses(...)<sup>54</sup>.

Aquilo que, no entanto, nos parece ser uma contradição – empresários brasileiros, bem como funcionários estatais, representando e defendendo os interesses das empresas transnacionais – nos revela o caráter incompleto e subordinado da burguesia brasileira, próprio de uma economia de extração colonial, onde a constituição do modo de produção capitalista se dá também de forma subordinada e retardatária às economias centrais.

Outro ponto a ser salientado, diz respeito ao enfraquecimento – ante o poder do capital transnacional – da estrutura representativa da burguesia industrial brasileira. Todo o modelo piramidal (CNI, federações regionais, sindicatos únicos, divididos por setores) que conformam o sistema representativo, sofreu grandes abalos com o progressivo surgimento de associações paralelas, pois estas passaram a participar da elaboração das políticas industriais do país. Nos parece que o esforço de toda uma geração de líderes, – principalmente de Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi – na tentativa de preservar esta fração de classe unida em

---

<sup>53</sup> DREIFUSS, 1981, p. 74,75,76 e 77. Ver nota 9.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 75.

torno das mesmas entidades (vide a luta pela reformulação da legislação sindical de 1939, descrita acima) tinha sido desperdiçado, pois com o surgimento dessas novas organizações, a fragmentação estava dada. Além disso, a CNI perde representatividade com as intervenções anteriormente descritas.

Se por um lado a CNI perde força, de outro a FIESP passa a ser o principal centro representativo da burguesia industrial brasileira. Além dos fatores de constituição historicamente determinados, (concentração do maior parque industrial na região Sudeste, principalmente no Estado de São Paulo) a FIESP contou com o enfraquecimento da CNI e a participação por setores no governo, o que facilitou a inserção de seus membros no interior do aparelho de Estado.

Essa fase de “concessões” não é interrompida, mas mudada de caráter durante a ditadura militar, sendo que somente com a “redemocratização” na década de 1980 é que a FIESP passa a reaparecer com maior notoriedade no debate econômico-político de nosso país. De qualquer forma, o caráter fragmentário da representação industrial, passa a ser aprofundado, aspectos este presente até os dias atuais, e que pretendemos demonstrar a partir de agora.

### **III. VI – A juventude**

Talvez seja essa uma das piores fases do desenvolvimento da personalidade do ser humano. Se por um lado, a adolescência é o período das transformações, das dúvidas e das definições, por outro, a juventude é o momento de assumir responsabilidades, defender posturas e idéias próprias e, por isso mesmo, as

decepções e derrotas – bem como as vitórias – são sentidas e deixam marcas mais intensas em nosso desenvolvimento individual.

Se o jovem tem uma postura submissa e dependente, as coisas tendem sempre a piorar, ou na melhor das hipóteses, a se manterem como estão – ou sempre como foram – desde o respectivo nascimento. É justamente o que acontece com a FIESP no período da ditadura militar.

Como apontado anteriormente, a partir da década de 1950, a FIESP passa a abrigar em seu interior membros representantes dos interesses das empresas estrangeiras instaladas no Brasil. Esses membros (administradores, gerentes e técnicos) passam a constituir a rede “tecno-burocrática” (anéis de poder burocrático-empresarial) que, segundo Dreifuss, constitui-se como um poder de “administração paralela” durante o governo Juscelino Kubitschek<sup>55</sup>. Essa rede de tecno-burocratas era formada principalmente por administradores públicos que ocupavam elevados cargos na hierarquia estatal (o chamado primeiro escalão), por técnicos das agências e empresas estatais, sendo que estes possuíam ligações dentro do bloco de poder formado pelas transnacionais e, por fim, por executivos estatais, responsáveis por assegurar os canais de formulação de diretrizes políticas e econômicas que atendessem aos interesses daquelas empresas.

A fração da burguesia industrial aqui instalada passa a exercer seu controle e defender seus interesses, através de uma postura política que envolve dois pressupostos. O primeiro diz respeito à forma como encarar a questão do desenvolvimento. Nesse sentido, defendiam a idéia de que era preciso abordar a problemática desenvolvimentista de uma perspectiva empresarial. Complementando

---

<sup>55</sup> DREIFUSS, 1981, p. 73.

essa primeira posição, o segundo pressuposto aponta para a colocação de tais problemas – e suas possíveis soluções – em termos capitalistas. Segundo Maria José Trevisan:

(...) A administração é apresentada (por esses grupos) como uma prática racional, porque concebida como neutra, descomprometida com interesses e idéias individuais ou de grupos e livres de quaisquer tipos de injunções e conveniências, ao mesmo tempo em que conhecedora de todas as necessidades e interesses da coletividade, tendo portanto condições de optar pela solução mais eficiente e encaminhar as medidas mais adequadas e produtivas para o bem comum. Liberta de pressões particulares, a prática administrativa pôde analisar e solucionar os problemas dando-lhes um tratamento essencialmente técnico, a partir da coleta e avaliação objetiva de dados, do que resulta seu caráter de racionalidade, eficiência, produtividade e neutralidade, requisitos imprescindíveis à condução dos negócios públicos, tendo em vista o atendimento das necessidades nacionais<sup>56</sup>.

A autora afirma ainda que este foi o discurso utilizado pelos industriais como forma de opor-se aos princípios da prática política configurada no espaço das disputas de interesses particulares. Essa oposição, assumida no discurso do pensamento empresarial, serviu como estratégia política para que tais grupos alcançassem seus objetivos, dentre os quais, como veremos adiante, a queda do governo Goulart.

Antes de darmos continuidade a análise do posicionamento da FIESP diante das contingências históricas que se erguiam, faz-se necessário uma observação que leve em conta a totalidade histórica do período. No plano econômico-político internacional, o mundo vivia então o auge do conflito deliberado entre os dois blocos de poder hegemônico mundiais constituídos, a “Guerra Fria”. Nesse conflito - que alguns manuais insistem em afirmar, de maneira equivocada, não haver a participação beligerante das principais nações envolvidas (EUA e URSS), daí a caracterização como uma *guerra fria* – uma das estratégias era a conquista de áreas

---

<sup>56</sup> TREVISAN, Maria J. *50 anos em 5 ... A FIESP e o desenvolvimentismo*, Ed Vozes, Rio de Janeiro, 1986, p. 48. Os parênteses são nossos.

de influência que deveriam se constituir, invariavelmente, como territórios subordinados e apêndices dos países centrais dos blocos. Inserida nesse contexto e calcada em nossa particularidade histórica, a burguesia brasileira responde positivamente às exigências do ideário do bloco capitalista mundial, comandado pelos Estados Unidos da América.

Todo discurso elaborado e levado à prática nesse período, servia, antes de mais nada, como instrumento político de dominação de classe. Dominação de uma classe sobre a outra; do imperialismo e da burguesia brasileira a ele atrelada e subordinada sobre a classe trabalhadora e de camadas médias de nosso país, que passam a defender – mesmo que de maneira inconsistente e confusa – o desenvolvimento autônomo do capitalismo no Brasil.

Toda essa formulação teórica defendida pela *intelligentsia* técnica instalada nos principais níveis hierárquicos do Estado ganhara espaço político durante o governo de Juscelino Kubitschek, a partir, principalmente, do seu famigerado projeto político *desenvolvimentista*. Nomes como o de Eugênio Gudin, (mentor intelectual de toda uma geração de economistas político-empresariais) Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto de Oliveira Campos, Mario Henrique Simonsen e Antônio Delfim Netto passaram a ser referência quando o assunto é o desenvolvimento e a administração estatais no país.

Segundo esses senhores – verdadeiros agentes do capital transnacional – toda ênfase deveria ser dada às inovações organizacionais e técnicas que, naquele período, estavam sendo implementadas pelas corporações transnacionais que aqui estavam se instalando. Toda essa ideologia passa a ser disseminada entre a burguesia brasileira através de seminários e conferências que eram organizadas nas associações comerciais e industriais, clubes sociais de prestígio, centros culturais,

organizações de ação que passam a ser criadas com esse intuito e, finalmente, pela Escola Superior de Guerra (ESG). Nessa última a presença do então Coronel Golbery do Couto e Silva (árduo defensor do planejamento estatal) não nos deixa dúvida a respeito do alinhamento e da influência norte-americana junto à classe burguesa em nosso país<sup>57</sup>.

Para exemplificarmos o que descrevemos acima, nos remeteremos à criação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE). O BNDE exerceu papel preponderante na política econômica de desenvolvimento industrial do governo Juscelino Kubitschek. Criado para dar apoio financeiro a investidores privados, essa instituição foi responsável, juntamente com os teóricos da CEPAL e da ESG, pelo delineamento das diretrizes do “Plano de Metas” do governo JK. Essas diretrizes são traçadas durante o biênio 1953-1954, período este em que Roberto Campos ocupava o cargo de diretor econômico (aliás, o primeiro a ser nomeado para o cargo), sendo que a instituição contava ainda com a participação dos *tecno-empresários* Octávio Gouveia de Bulhões, Lucas Lopes, José Luiz Bulhões Pedreira e Hélio Beltrão ocupando posições-chaves dentro deste organismo estatal<sup>58</sup>.

Passemos agora a análise da posição que a FIESP passa a ocupar no interior desses *anéis de poder tecno-burocráticos*, que formariam o que Dreiffus denomina como “novo bloco econômico” na estrutura político-institucional.

---

<sup>57</sup> DREIFUSS, 1981, p. 74. O autor define Golbery do Couto e Silva como “o mais hábil e preparado, teórica e politicamente, dos ‘guerreiros frios’ que lutavam por um desenvolvimento empresarial seguro no Brasil. Sobre a influência norte-americana o autor afirma: “Os tecno-empresários multinacionais e associados não estavam sozinhos em seus esforços ‘racionalizantes’. Segundo Lincoln Gordon, embaixador americano no Brasil durante a presidência de João Goulart, ‘a partir do famoso “Ponto IV” do presidente Truman, em 1949 os Estados Unidos empreenderam um programa mais intenso de assistência técnica. Os conceitos de assistência técnica baseavam-se amplamente na experiência iniciada na América Latina pelo presidente Franklin D. Roosevelt e por Nelson Rockefeller em 1939”.

Lincoln GORDON. ESG. Documento n. C-41-62. Apud, *ibidem*, nota 18.

<sup>58</sup> DREIFUSS, 1981, p. 75.

Segundo esse autor, as formas básicas de organização através das quais as empresas transnacionais e a burguesia brasileira a elas associadas expressariam seus interesses comuns, corresponderam a três distintas estruturas políticas. A primeira seria os escritórios de consultoria tecno-empresarial, como o Consórcio Brasileiro de Produtividade – CBP e a CONSULTEC. Estes seriam responsáveis por prestar serviços de consultoria administrativa nos mais variados níveis da hierarquia do poder constituído, alcançando grande expressão, a ponto de redigir na íntegra, Projetos de Leis a serem encaminhados ao Congresso Nacional. A segunda forma de estrutura política, e a que mais nos interessa em nosso trabalho, corresponde às associações de classe empresariais, que nesse momento já assumem um caráter renovado (geração dos cadetes) tais como a FIESP e o CIESP. Dentro dessa modalidade ainda estão incluídas as American Chambers of Commerce, as associações que representavam as novas atividades setoriais da burguesia industrial brasileira (ABDIB) e outras novas associações que são criadas com um propósito mais abrangente como o Conselho das Classes Produtoras (Conclap). Por fim, a última forma de estrutura política diz respeito aos grupos de ação que expressavam os anseios empresariais modernizante-conservadores, tais como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), onde nomes como os de Carlos Lacerda figuravam com maior notoriedade.

Antes de nos atermos à descrição do papel da FIESP nesse contexto, vale uma última observação quanto à eficácia desses grupos. Atuaram de forma decisiva para o desmantelamento e consecutiva deposição de João Goulart, pois identificavam no governo que este comandava um obstáculo que deveria ser transposto – a qualquer preço – se desejassem alcançar seus objetivos econômicos

com êxito. A processualidade histórica não deixou qualquer dúvida quanto à sua eficiência.

As novas condições econômicas e sociais verificadas durante a década de 1950, proporcionaram – e exigiram – uma rápida expansão e reestruturação das associações de classe burguesas, principalmente daquelas ligadas diretamente a indústria. Como dito anteriormente, essas organizações e, no que nos interessa, a FIESP, passam a abrigar em seus quadros de direção executivos (gerentes e administradores em geral) das empresas transnacionais aqui instaladas. Paralelamente, a diversificação do parque industrial brasileiro vai gerar a necessidade, por parte do empresariado, da criação de entidades setoriais, o que significou a confirmação de uma tendência à fragmentação da representatividade, fator este sempre temido pelos antigos líderes industriais do país.

Essas associações passam com isso a exercer um novo papel; o de orientar seus membros no sentido de lhes oferecer assessoria política em questões mais amplas. A esse respeito Dreiffus nos oferece a seguinte definição:

(...) A recém-descoberta solidariedade de interesses no interior do bloco econômico multinacional e associado expressou-se através de novas ou renovadas associações de classe que orientavam os empresários sobre assuntos referentes à produção e a administração. Além disso, essas associações classistas de empresários e tecno-empresários modernizante-conservadoras davam assistência a questões políticas mais amplas, funcionando, na verdade, como agência de *lobbying*, alcançando sua mais alta expressão política em suas tentativas de compartilhar do governo com forças sócio-econômicas tradicionais durante a presidência de Jânio Quadros em 1961 (...) eles representavam as novas formas de interesses financeiro-industriais multinacionais e associados. E mais, a existência de tais associações de classe expressava o alto nível de consciência coletiva (de classe) atingido pelos interesses empresariais (...)<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> DREIFFUSS, 1981, p. 93. O parêntese é nosso.

Nesse contexto a FIESP passa a exercer papel de grande relevância, caracterizando-se como um importante foco de pressão política. Já no início da década de 1960, a entidade se configurava como um dos mais importantes canais de representação, tanto dos grandes industriais brasileiros - sendo que estes, em sua maioria, estavam associados de maneira subordinada à empresas transnacionais – quanto de empresas estrangeiras<sup>60</sup>.

A FIESP e o CIESP – que como descrevemos anteriormente, se constituíram como organizações idênticas, mudando apenas seu caráter legal, ou seja, enquanto uma está ligada ao sistema corporativo de representação criado a partir da CLT (FIESP), a outra atua de forma autônoma (CIESP) em relação à essa legislação – possuíam dois órgãos executivos: o Fórum Roberto Simonsen e o Conselho de Coordenação Interdepartamental (COCIN).

O Fórum Roberto Simonsen abrigava em seu interior os nomes de Rafael Noschese (presidente), o General Macedo Soares e Silva e Luiz Washington Vita (secretário). Já do COCIN faziam parte Eduardo Garcia Rossi, E. F. Gottschalk, Mário Amato, Mário Toledo de Moraes, Sérgio Roberto Ugolini e Theobaldo de Nigris.

É importante observar que estes órgãos serão responsáveis pela fomentação de um amplo debate entre os seus representados, em torno de questões específicas – tais como a assistência política, econômica e administrativa através de agências próprias<sup>61</sup>, a seus associados – e também a respeito da conjuntura econômico-

---

<sup>60</sup> DREIFUSS, op. cit., nos fornece uma longa lista com os nomes dos diretores da FIESP/CIESP, bem como das respectivas empresas que estes representam.

<sup>61</sup> DREIFUSS, 1981, p. 95. “Entre elas, o Centro de Produtividade das Federações das Indústrias e a Assessoria Econômica e Jurídica da Associação Comercial de São Paulo (...). A Federação do Comércio do Estado de São Paulo estabeleceu o seu próprio Conselho Técnico de Economia, Sociologia e Política, fórum de debate da organização empresarial”. É importante observar que nomes como o de Antônio Delfim Netto passam a compor os quadros de direção destas agências. Como sabemos, esse renomado economista brasileiro assumiu, durante a ditadura militar, cargos de

política que o país presenciava. Em 1962, muitos de seus intelectuais e lideranças, ocupariam cargos nos órgãos políticos estabelecidos (BNDE, por exemplo), atuando de maneira decisiva em defesa dos interesses dos grupos transnacionais e da burguesia brasileira a ele associado, e colaborando sobremaneira na articulação do golpe que derrubaria o governo nacional-reformista de João Goulart.

Essa “colaboração” não se restringiu somente as esferas político-institucionais. O apoio financeiro a grupos que se opunham ao governo Goulart, também deve ser levado em consideração. Maria Leopoldi argumenta – citando como fonte o trabalho de Dreiffus – que as Federações e os Centros Industriais promoveram grandes campanhas para arrecadar recursos que financiariam as ações de grupos como o IBAD, de políticos da Ação Democrática Parlamentar (ADEP), do Instituto de Pesquisas e Estudos Econômicos (IPES) e a própria Conclap<sup>62</sup>.

Em suma, o que procuramos analisar nos parágrafos acima é justamente a forma com que a “geração dos cadetes” da FIESP, bem como os *tecno-empresários* brasileiros, se instalam no interior do aparelho estatal e passam a orientar todo o conjunto de projetos político-econômicos que serão implementados no Brasil. Buscamos ainda demonstrar a participação efetiva dessa entidade no interior do complexo social brasileiro, participação está decisiva no processo de constituição do Golpe de 1964.

Importante salientar que estes representavam os interesses do capital monopólico transnacional – principalmente norte-americano – que encontrara aqui durante esse período solo extremamente fértil para extração de mais valia de nossa força de trabalho. Vale lembrar que, a lógica do planejamento, da racionalização e

---

grande relevância – como a pasta da Fazenda -, sendo um dos responsáveis diretos da política econômica traçada para o Brasil durante o regime das casernas.

<sup>62</sup> LEOPOLDI, 2000, p. 89.

da administração técnica serviu, antes de mais nada, como discurso político – mesmo negando-o – pois ocultava da opinião pública em geral os verdadeiros interesses em jogo, contribuindo com isso para a eliminação de todo grupo que a eles se opunham na cena política<sup>63</sup>.

### III. VII – A maturidade

Os anos que marcam aquilo que chamamos “fase adulta” do desenvolvimento da FIESP guardam consigo dois aspectos muito interessantes. O primeiro diz respeito ao desenvolvimento econômico-industrial ocorrido no Brasil durante a ditadura militar: o famigerado período do *Milagre Econômico*. O segundo aspecto nos trás informações sobre o papel da FIESP, enquanto entidade representativa da fração industrial da burguesia – representatividade essa que não se restringe às indústrias nacionais, mas acima de tudo, como descrito nas páginas anteriores, às indústrias transnacionais.

Como já observamos, a FIESP, juntamente com outras entidades e segmentos representativos da burguesia brasileira, apoiaram incondicionalmente o fatídico Golpe de Estado que deu início ao mais recente – e longo – período em que o país esteve sob a “tutela e à mercê” dos militares. Essa é uma característica própria da burguesia brasileira, que traz consigo debilidades genético-estuturais. Todo o desenvolvimento histórico do país é marcado por governos que assumem a

---

<sup>63</sup> Tal estratégia foi tão eficiente que, anos depois, quando do golpe de 31 de março, raras foram as manifestações populares que contestaram – pelo menos inicialmente – a investida militar.

forma política *bonapartista*<sup>64</sup>, como meio possível de garantir seu domínio de classe.

Essa particularidade da burguesia brasileira é assim tratada por A. C. Mazzeo:

Historicamente a burguesia brasileira, desde o surgimento do Estado nacional e determinada por suas debilidades genético-estuturais, orientou sua ação política, assim como organizou o aparelho de Estado, de forma autocrática, oscilando entre a forma política bonapartista e a autocracia institucionalizada. Essa tradição autocrática da burguesia brasileira aparece como determinação de sua base material, isto é, *como produto da via pela qual o capitalismo se objetivou no Brasil*<sup>65</sup>.

Como demonstrado acima, essa será – sempre – “a carta na manga” que a burguesia de nosso país lançará mão, quando a luta política, de alguma maneira, não lhe favorecer. Assim foi em 1889, inaugurando o período republicano, em 1937 com Getúlio Vargas e assim será em 1964, sendo que agora a associação subordinada ao Capital imperialista – principalmente norte-americano – estará totalmente consolidada. Inserido num contexto de reorganização da produção mundial, o Brasil, para poder se integrar à ordem mercadológica do imperialismo, necessitava de estabilidade política, para que a força de trabalho do operário brasileiro pudesse ser sugada com grande tranqüilidade e sem imprevistos de segunda ordem. Essa foi uma iniciativa que aplacaria toda a América Latina, que assistia em seu território na década de 1960 um grande avanço das esquerdas organizadas, avanço este desencadeado pela brava luta dos cubanos em 1959.

Segundo Ruy Mauro Marini:

---

<sup>64</sup> O conceito de “bonapartismo” foi desenvolvido por Karl Marx em sua obra *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Nela o autor aponta que uma das características essenciais dessa forma política de organização do Estado autocrático burguês e a repressão implacável ao movimento operário. Paulo Barsotti em Engels e o Bonapartismo (in Coggiola, Osvaldo (org.). *Marx e Engels na história*. São Paulo, Xamã, 1996), ao discutir a contribuição de Engels no desenvolvimento do conceito de “bonapartismo” – quando este investiga a Alemanha de Bismarck – nos oferece o seguinte esclarecimento: “*Surgido após o fracasso das revoluções de 1848, da vitória da contra-revolução, momento de explicitação da moderna luta de classes e dos limites da burguesia representar o progresso social; o bonapartismo se desenvolve num contexto de acontecimentos extremamente agudos e contraditórios, de expansão e crises econômicas, de guerras civis, de libertação nacional e entre nações, marcado sempre pela repressão brutal do Estado ao movimento operário crescente*”. BARSOTTI, op. cit., p. 231. O grifo é nosso.

<sup>65</sup> MAZZEO, 1999, p. 118.

A reorganização dos sistemas de produção latino-americanos, no quadro da integração imperialista e frente ao recrudescimento das lutas de classe na região, levou à implantação de regimes militares, de corte essencialmente tecnocrático. Sua tarefa é dupla: por um lado, promover os ajustes estruturais necessários e pôr em marcha a nova ordem econômica que a nova ordem imperialista requer; por outro lado, reprimir tanto as aspirações de progresso material como os movimentos de reformulação política produzidos pela ação das massas. Reproduzindo em escala mundial a cooperação antagônica levada a cabo no interior do país, tais regimes estabelecem uma relação de estreita dependência com seu centro hegemônico; os Estados Unidos, ao mesmo tempo que esbarram continuamente com este, em seu desejo de tirar maiores vantagens do processo de reorganização em que se encontram empenhados. Vista em sua perspectiva histórica mais ampla, uma América Latina integrada ao imperialismo é a condição de sobrevivência do sistema imperialista. A superexploração do trabalho em que se funda o imperialismo, sob cujo signo se pretende integrar os países da região, estabelece um descompasso entre a evolução das forças produtivas e as relações de produção que só pode resultar na derrocada do sistema em seu conjunto, com tudo o que ele representa em exploração, destruição e degradação.<sup>66</sup>

Em nosso país, essa forma foi, sem dúvida alguma, muito eficiente. O governo das casernas aqui instalado a partir de 1964, traça seus objetivos através do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), que em linhas gerais podem ser resumidos da seguinte forma: levar o país a um maior crescimento econômico; exercer maior controle sobre a inflação, sobretudo através da contenção de crédito e dos salários; diminuir as diferenças regionais em termos de desenvolvimento; diminuir o déficit de nossa balança de pagamentos, através do incentivo as exportações; atrair capitais estrangeiros, oferecendo-lhes possibilidades de lucros consideráveis.

Do ponto de vista do crescimento econômico, o país deu um grande salto qualitativo e quantitativo. Os dados estatísticos do período não nos deixam dúvidas. Entre 1964 e 1980, o “Brasil pulou do quinquagésimo para o décimo lugar na lista de nações com o maior Produto Interno Bruto; concentrou mais de um quarto de todo o

---

<sup>66</sup> MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. In: BARSOTTI, P. E PERICÁS, L. B. *América Latina: história, idéias e revolução*, São Paulo, Xamã-NET, 1998, p. 125.

desenvolvimento industrial do Terceiro Mundo; ampliou, diversificou e elevou o nível técnico da produção nos campos e nas fábricas”<sup>67</sup>; no tocante as exportações agrícolas, o crescimento mais que dobrou no curto espaço de doze anos: em 1964 esse setor exportava cerca de 9,7% da produção nacional, passando para 22,5% em 1976<sup>68</sup>.

No período áureo do “milagre” (1968 a 1973) a economia brasileira teve um crescimento médio anual de 11%. Segundo Paul Singer:

Esta inflexão foi o resultado de uma mudança na política econômica: o combate a inflação foi dado como vitorioso e a aceleração do crescimento passou a receber máxima prioridade. A partir de 1967, à construção civil foram destinados créditos abundantes do BNH e, em 1968, o seu produto cresceu 23% em relação ao ano anterior. Este foi o início do *boom*, que logo depois envolveu a indústria automobilística e outros ramos produtores de bens duráveis de consumo<sup>69</sup>

De fato, os números nos mostram que durante os governos militares o Brasil deu uma grande arrancada em termos de desenvolvimento econômico. Esse salto só foi possível graças a uma série de fatores conjugados. A estabilidade política alcançada pela burguesia brasileira – através do Golpe – criou condições extremamente favoráveis para uma nova investida do capital imperialista em solo nacional. O investimento – direto e indireto – do capital estrangeiro foi enorme. Bernardo Kucinski, tecendo análise do período, afirma que:

---

<sup>67</sup> *Retrato do Brasil*, n. 1, p. 1. em artigo de Mario Vítor Santos, publicado no jornal Folha de São Paulo, o autor aponta ainda para o crescimento de outros setores: “A capacidade de geração de energia subira de 6MW para mais de 40 MW em 84; a rede rodoviária federal pavimentadas se elevara de pouco mais de 11 mil Km para cerca de 53 mil Km; os telefones instalados, que eram, em 63, 1,2 milhões, chegaram a mais de 10 milhões”. *Folha de São Paulo*, 27/3/1994.

<sup>68</sup> Acrescente a estes dados o fato de o consumo de aparelhos eletrodomésticos alcançar no período citado, um crescimento vertiginoso.

<sup>69</sup> SINGER, Paul. *A crise do “milagre”*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Em 1978, entre as 500 maiores empresas privadas do país, 169 eram estrangeiras: 71 norte-americanas, 22 alemãs, 11 holandesas, 11 italianas, 9 inglesas, etc. Mais ainda, as *multinacionais* detinham 50% do valor total de venda dessas 50 maiores. Entre as 10 maiores, por valor de vendas, apenas a décima não era *multinacional*, e, em termos de faturamento, o quadro não ficava muito melhor: em 1979, entre as 10 empresas que mais faturavam no país, apenas 2 eram nacionais – uma delas a Petrobrás<sup>70</sup>.

Outros fatores devem ser mencionados para que possamos entender o crescimento descrito acima. A situação do mercado internacional era vantajosa, pois as nossas exportações cresciam e algumas das principais mercadorias importadas, encontravam-se com preço reduzido (como é o caso do petróleo); as taxas de juros internacionais também estavam baixas, o que disponibilizava uma maior quantia de capital a ser emprestado. São esses capitais que vão viabilizar grandes investimentos estatais, principalmente no setor de infra-estrutura (produção de energia, construção de rodovias, etc), resultando numa enorme elevação do montante da dívida externa brasileira. Um último fator – e talvez o mais importante – diz respeito à mão de obra brasileira. Calada e disciplinada à força, essa classe não esboçou nenhum tipo de reação ao arrocho salarial imposto pela política econômica dos militares. O barateamento da mão de obra nacional seria fundamental para que todo o sistema de produção brasileiro funcionasse em perfeitas condições – era um de seus pilares de sustentação. Esse quadro só mudaria no final da década de 1970, quando da reorganização do movimento operário e sindical, no ABC Paulista. Nesse momento de crise do capitalismo internacional, o famigerado “milagre” agonizou e o “estômago colado à costela do trabalhador” provocou um ruído que soou por todo o país<sup>71</sup>.

---

<sup>70</sup> KUCINSKI, B. *O que são multinacionais*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 77.

<sup>71</sup> Ao discutir o movimento grevista do ABC no final da década de 1970, J. Chasin afirma que a raiz do arrocho salarial “Evidentemente não é outra do que a própria plataforma econômica do regime implantado em 64, e que recebeu a indecorosa designação propagandística de ‘milagre econômico brasileiro’” CHASIN, J. *As máquinas param, germina a democracia*. in, *Escrita Ensaio*, n. 7. São Paulo, Editora e Livraria Escrita, 1980, p. 110. Cita ainda, um poema de um operário - afixado à

Como já apontado acima, desde o governo de Juscelino Kubitschek, a política econômica do país passou a ser formulada, por uma *intelligentsia empresarial* sócio-subordinada ao capital transnacional. Esses *tecno-brurocratas* passam a intervir e influenciar sobremaneira nos rumos do desenvolvimento econômico brasileiro. A FIESP, nesse contexto, vai perdendo espaço político enquanto entidade representativa da fração industrial da burguesia brasileira, mesmo porque, os seus principais quadros são formados, agora, por “agentes” do imperialismo – principalmente norte-americano.

Apesar do incondicional apoio ao Golpe de 1º de Abril, o papel dessa e de outras entidades industriais do país, vai ser, progressivamente, diminuído.

É verdade que a indústria tirou grande proveito do período descrito como *Milagre Econômico*. Porém, suas entidades de classe – que ainda se pautavam no esquema corporativo – perderam em representatividade. Podemos apontar para dois fatores como sendo os responsáveis por esse enfraquecimento. O primeiro diz respeito ao crescente número de entidades setoriais que foram criadas a partir dos anos J.K. Como analisado nas páginas anteriores, esse processo colocou em “xeque” todo o esquema de representação piramidal (CNI, federações regionais da indústria e sindicatos únicos) criado em 1939. Além disso, a presença dos *tecno-burocratas* no interior do Estado vai se intensificar – cada vez mais – com os militares, sendo que não havia espaço para pressões políticas por parte das entidades – mesmo porque os industriais, até meados dos anos 1970, vão alcançar grandes vantagens para seus negócios, sendo que só começariam a se manifestar a partir da *crise do milagre*:

---

entrada do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo – para apontar um dos motivos da greve, o estômago vazio: “Anote senhor secretário / E peça pro escrivão / Remeta ao juiz de plantão / E diga ao encarregado / Da sindicância que investiga / Que a causa desta paragem / É a nossa barriga vazia”. Ibidem, p. 115. Também, Cf. SINGER, 1977.

(...) O regime militar fragilizou ainda mais as entidades oficiais, quer pela intervenção feita em 1964 na CNI, quer pelo fato de que a política econômica passou a ser formulada por tecnocratas em gabinetes, sem que os industriais tivessem capacidade de pressionar a equipe econômica. (...) A indústria beneficiou-se com o período do 'milagre econômico', mas as suas entidades de classe corporativas permaneceram sem representatividade. Enquanto isso, as associações paralelas, de caráter extracorporativo, continuavam ativas, evidenciando que o corporativismo das federações unitárias dera lugar a um pluralismo setorial (...) <sup>72</sup>.

Podemos afirmar, portanto, que o regime militar vai explicitar o esgotamento do modelo de representatividade corporativo, iniciado nos anos de 1930. As entidades industriais, e, no que diz respeito, a FIESP, vão dimensionar tal problema, sendo que a partir de meados dos anos 1970, passam a defender uma atuação renovada.

Essa nova postura da entidade reflete, além do descrito acima, o momento histórico pelo qual o país passava, qual seja, o arrefecimento do modelo econômico-político implementado pelos militares.

Se é verdade que a ditadura conseguiu consolidar o parque industrial brasileiro, com a estruturação de um parque altamente complexo, diversificado e integrado, é também verdadeira a afirmação que as conseqüências sociais e econômicas para o conjunto da classe trabalhadora foram desastrosas. A partir de meados da década de 1970 os problemas sociais se agravaram; a crescente concentração de renda, bem como o crescimento da pobreza e das desigualdades regionais, começavam a criar tensões no interior do regime, que redundariam, como citado anteriormente, na reorganização dos trabalhadores. Junte-se a estes o fato de o processo inflacionário retomar ritmos alarmantes e a economia entrar em franca

---

<sup>72</sup> LEOPOLDI, 2000, p. 90.

desaceleração. O também crescente endividamento – externo e interno – completavam o cenário de crise que pôs termo ao *milagre*<sup>73</sup>.

Nesse mesmo período, o mundo começa a assistir um intensivo e extensivo processo de reestruturação das economias mundiais. Iniciado pelos governos dos Estados Unidos e da Inglaterra, tendo à frente o presidente Reagan e a primeiro ministro Thatcher, respectivamente, esse novo momento do processo de acumulação capitalista passou a ser denominado – sem, contudo uma grande circunspeção – *neoliberalismo*, como demonstrado quando tratamos da década de 1990.

A partir de 1974, passamos a observar uma “certa” guinada na atuação patronal em relação às diretrizes dos militares para o Brasil. É preciso ponderar que essa inflexão não foi, de maneira alguma, radical, pois em nenhum momento as entidades representativas da burguesia industrial – entre elas a FIESP – se colocaram como inimigas ou opositoras – na acepção política do conceito – ao regime estabelecido. O que passam a reivindicar é um maior incentivo e proteção aos seus representados, seja na forma de liberação de créditos ou de benefícios fiscais, o que só reafirma o historicamente discutido nesse trabalho, ou seja, o caráter subordinado e incompleto da burguesia brasileira.

Essa nova movimentação passa a ganhar força a partir da campanha antiestatização de 1974-76. Uma nova geração de líderes empresariais vai ser formada, sendo que estes passam a defender uma postura com certo grau de distanciamento do regime militar. Entre os principais líderes estavam os empresários ligados aos sindicatos que não se enquadravam na estrutura corporativa, sendo eles

---

<sup>73</sup> POCHMANN, Marcio. Sindicalismo Patronal Brasileiro: auge e declínio. In: Revista SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, v.12/ nº.1/. São Paulo: SEADE, Jan-Mar 1998.

os responsáveis pela criação de uma base de discussão e reivindicações em torno da defesa do retorno à forma *autocrática legalizada*.

Segundo Pochmann, esse distanciamento se precipitou com a saída de Severo Gomes do governo em 1977, pois este fato teria contribuído “(...) para criar um ambiente de renovação de lideranças nas entidades tradicionais integradas à estrutura corporativa(...)”<sup>74</sup>.

As novas lideranças eram ligadas, sobretudo, aos setores que haviam se desenvolvido recentemente no país – especificamente, em São Paulo. Seus principais representantes derivavam, das empresas de bens de capital e de eletroeletrônicos. O grupo renovador desempenhou um papel disruptivo nas entidades representativas dos industriais, o que possibilitou a projeção de políticos identificados com as aspirações do empresariado brasileiro, tais como o ministro Dílson Funaro, que viria a ocupar a pasta da Fazenda durante o governo Sarney<sup>75</sup>.

Na FIESP, tais mudanças puderam ser observadas com a eleição do empresário Luís Eulálio Bueno Vidigal. Como presidente da instituição, rompe com o tipo de gestão levada no período 1966-80 por Theobaldo de Nigris, marcada pela subserviência política à estrutura corporativa. Inicia uma fase de envolvimento com as esferas sociais e governamentais, estimulando um debate amparado no discurso da redemocratização política do país, redemocratização esta que devia levar em conta – impreterivelmente – a posição e a participação dos empresários brasileiros, a livre iniciativa e as negociações coletivas de trabalho<sup>76</sup>.

Com relação ao recrudescimento do movimento operário e sindical, Pochmann aponta que os empresários em geral, se dividiram em dois blocos;

---

<sup>74</sup> POCHMANN, 1998, p. 106.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 106, ver nota 5. Dílson Funaro exerceu atividade industrial em São Paulo, no setor de brinquedos.

<sup>76</sup> POCHMANN, 1998, p. 106.

àqueles que apelaram para a estrutura estabelecida pelo regime militar, apoiando a truculenta repressão policial contra qualquer tipo de manifestação dos trabalhadores – postura ideológica esta verificada desde o início do processo de industrialização no país, qual seja, tratar os movimentos sindicais como “caso de polícia”; e um segundo bloco, que vinha apoiando uma postura inovadora, incentivando a modernização dos sindicatos, para dar respostas ao movimento do Trabalho organizado com a criação de novas assessorias jurídicas, políticas, econômicas e sindicais, que teriam o papel de fornecer os respectivos subsídios para as contendas entre Capital e Trabalho, no final dos anos 1970. No plano político, este segundo grupo voltou a lançar mão do *lobby*. A maior intensidade desse artifício político pôde ser verificada junto aos ministérios da Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura e Trabalho.

A década de 1980 pode ser caracterizada como um período de continuidade na trajetória trágica da economia brasileira, iniciada na década anterior. As tentativas por parte do último representante das casernas (o General João Batista de Oliveira Figueiredo) de saneamento econômico redundaram em fracasso, pois, novamente, pautou-se no endividamento junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) como forma de angariar recursos. Essa prática teve como resultado o agravamento da situação econômica do país, pois para cumprir as metas embutidas nos acordos assinados com o Fundo, seria necessário continuar com uma política-econômica recessiva, o que desagradaria os setores empresariais. Mesmo apresentando uma significativa recuperação a partir de 1985, a economia brasileira se demonstrava extremamente frágil, pois esse crescimento foi proveniente do bom desempenho de nossa balança comercial, graças às condições favoráveis do mercado internacional.

Quando, a partir do final da década, as exportações brasileiras começam a declinar, a inflação volta a alcançar índices elevadíssimos<sup>77</sup>.

De sua parte, os empresários passam a se organizar através do Fórum da Gazeta Mercantil, organização que reunia os mais votados líderes empresariais do país à época. Porém, a atuação desse fórum foi limitada, pois se restringiu a tecer pronunciamentos e marcar sua posição contrária à conduta política econômica adotada pelo governo federal.

Novamente é preciso chamar a atenção para o tipo de oposição – quando existia – dessa liderança renovada. Enquadrava-se numa postura que acima denominamos “oposição ponderada”, pois esse posicionamento não os colocava como opositores ferrenhos do regime. O pragmatismo diplomático herdado das antigas lideranças, sempre foi uma marca presente das lideranças empresariais, mesmo nesse novo contexto.

Com o advento da Nova República, em 1986, o país iniciara um novo ciclo de organização política pautada na forma *autocrática legalizada*. A expectativa criada em torno das eleições que definiriam os parlamentares responsáveis pela discussão e respectiva redação da nova Carta Constitucional, fez com que as várias classes sociais, através de suas entidades representativas, passassem a atuar com maior afinco na defesa de seus interesses. No entanto, tanto a burguesia brasileira, como a classe trabalhadora, não apresentaram nenhum projeto de reordenamento, ou de rompimento com a lógica de subordinação e a postura de apêndice que a economia de nosso país sempre manteve – e mantêm – com relação aos impérios centrais do capitalismo mundial – a primeira por conta de sua incompletude e herança colonial, a

---

<sup>77</sup> Cf. CARNEIRO, R. (org.). *Política econômica da Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

segunda pela incapacidade de análise da realidade concreta do país e consecutiva atuação reformista<sup>78</sup>.

Com relação aos empresários em geral, e aos industriais em específico, estes intensificaram as negociações compartmentalizadas, ou seja, cada vez mais os setores empresariais vão procurar esferas específicas do governo como forma de alcançar seus objetivos. Esse fato só veio reforçar uma tendência que nós já apontamos, qual seja, a acentuada fragmentação da representatividade, fato este, como veremos a frente, que colocou em cheque toda forma de representatividade empresarial, pois ao invés de unir em torno dos mesmos interesses, dividia de acordo com interesses de cada setor<sup>79</sup>. Outra característica do período é o crescente número de deputados eleitos para a Assembléia Nacional Constituinte que se identificavam com as propostas empresariais.

No que diz respeito à representatividade sindical, a Constituição Federal de 1988 manteve a antiga estrutura corporativista, o que favoreceu o aumento do número de sindicatos patronais. Segundo Pochmann,

(...) A manutenção das formas tradicionais de representação patronal, com acesso restrito às esferas estratégicas do governo para negociações de interesses setoriais, garantiu as condições básicas para a formação de novos sindicatos. Talvez por isso, o aumento continuado do número de sindicatos patronais revele a constante necessidade de fragmentação da estrutura sindical, como

---

<sup>78</sup> Por esse motivo, Chasin, ao analisar a processualidade histórica que se desenvolvia na década de 1980, bem como o processo de sucessão eleitoral de 1989, qualifica os partidos de oposição como partidos que possuíam uma postura “na” esquerda e não “de” esquerda. Ao analisar as lutas de classes no século XIX, Marx vai qualificar como uma posição política “de” esquerda, aquela que questiona de maneira radical a ordem existente e que propõe em termos reais uma sociedade pautada em novo modo de produção. Partindo dessa concepção, Chasin apontará que os partidos de oposição no Brasil contemporâneo, nada mais fazem do que uma oposição – muitas vezes impregnada com características de um praticismo espontâneo – às alianças políticas que passam a governar o país, sem acenar com um projeto revolucionário-concreto para o conjunto da sociedade brasileira. CHASIN, J. *A sucessão na crise e a crise na esquerda*, in, *Revista Ensaio*, nº 17/18. São Paulo, Editora Ensaio, 1989.

<sup>79</sup> Pochmann afirma que, “mesmo com a tentativa inglória da criação de uma entidade que congregasse todo o setor empresarial (União Brasileira dos Empresários, 1987)”, essa tendência se manteve. POCHMANN, 1998, p. 107.

marca da garantia de uma representação constituída com base na expressão dos interesses setoriais e localizados<sup>80</sup>.

Contudo, podemos observar durante os anos de 1980, que as entidades representativas da burguesia brasileira continuaram com sua tendência à renovação, iniciada na década anterior. Nesse período observamos uma contínua preocupação com a renovação de seus quadros técnicos, de assessorias e de suas lideranças sindicais – devido, inclusive, ao avanço do movimento sindical na esquerda. Entre as ações mais importantes, podemos citar: a criação de centros de informações e de pesquisas sistemáticas sobre economia e relações de trabalho; a capacitação de assessores voltados à prática da negociação coletiva e ao ajuizamento de dissídios coletivos na Justiça do Trabalho; o apoio a políticos que representassem os interesses patronais, tais como Albano Franco, Guilherme Afif Domingos, Tasso Jereissati, entre outros; e a criação de entidades de cúpula, que objetivavam a homogeneização das atuações (União Brasileira dos Empresários, Movimento Nacional pela Livre Iniciativa, Grupo de Mobilização Permanente e Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE<sup>81</sup>). A forma utilizada para divulgar seus interesses e posicionamentos econômico-políticos, variava entre os boletins e jornais das próprias entidades, bem como, através de campanhas na grande mídia<sup>82</sup>.

Essa foi, portanto, a trajetória da FIESP. Procuramos analisar os nexos causais da processualidade histórica que deram origem a esta entidade, bem como sua atuação junto à realidade brasileira nos sessenta anos que separam o momento de sua criação, até o início da década de 1990.

---

<sup>80</sup> Pochmann nos oferece os números desse crescimento.

<sup>81</sup> Mesmo com a criação dessas novas formas de organização, a FIESP reivindicava o monopólio da representação empresarial. Essa postura se desdobrou através da crítica que a FIESP passa a fazer ao PNBE, sendo que estes respondem demonstrando toda a fragilidade, ineficácia e desatualização da estrutura representativa mantida pela entidade paulista. Para maior aprofundamento sobre a questão Cf. BIANCHI, Álvaro. *Hegemonia em construção: a trajetória do PNBE*. São Paulo: Xamã, 2001.

<sup>82</sup> POCHMANN, 1998, p. 107-108.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### O “PACTO” COM MEFISTÓFELES

O drama representado por Johann Wolfgang von Goethe em uma de suas obras de maior envergadura intelectual, *Fausto*, é sem dúvida, o dilema e a tragédia da humanidade que passa a viver sob a égide do modo de produção capitalista. Nessa forma de organização sóciometabólica onde “(...) a riqueza das sociedades (...) aparece como ‘uma imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar (...)”<sup>1</sup>, esta (a mercadoria) se consubstancia de maneira independente e autônoma ao sujeito que a produz (o homem), sendo que a lógica da produção da mesma passa a determinar a lógica das relações humanas, em todas as suas esferas de organização. Karl Marx, de maneira brilhante e radical (na acepção mais exata que o termo expressa) nos demonstra que a forma capitalista de organização social transforma tudo em mercadoria, sendo que isso só foi possível a partir da ação historicamente revolucionária da burguesia. Essa classe surge,

---

<sup>1</sup> MARX, Karl. *O Capital*, vol. 1, tomo 1, cap. 1, São Paulo, Abril Cultural, 1983, p 45.

portanto, como vanguarda de um processo histórico de intensas transformações, pervertendo toda a ordem sociometabólica até então estabelecida, sendo que a necessidade de expansão – inerente ao novo modo de produção – só vai encontrar “limites” quando atingir todo o planeta.

Todo tipo de atividade profissional é transmutada à forma de trabalho assalariado, por mais importante e reverenciada que algumas destas formas pudessem ser em formas de sociabilidade passadas. As relações de troca reguladas pelo dinheiro passam a predominar, e para que esta nova forma de organização sociometabólica possa se perpetuar, é necessário que a burguesia mantenha uma constante revolução nos meios produtivos necessários à produção do elemento primordial das sociedades em que “imperava o modo de produção capitalista”, a mercadoria<sup>2</sup>

Pois bem, é justamente esse o drama faustiano – e também do próprio Goethe: como pode o ser humano se realizar, enquanto tal, em sua plenitude, sendo que este está inserido dentro de uma lógica de organização social que transforma a tudo e a todos em mercadorias; onde tudo é mensurável através do seu valor monetário; onde as relações entre os homens são, antes de mais nada, relações coisificadas e determinadas pelo “Ter” e não pelo “Ser”; onde o homem “deixa” de ser *a medida de todas as coisas* e o Capital – entendido como relação social – passa a ocupar tal posição; como pode o Homem orientar suas ações mais

---

<sup>2</sup> MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*, in *Obras Escolhidas*, vol. 1. São Paulo, Alfa-Ômega, p. 24. “A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas veneráveis e encaradas com piedoso respeito. Do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio fez seus servidores assalariados. A burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a simples relações monetárias. A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. (...) Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se ossificar. Tudo que era sólido e estável se esfumaça, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas”.

elementares da vida cotidiana através daquilo que Georg Lukács denominou como o *domínio da razão*, sendo que aquele está inserido num mundo em que o imperativo da mercadoria é o que prevalece e determina tais relações?

Não temos a pretensão – e nem é esse o nosso intento nessas palavras conclusivas de nosso trabalho – de elaborar uma análise literária da obra *Fausto*, de Goethe. O que pretendemos é traçar alguns paralelos, de forma *metafórica*, entre os dilemas do personagem Fausto e a trajetória histórica da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Em toda a primeira parte da peça o autor descreve o pacto de Fausto com Mefistófeles, pacto este estabelecido devido à ânsia de saber e pela sede de gozar os prazeres da vida, que o nosso herói tanto almeja. Este possui a consciência das limitações – inclusive físicas e de temporalidade – da existência humana; percebe a já crescente *compartimentalização* do saber exigida pelas especificidades técnicas da sociedade capitalista; percebe ainda, a impossibilidade da realização das potencialidades humanas em sua totalidade, bem como a degeneração e a fragmentação que o mesmo carrega consigo no mundo moderno. Nas palavras do próprio Fausto:

Ai de mim! da filosofia, / Medicina, jurisprudência, / E, mísero eu! da teologia, / O estudo fiz, com máxima insistência. / Pobre simplório, aqui estou / E sábio como dantes sou! / De doutor tenho o nome e mestre em artes, / E levo dez anos por estas partes, / Pra cá e lá, aqui ou acolá / Os meus discípulos pelo nariz. / E vejo-o, não sabemos nada! / Deixa-me a mente amargurada. (...) / (...) Mas mata-me o prazer no peito; / Não julgo algo saber direito, / Que leva aos homens uma luz que seja / Edificante ou benfazeja. / Nem de ouro e bens sou possuidor, / Ou de terreal fama e esplendor; / Um cão assim não viveria; (...) / (...) E inda não vês por que, em teu seio, / O coração se te comprime? / Por que um inexplicado anseio / Da vida a flama em ti reprime? / Em vez da viva natureza, / Em que

criou Deus os mortais, / De crânios cerca-te a impureza, / De ossadas de homens e animais. (...)³.

Pois bem, é diante desse drama que Fausto faz um acordo com o Diabo (Mifistófeles). Firma o acordo com o próprio sangue, para que possa alcançar tudo aquilo que, como reles mortal, não obteria. Mefistófeles representa o que de mais vil existe na raça humana; valoriza sobremaneira os prazeres dos sentidos, da carne, em oposição ao *domínio da razão*. É a afirmação apologética do “reino do irracional”:

#### MEFISTÓFELES

Daquilo que aos sentidos praz, / Numa hora, mais desfrutarás / Do que, em geral, num ano inteiro. / Dos meigos gênios os cantares, / Os lindos quadros que diluem nos ares, / Não são mendaz, mágica folga. / O teu olfato se há de deliciar, / Distrai-se, após, teu paladar, / E teu sentir, enfim, se empolga. / O prólogo sem mais se abstrai, / Estamos juntos, principai!⁴.

É assim então que Fausto passa a obter tudo aquilo que deseja. Com a ajuda de Mefistófeles – que não poupa nenhum tipo de artimanha para alcançar seus fins, mesmo que para isso seja preciso humilhar e até mesmo matar a outros que lhe cruzem o caminho – seduz Margarida. Porém, após ter um filho com a jovem, a abandona. Insânia, Margarida sacrifica o filho, tendo como fim trágico de seu personagem, a morte na prisão, nos braços de Fausto.

Na segunda parte do livro, Goethe desenvolve a trama de forma a afirmar o imperativo da razão humana. Nesse momento, representa-se a aposta entre Deus e Mefistófeles, onde o primeiro defende a tese de que Fausto se salvará, ao passo que o segundo deseja degradar o herói à condição abjeta de uma besta. Fausto vai ser salvo, pois o que o autor reafirma é a capacidade racional de o ser humano

---

³ GOETHE, Johann Wolfgang von. *FAUSTO*. Belo Horizonte – Rio de Janeiro. Villa Rica Editoras Reunidas Ltda, 1991, p. 41-42.

⁴ GOETHE, 1991, p. 75.

tomar em suas mãos o controle de suas próprias vidas. No prefácio à edição de 1991, Antônio Houaiss nos trás a seguinte colaboração:

Fausto é nela o símbolo da humanidade, que erra enquanto age, mas que deve agir para atingir o ideal que ela mesma entreviu. Fausto é salvo porque jamais cessou de tender para um ideal. Capsularmente, é essa uma síntese mínima e despojadíssima da ossatura ideológica do poema-drama, sob muitos aspectos *sui generis* na literatura universal, seguramente uma das dez obras basilares da humanidade verbalizada.<sup>5</sup>

Cabe agora a indagação central dessa nossa apresentação: de que forma o desenvolvimento histórico da FIESP pode ser comparado ao drama de *Fausto*?

A FIESP é criada em 1931. Surge da necessidade econômica e política da fração industrial burguesa se organizar e se erigir enquanto tal. Toda movimentação anterior à sua criação possuiu um caráter eminentemente efêmero; instituições setorializadas que lutavam por interesses específicos e que, geralmente, perdiam sua importância e influência na medida em que as contendas que estimularam suas criações eram equacionadas.

Com a instituição paulista o processo é outro. Sua organização se dá no momento histórico em que a Região Sudeste – e, conseqüentemente, o Estado de São Paulo – passa a se configurar como principal pólo econômico do país. O Brasil acabará de passar por um processo de substituição de importações – o que deu um certo estímulo à atividade industrial interna – e sentia ainda os efeitos da Crise de 1929. Na política, a burguesia rural cedia espaço – à força – para as frações urbanas dessa classe. O empuxo reformador do Golpe de 1930 acenava para uma nova era onde a industrialização do país seria a meta a ser alcançada.

No entanto, é preciso observar que todo essa processualidade histórica não rompe, em aspecto algum, a lógica de organização econômica e política estabelecida no Brasil, a partir de sua colonização pelos portugueses. Pelo contrário,

---

<sup>5</sup> Ibidem, p. 18.

esse “novo” momento, mantém de forma indelével os *Sentidos da Colonização*. Nessa lógica, o Brasil enquanto nação surge como país periférico, onde sua economia está subordinada diretamente aos pólos centrais europeus, obedecendo – de maneira subordinada – à lógica que no velho continente impera, a saber, a da acumulação e produção capitalistas. As classes que aqui vão se constituir como proprietárias serão “sócias-menores” (ou sócias-subordinadas) do capital comercial europeu. A economia nacional servirá como apêndice dos grandes centros, sendo que a produção – e, portanto, a lógica que a faz assim – destinar-se-á sempre ao mercado externo. Segundo Antonio Carlos Mazzeo:

Reafirma-se, assim, o caminho colonial das formas de sociabilidade do capitalismo brasileiro, que, desde suas origens, organizou-se como uma economia complementar dos centros econômicos ativos ocidentais, tendo sido, num primeiro momento, forma econômico-social – de caráter histórico-particular – de impulsionamento do processo de acumulação primitiva de capitais, no período mercantil-escravista e, posteriormente, exportador de matérias-primas para a produção industrial dos centros desenvolvidos do capitalismo, ao longo da primeira metade do século XX<sup>6</sup>.

Essa forma específica de objetivação do capitalismo no Brasil deve ser levada em conta se pretendemos entender os nexos causais que constituem a tecitura histórico-social brasileira.

No que diz respeito à industrialização no país, essa se completará de forma *hiper-tardia*, como a conceituou José Chasin, característica essa derivada da forma particular de inserção brasileira na fase imperialista de desenvolvimento do Capital. É nessa conjuntura que a FIESP é criada. Como aspecto particular, essa instituição trás como “marca de nascença” a fragilidade de uma burguesia industrial que se desenvolve às custas e através do Estado; dependente, desde sempre, de

---

<sup>6</sup> MAZZEO, 1999, p. 107. Ao elaborar tal análise, Mazzeo descreve o período pós-1945. No entanto, o escopo teórico desse autor está afinado no mesmo diapasão analítico de Caio Prado Junior, o que reforça nossa argumentação.

mecanismos de proteção legais – tais como as tarifas aduaneiras e as políticas monetárias – pois se desenvolve, enquanto tal, num contexto de incompletude sócio-histórica (*via não-clássica*), onde a iniciativa estatal vai fazer às vezes de agente propulsor de mudanças econômico-políticas.

As primeiras gerações de líderes da FIESP, se assim podemos dizer, vislumbram de alguma forma um projeto industrial com relativa autonomia. Os primeiros presidentes que passaram pela entidade, tais como Roberto Simonsen, tinham clareza que era preciso manter a representatividade e a coesão de seus associados, pois só assim, segundo eles, aglutinariam forças para angariar seus objetivos. Faltavam-lhes a clareza da análise do desenvolvimento sócio-histórico brasileiro, bem como o ímpeto de uma classe revolucionária, o que gerou uma interpretação equivocada da realidade que viveram, não podendo assim, encaminhar propostas, seja de caráter político, seja de caráter econômico, que movimentassem todo o contexto social no sentido de romper com os *Sentidos da Colonização*.

Assim que essa primeira geração foi substituída, o “pacto com o Diabo” se consubstanciou. A entidade passou a abrigar em seu interior agentes internacionais do Capital, *A Geração dos Cadetes da FIESP*. Não podia ser diferente; uma entidade que foi criada como forma de representatividade da fração industrial da burguesia do principal centro econômico do país, não podia se ver livre de todas as vicissitudes e determinantes históricos que a própria forma específica de constituição dessa classe trazia consigo, desde sua gênese colonial.

Sendo assim, “vender a alma” a Mefistófeles foi só um momento a mais na luta pela afirmação de uma burguesia de caráter hiper-atrofiado, sócia-subordinada ao Capital imperialista, confirmando assim a sua incompletude histórica.

Porém, como afirmamos acima, o personagem central de Goethe, Fausto, é salvo pela “luz da Razão”, representada pela figura de Deus no romance. E a FIESP “foi”, ou “será”, salva por quem? Eis a grande diferença do drama de Fausto para a tragédia da FIESP. Esta não pode se livrar do “pacto de sangue”, pois a razão de ser e ir sendo da processualidade histórica brasileira se expressa, até o momento presente, nos mesmos padrões descritos anteriormente.

O que procuramos demonstrar na análise que empreendemos do projeto econômico-social da FIESP para o Brasil, através da análise do documento *Livres para crescer – proposta para um Brasil moderno*, bem como de todo histórico da entidade, é que esta, em momento algum rompe com o caráter de subordinação da burguesia brasileira junto aos pólos centrais do Capital. Muito pelo contrário, a década de 1990 revela a reafirmação dessa forma de ser.

Todo o processo de reestruturação econômica, bem como as reformas pelas quais o Estado brasileiro vem passando desde o início da década supra-citada, processo este avaliado incondicionalmente pela burguesia do país, bem como pela fração de classe industrial que a FIESP representa, é a reafirmação do *Sentido da Colonização*, marca histórica da via particular de entificação/objetivação do capitalismo no Brasil. Demonstra também os limites da forma legalizada da *autocracia burguesa*, negando e impedindo qualquer forma de desenvolvimento democrático-nacional.

Nesse processo, os grupos mais à esquerda do contexto político no país foram calados, tanto na iniciativa privada, como no interior do funcionalismo público. O último grande golpe contra essa organização foi a reforma da previdência do setor público, esta já sob o comando do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Por possuir uma identidade histórica vinculada ao movimento dos trabalhadores, o PT ao chegar

ao poder contou com o aval das principais centrais sindicais do país, principalmente a CUT. Tal cooptação vem rendendo grandes frutos para o projeto desse governo, que em nada se diferencia do governo FHC, pelo contrário, repõe – com maior eficiência em algumas questões, como a reforma citada acima – a agenda político-econômica do capital mundializado.

Seja através da crítica voraz das baionetas, seja através de programas de reestruturação graduais, a burguesia internamente instalada vem mantendo a hegemonia de seu projeto econômico-social no Brasil. Esse possui novas particularidades, porém, estas não rompem de nenhuma maneira a lógica do desenvolvimento capitalista no Brasil que, desde sua ontogênese, assume um papel de subordinação e dependência, onde a burguesia “nacional”, em todas as suas frações, reproduz a sua condição de incompletude e debilidade históricas.

O debate sobre a superação de tais características imanentes da burguesia internamente instalada no país, deve passar, necessariamente, pela superação do *Sentido da Colonização*, presentes na *via prussiano-colonial* de desenvolvimento econômico-social. Ao analisarmos o *complexo de complexos* que constituíram e constituem o histórico particular da FIESP, bem como a totalidade em que esta se insere, procuramos contribuir para esse debate, pois a compreensão ontológica do desenvolvimento histórico-social do Brasil se faz mister no processo de reposição e reestruturação da luta revolucionária em direção à emancipação humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. “Balanço do neoliberalismo”, in: SADER, E. & GENTILI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BARSOTTI, P. “Engels e o bonapartismo”, in: COGGIOLA, O. (org.). *Marx e Engels na história*. São Paulo: Xamã, 1996.

BIANCHI, Álvaro. *Hegemonia em construção: a trajetória do PNBE*. São Paulo: Xamã, 2001.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado – Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

CARNEIRO, R. (org.). *Política econômica da Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARONE, E. *A República Velha: instituições e classes sociais*. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1975.

\_\_\_\_\_. *O tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975.

\_\_\_\_\_. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.

CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. “As máquinas param, germina a democracia!”, in: *Escrita Ensaio*. Ano IV, nº 7. São Paulo: Editora e Livraria Escrita Ltda, 1980.

\_\_\_\_\_. “A ‘Politicização’ da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico”, in: *Temas*, vol. 2. São Paulo: Grijalbo, 1977.

\_\_\_\_\_. “Conquistar a Democracia pela Base”, in: *Temas*, vol. 6. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. “A sucessão na crise e a crise na esquerda”, in: *Revista Ensaio*, nº 17/18. São Paulo: Editora Ensaio, 1989.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, C. N. “Uma via ‘não-clássica’ para o capitalismo”, in: D’INCAO, M. A. (org.) *História e ideal – ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Editora Brasiliense/Editora Unesp/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Edição de Ouro.

DÓRIA, C. A. *O cangaço*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DREIFUSS, R. A. *1964 a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

ENGELS, F. *Las guerras campesinas em Alemania*. Buenos Aires: Editorial Andes, 1970.

\_\_\_\_\_. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. In: *Marx/Engels – Obras escolhidas*. Vol. 3. São Paulo, Editora Alfa-Omega, s/d.

\_\_\_\_\_. “Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico”, in: *Marx/Engels – Obras Escolhidas*, vol. 2. São Paulo, Editora Alfa-Omega, s/d.

FAUSTO, B. *A revolução de 1930*. 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

FIESP. *Livres para crescer: proposta para um Brasil moderno*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990.

FIORI, José Luís. *Os Moedeiros Falsos*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *Ô Abre-Alas – A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. *A era do globalismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOETHE, J. W. *Fausto*. Belo Horizonte: Villa Rica, 1991.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Col. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra: 1995.

KUCINSKI, B. *O que são multinacionais*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.

LESBAUPIN, Ivo. *O Desmonte da Nação – Balanço do governo FHC*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

LENIN, V. I. “Las tres fuentes y las tres partes integrantes del marxismo”, in: *Obras Completas*. Tomo XXIII. Moscou: Editora Progresso, 1984.

\_\_\_\_\_. “La Revolucion Socialista y el Derecho de las Naciones a la Autodeterminacion”, in: *Obras Completas*. Tomo XXV. Moscou: Editora Progresso, Moscou, 1984.

\_\_\_\_\_. “El Programa Agrário de la Socialdemocracia en la Primeira Revolucion Rusa de 1905-1907”, in: *Obras Completas*. Tomo XVI. Moscou: Editora Progresso, 1983.

LEOPOLDI, M. A. P. *Política e interesses na industrialização brasileira. As associações Industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LIST, Georg F. *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LUKÁCS, G. *Goethe y su época*. Barcelona: Grijalbo, 1968.

\_\_\_\_\_. *El asalto a la razon*. Barcelona: Grijalbo, 1968.

\_\_\_\_\_. *Introdução a uma estética marxista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MANDEL, E. *A Crise do Capital: Os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio/Editora da Unicamp, 1990

MARINI, R. M. "Subdesenvolvimento e revolução". In: BARSOTTI, P. & PERICÁS, L. B. (orgs). *América Latina – história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã/NET, 1998.

MARX, K. *O capital*. Vol. 1. Livro Primeiro. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. *O capital*. Livro Primeiro. Cap. VI (inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel – introdução*. In: *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.

\_\_\_\_\_. *Manifesto do Partido Comunista*. In: *Marx/Engels – Obras escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d.

\_\_\_\_\_. *Prefácio à "Contribuição à crítica da economia política"*. In: *Marx/Engels – Obras escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d.

\_\_\_\_\_. *Crítica ao Programa de Gotha*. In: *Marx/Engels – Obras escolhidas*. Vol. 2. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d.

\_\_\_\_\_. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada. A política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Unesp-Marília-Publicações/Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. *Estado e burguesia no Brasil – origens da autocracia burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

\_\_\_\_\_. *Notas sobre o “modo de produção escravista colonial”*. In: *Nova escrita ensaio*. Ano IV, nº 8. São Paulo: Editora e Livraria Escrita Ltda, 1980.

MELLO, João M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: UNICAMP/Boitempo, 2002.

NETTO, J. P. *Democracia e transição socialista – escritos de teoria política*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

PILETTI, N. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

POCHMANN, Marcio. *Sindicalismo Patronal Brasileiro: auge e declínio*. In: *Revista SÃO PAULO EM PERSPECTIVA*, v.12/ nº.1/. São Paulo: SEADE, Jan-Mar 1998.

PRADO JR., C. *A revolução brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

\_\_\_\_\_. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

\_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. 42ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. “História e desenvolvimento”, in: IGLÉSIAS, F. (org). *Caio Prado Junior*. São Paulo: Ática, 1982.

RODRIGUES, M. A. B. “Particularidade e objetivação do capitalismo”. In: *Nova escrita ensaio*. Ano IV, nº 8. São Paulo: Editora e Livraria Escrita Ltda, 1980.

SANTOS, J. R. dos. *História do Brasil*. São Paulo: Marco Editorial, 1979.

SILVA, M. A. da. *Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SINGER, P. *A crise do “milagre”*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

SODRÉ, N. W. *A coluna Prestes*. São Paulo: Círculo do Livro.

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira, origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TOTA, A. P. *Contestado: a guerra do novo mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TREVISAN, M. J. *50 anos em 5... A FIESP e o desenvolvimentismo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

## **JORNAIS E REVISTAS**

Folha de São Paulo, década de 90.

O Estado de São Paulo, década de 90.

*Revista da Indústria*, ANO II – Nº6 – ABR/JUN – 1993.

*Revista da Indústria*, 8 DE JULHO DE 1996.

*Notícias*, 10 DE MAIO DE 1993.

*Notícias*, 17 DE MAIO DE 1993.

*Notícias*, 21 DE JUNHO DE 1993.

*Notícias*, 9 DE AGOSTO DE 1993.

*Notícias*, 30 DE AGOSTO DE 1993.

*Notícias*, 16 DE NOVEMBRO DE 1993.

*Notícias*, 6 DE DEZEMBRO DE 1993.

*Notícias*, 10 DE JANEIRO DE 1994.

*Notícias*, 17 DE JANEIRO DE 1994.

*Notícias*, 28 DE FEVEREIRO DE 1994.

*Notícias*, 28 de março de 1994.

*Notícias*, 29 DE MAIO DE 1995.

*Notícias*, 23 DE OUTUBRO DE 1995.

*Notícias*, 4 DE DEZEMBRO DE 1995.

*Notícias*, 15 DE JULHO DE 1996.

*Notícias*, 16 DE SETEMBRO DE 1996.

*Notícias*, 30 DE SETEMBRO DE 1996.

*Primeira Leitura*, ed. Nº 1, MARÇO DE 2002.

*Revista Veja*, edição especial nº 36, OUTUBRO DE 2004.